

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA

UBALDINO ALMEIDA DA CONCEIÇÃO

**OS EFEITOS DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS SOBRE A
MASSA SALARIAL, NO BRASIL, NOS ANOS DE 1996 E 2002:**
uma análise contrafactual através da Matriz de Contabilidade Social

Porto Alegre, 2006

UBALDINO ALMEIDA DA CONCEIÇÃO

**OS EFEITOS DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS SOBRE A
MASSA SALARIAL, NO BRASIL, NOS ANOS DE 1996 E 2002:**
uma análise contrafactual através da Matriz de Contabilidade Social

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Economia da Faculdade
de Administração, Contabilidade e Economia
da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Professor Doutor Nali de Jesus de
Souza

Co-orientador: Professor Doutor Duilio de
Ávila Bêrni

Porto Alegre, 2006

UBALDINO ALMEIDA DA CONCEIÇÃO

**OS EFEITOS DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS SOBRE A MASSA
SALARIAL, NO BRASIL, NOS ANOS DE 1996 E 2002:**

uma análise contrafactual através da Matriz de Contabilidade Social

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 28 de julho de 2006.

Banca examinadora:

Professor Doutor Nali de Jesus de Souza, Orientador (PUCRS)

Professor Doutor Alexandre Alves Porsse (FEE)

Professor Doutor Adalmir Antônio Marquetti (PUCRS)

Professora Doutora Izete Pengo Bagolin (PUCRS)

Aos meus pais e
à minha esposa,
pelo eterno apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Professores Nali de Jesus de Souza e Duilio de Ávila Bêni pela dedicada orientação, estímulo e oportunidade de aprendizado.

Agradeço também aos colegas da Faculdade de Odontologia da PUCRS pelo incentivo e aos colegas do Curso de Mestrado pelo companheirismo.

A capacidade infinita latente no ser humano espera a oportunidade de se manifestar.

A alegria desta vida está em experimentar algo novo.

Se nos limitarmos a fazer somente o que já conhecemos, será difícil manifestar a força oculta.

O interessante é fazer algo que nunca fizemos antes.

Seicho Taniguchi

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é analisar o impacto do aumento nos investimentos do setor produtivo sobre a massa salarial, desagregado por grau de escolaridade, nos anos de 1996 e 2002. Como sugestão de política econômica, esses recursos são assumidos como Investimento Externo Direto (IED). O aumento da abertura comercial vivida a partir dos anos 90 e a estabilização econômica propiciada pelo Plano Real propiciou à economia brasileira a entrada de vultosos recursos na forma de IEDs, principalmente através do processo de privatização de estatais. A literatura que trata da relação entre IEDs e mercado de trabalho diz que a mudança na estrutura produtiva estimulada por esse tipo de recurso incentiva a utilização de mão-de-obra com maior grau de instrução e treinamento. Para atingir o objetivo proposto, procedeu-se à construção de Matrizes de Contabilidade Social (MaCSs) e seus respectivos multiplicadores contábeis, para os anos de 1996 e 2002. Através deles, foi possível compor os efeitos direto, intragrupo, intergrupo e extragrupo, propiciando, assim, a realização do exercício contrafactual. Este constou de uma injeção de recursos no setor produtivo, na ordem de 50% do valor registrado como IEDs nos dois anos analisados. Constatou-se, através do efeito extragrupo, que a maior renda é gerada nas classes de trabalhadores com nível superior completo, seguida pelos que possuem o segundo grau completo e por aqueles com a oitava série completa. A análise relativa ao total de recursos auferidos pelo fator trabalho, após a realização do exercício contrafactual, mostrou que houve aumento na massa salarial. A variação da massa salarial analisada dentro da mesma faixa de instrução demonstrou que, no ano de 1996, aqueles trabalhadores com segundo grau incompleto foram os mais beneficiados com a mudança no vetor exógeno, seguidos pelos que possuíam superior incompleto, quarta série completa, oitava série incompleta, analfabetos, quarta série incompleta, oitava série completa, segundo grau completo e superior completo. Já no ano de 2002, tem-se uma ordem distinta. A alteração mais significativa passa a pertencer àqueles trabalhadores com a oitava série incompleta, seguidos por aqueles com o segundo grau incompleto, quarta série completa e oitava série completa, superior incompleto, segundo grau completo, quarta série incompleta, analfabetos e superior completo. Porém não só o fator trabalho foi beneficiado com a mudança proposta no exercício contrafactual, mas, sim, toda a economia. Concluiu-se, assim, que é relevante o estímulo do setor produtivo através aumento de investimentos.

Palavras-chave: Matriz de Contabilidade Social, Matriz de Insumo-Produto, distribuição de renda, massa salarial, investimento.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the impact of the increase in the productive sector upon the salary mass, disaggregated through school level, in the years of 1996 and 2002. As a suggestion of economic politics, such resources are assumed as Direct External Investments (DEIs). The increase of commercial opening that took place from the 1990's and the economic stabilization provided by The Real Plan, favored the Brazilian economy with the income of huge resources in the form of DEIs, especially through the process of privatization of State Companies. The literature about the relationship between the DEIs and the labor market says that the change in the productive structure stimulated by this kind of resource encourages the use of labor force with a higher level of education and training. To achieve the proposed objective, we have built the Social Accounting Matrixes and their corresponding accounting multipliers for the years of 1996 and 2002. Through them, it was possible to compound the following effects: Direct, Intragroup, Intergroup and Extragroup, thus allowing the realization of counterfactual exercise. This was an injection of resources in the productive sector corresponding to 50% of the value registered as DEIs for the two years analyzed. We were able to notice that, through the Extragroup effect, the bigger income is generated in the labor classes in which workers have complete university education level, followed by those with complete high school education and by those with the eighth grade. The analysis in relation to the resources measured by the labor factor, after the counterfactual exercise, showed that there was an increase in the salary mass. The variation of the salary mass analyzed within the same education level showed that, in the year of 1996, those workers with incomplete high school education were the most benefited with the change in the exogenous vector, followed by the ones with incomplete university education, fourth grade completed, eighth grade incomplete, illiterates, fourth grade incomplete, eighth grade complete, complete high school and university levels. In 2002 there is a distinct order. The most significant alternation happens for those workers with incomplete eighth grade, followed by those with incomplete high school level, complete fourth and eighth grades, incomplete university level, complete high school, fourth grade incomplete, illiterates and complete university education. However, not only the work/labor factor benefited from the change proposed in the counterfactual exercise, but the whole economy. We concluded, therefore, that it is relevant the stimulation in the productive sector through the increase of investments.

Key words: Social Accounting Matrix, Product-input Matrix, income distribution, salary mass, investment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tarifas de importação brasileiras – 1990/93	20
Tabela 2 - IGP-DI no Brasil — 1992 e 1993	27
Tabela 3 - IGP-DI no Brasil — 1994	29
Tabela 4 - Resultadodas privatizações, por vendas, no Brasil — 1990-94	32
Tabela 5 - Resultado das vendas, por moeda utilizada, do PNB — 1990-94	33
Tabela 6 - Evolução da Taxa Selic no Brasil — set./02–nov./03	42
Tabela 7 - Taxa de câmbio média, comercial, de compra, no Brasil — set./92- -nov./03.....	43
Tabela 8 - Taxa de inflação (IGP-DI) no Brasil — 1993 e 1994	44
Tabela 9 - Vínculos empregatícios, por grau de instrução, no Brasil — 1994 e 2004 .	54
Tabela 10 - Rendas e transferências da economia: construção dos saldos líquidos.....	81
Tabela 11 - Rendas e transferências da economia: saldos líquidos por operação	82
Tabela 12 - Rendas e transferências da economia — saldos líquidos com o resto do mundo	83
Tabela 13 - Remuneração do fator trabalho, segundo a RAIS, no Brasil — 1996	86
Tabela 14 - Remuneração do fator trabalho, ajustado pela MIP de 1996, no Brasil — 1996.....	87
Tabela 15 - Remuneração do fator trabalho, segundo a RAIS, no Brasil — 2002	88
Tabela 16 - Remuneração do fator trabalho, ajustada pela MIP de 2002, no Brasil — 2002	89
Tabela 17 - Distribuição percentual do escalar y_{m} — 1996	90
Tabela 18 - Distribuição percentual do escalar y_{m} — 2002	91
Tabela 19 - Ingresso de IEDs no Brasil — 1996 e 2002	92
Tabela 20 - Construção do vetor exógeno final no Brasil para o ano de 1996	97
Tabela 21 - Construção do vetor exógeno final no Brasil para o ano de 2002	98
Tabela 22 - Efeitos direto, intragrupo, intergrupo e extragrupo da variação exógena no IED no Brasil — 1996	99
Tabela 23 - Efeitos direto, intragrupo, intergrupo e extragrupo da variação exógena no IED no Brasil — 2002	100
Tabela 24 - Variação total das contas endógenas no Brasil — 1996	102
Tabela 25 - Variação total das contas endógenas no Brasil — 2002	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de inflação, medida pelo IGP-DI, do Brasil — 1980/94 (%)	19
Figura 2 - Valor FOB das importações, por setor (indústrias diversas), no Brasil — 1980-94.....	21
Figura 3 - Tipos de investidores no processo de privatização, no Brasil — 1990-94 .	34
Figura 4 - Taxa anual de inflação, medida pelo IGP-DI, no Brasil — 1995-2002	36
Figura 5 - Evolução da taxa Selic no Brasil — 2002-04	42
Figura 6 - Fluxo de Investimento Externo Direto no Brasil — 1996-2004	46
Figura 7 - Vínculo empregatício ativo, no final de cada ano, no Brasil — 1994-04 ..	52
Figura 8 - Rendimento dos trabalhadores, em R\$ milhões, por nível de escolaridade, no Brasil	54
Figura 9 - Esquema de elaboração da análise contrafactual com a MaCS	58
Figura 10 - Representação esquemática do fluxo circular da renda	58
Figura 11 - Representação esquemática dos efeitos sobre a matriz M	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais medidas econômicas do Plano Collor I	24
Quadro 2 - Bloqueio da liquidez no Plano Collor — Medida Provisória nº168, de 15.03.1990, depois Lei nº 8.024, de 12.04.1990	24
Quadro 3 - Principais medidas do Plano Collor II	26
Quadro 4 - Síntese da política cambial brasileira no período 1990-94	30
Quadro 5 - Síntese da política cambial brasileira no período 1995-2002	39
Quadro 6 - Privatização do Sistema Telebrás – 1988	47
Quadro 7 - Privatização do Sistema Elétrico — 1996-2000	48
Quadro 8 - Maiores bancos com participação de capital estrangeiro, por ativos, no Brasil – jun./2004	49
Quadro 9 - Cinquenta maiores grupos não financeiros com participação estrangeira majoritária, por receita bruta, no Brasil — 2003	50
Quadro 10 - Representação esquemática da consistência das contas em uma MaCS.....	59
Quadro 11 - Esquema simplificado de uma MaCS	62
Quadro 12 - Representação esquemática das contas endógenas e exógenas de uma MaCS	63
Quadro 13 - Ramos de atividade dos IEDs	68
Quadro 14 - Notação e origem dos dados da MaCS	74
Quadro 15 - Representação sintética das MaCSs, com valores de 1996 e 2002	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO NOS ANOS DE 1990 A 2004	18
1.1 Situação da economia entre 1990 e 1994	18
1.1.1 A abertura econômica	19
1.1.2 Planos Collor I e Collor II	23
1.1.3 O Governo Itamar Franco e o lançamento do Plano Real	27
1.2 A evolução da economia no período de 1995 a 2004	34
1.2.1 A era Fernando Henrique Cardoso — 1995-2002	35
1.2.2 A era Luiz Inácio Lula da Silva: os dois primeiros anos de governo — 2003 2004	40
1.3 O papel do Plano Real na atração dos IEDs e sobre a massa salarial no mercado formal de trabalho	45
2 A MATRIZ DE CONTABILIDADE SOCIAL E A ORIGEM DOS DADOS	56
2.1 A Matriz de Contabilidade Social	56
2.1.1 Decomposição da Matriz dos Multiplicadores	61
2.2 Origem dos dados	67
2.2.1 O Investimento Externo Direto	67
2.2.2 Matriz de Insumo-Produto	70
2.2.3 Contas Econômicas Integradas	70
2.2.4 Relação Anual de Informações Sociais	71
2.2.5 Pesquisa de Orçamentos Familiares	72
2.3 Construção da Matriz de Contabilidade Social e a decomposição dos multiplicadores	73
2.3.1 Dados oriundos da MIP	75
2.3.2 Dados oriundos das CEI	77
2.3.3 Dados oriundos da RAIS	85
2.3.4 Dados oriundos do IED	~1
2.3.5 Dados oriundos da POF	
2.4 O exercício contrafactual: estímulo à entrada de IEDs	96

CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	109
ANEXO	113
A.1 Contas econômicas integradas — 1996	114
A.2 Contas econômicas integradas – 2002	116
A.3 Matriz de Contabilidade Social — Brasil — 1996	118
A.4 Matriz de Contabilidade Social — Brasil — 2002	139
A.5 Matriz de Insumo-Produto — Brasil — 1996	164
A.6 Matriz de Insumo-Produto — Brasil — 2002	170

INTRODUÇÃO

Em um cenário econômico cada vez mais marcado pela globalização, o capital externo tem assumido um papel de destaque junto às economias em desenvolvimento, como fonte de poupança, face às limitações internas desse recurso.

A dependência do mercado externo vem de longas décadas, praticamente desde o século XVII, durante o mercantilismo, quando países como a França, que não possuíam minas de ouro nem de prata, geravam excedentes na agricultura e na indústria para criar um fluxo desses metais da Espanha para aquele país. Naquela época, segundo a doutrina mercantilista, a riqueza de uma nação estava representada pela maior ou menor acumulação desses metais (SOUZA, 2005).

Uma das formas assumidas pelo capital externo é o denominado Investimento Externo Direto¹ (IED), tido como produtivo em oposição ao capital especulativo, que não guarda muito, ou nenhum, compromisso com o país onde é aplicado. Esse tipo de investimento, em sua maior parte, é realizado por empresas transnacionais.

A abertura comercial impõe mudanças nas estruturas produtivas do país receptor, forçando a uma contínua readaptação às condições vigentes no mercado internacional. E a maneira como essa estrutura produtiva está disposta pode ensejar respostas significativas sobre fatores importantes para uma economia, tais como o perfil do consumo e como a distribuição da renda está sendo realizada. O fluxo de capitais externos procura os setores de maior rentabilidade, o que pode aumentar a concentração da produção e influenciar a distribuição de renda e a massa salarial no interior dos países.

O objetivo da presente dissertação é estudar o impacto do aumento nos investimentos sobre a massa salarial, nos anos de 1996 e 2002. Como medida de política econômica, propõe-se que esses investimentos sejam na forma de IEDs. Esse objetivo será atingido mediante a construção e a análise dos fluxos de uma Matriz de Contabilidade Social (MaCS) para cada ano — 1996 e 2002 —, assim como pela derivação dos multiplicadores delas decorrentes, possibilitando, assim, um exercício contrafactual.

A escolha do método de análise através da Matriz de Contabilidade Social justifica-se:

[...] pois captura a interdependência dos diversos agentes e mercados, além de abranger o total dos fluxos de renda da economia e as transações, organizadas de

¹ Muitos artigos e entidades, como o Banco Central do Brasil, usam a denominação Investimento Estrangeiro Direto.

maneira consistente, entre todos os agentes econômicos, de modo que se igualem receitas e despesas de cada um deles (FOCHEZATTO; CURZEL, 2002, p. 9).

Este fato faz da MaCS um dos métodos mais utilizados nas análises econômicas.

O argumento principal para que esses recursos sejam na forma de IEDs é que, segundo a literatura corrente, eles se concentram naqueles setores mais rentáveis, trazendo novas tecnologias e formas de produção e administração, forçando, ao longo do tempo, a um constante aprimoramento técnico dos indivíduos. Tal fato geraria um processo seletivo, em que os mais bem-preparados, aqueles que acompanham as necessidades do processo evolutivo, obteriam maiores remunerações, levando a uma conseqüente concentração da renda. Na presente dissertação, esses correspondem àqueles trabalhadores cujo grau de instrução é maior. Alguns estudos que contemplam essa posição estão brevemente citados a seguir.

O Banco Mundial (2003), analisando o que denomina de terceira onda da globalização, iniciada por volta do ano de 1980, conclui que a desigualdade de renda interna, tanto nos países da OECD como nos novos países globalizados, aumentou. Segundo o Banco, "Vários estudos revelam que o processo de abertura — especialmente para o FDI — eleva o retorno sobre a educação e aumenta as premiações por qualificações (o pagamento extra que os trabalhadores mais capacitados recebem em relação aos não capacitados)". Isso, inclusive, estaria servindo de estímulo, nas nações em desenvolvimento, para o aumento da média de escolaridade. Assim, no longo prazo, haveria uma tendência para maior convergência entre os salários, e a desigualdade de renda tenderia a cair. Porém o Banco Mundial chama atenção para o fato de que a distribuição de renda interna nos países é afetada também por "opções de políticas domésticas não relacionadas com a globalização [...]" (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 74).

Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) fazem menção a três tipos de internacionalização da produção, os IEDs, a exportação e a relação contratual. Nas duas primeiras formas, o produto é produzido pelo agente externo, seja dentro dos limites do país receptor, no caso dos IEDs, seja no país de origem, no caso das exportações. Na última forma de internacionalização da produção, a relação contratual, o agente produtor é um residente do país receptor que apenas recebe a licença de produção. Os autores chamam atenção para o fato de que as empresas transnacionais (ETs) são os principais agentes de realização dos IEDs, por possuírem vantagens específicas à propriedade, o que lhes confere certo poder de monopólio, sendo o *know-how* o principal benefício oriundo das ETs. Ao se referirem aos benefícios dos IEDs, dentre outros, mencionam a melhora na estrutura produtiva do país que

recebe o IED e "a formação de recursos humanos, principalmente, por meio de atividades de treinamento de mão-de-obra e do processo de aprendizado diretamente na atividade produtiva". Salientam também que as ETs obtêm lucros extraordinários, o que afeta a distribuição de renda, inclusive entre trabalhadores, caso parte desses lucros sejam distribuídos entre seus trabalhadores. Essas empresas concentram seus investimentos nas indústrias mais intensivas em novas tecnologias.

Já Choi (2004), utilizando dados do coeficiente de Gini para o período de 1993 a 2002, envolvendo 119 países, a partir dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial de 2004, disponibilizados pelo Banco Mundial, realizou testes econométricos através do método de Mínimos Quadrados Ordinários, para analisar os efeitos dos IEDs na distribuição da renda. O autor chegou às seguintes conclusões: (a) o aumento na intensidade dos IEDs, como uma porcentagem do PIB, leva a uma maior desigualdade de renda no país de origem, devido à perda de postos de trabalho, e também a uma desigualdade de renda no país de destino, porém não tão intensa como no país de origem; (b) os países ricos e aqueles em rápido crescimento tendem a ter uma melhor distribuição de renda; (c) grandes países tendem a ter uma distribuição de renda mais concentrada; (d) os países latino-americanos e caribenhos têm uma desigual distribuição de renda. O autor salienta, no início de seu trabalho, que ainda não havia consenso em relação aos impactos dos IEDs sobre a distribuição de renda.

Cooper (2001) considera que os IEDs trazem consigo melhores técnicas de gerenciamento, novas técnicas de produção, controle de qualidade e acesso privilegiado aos mercados externos, bem como pressões competitivas sobre os produtores locais, tanto no mercado de trabalho como no de bens e serviços. Salienta que esse tipo de investimento especializa uma pequena fração da força de trabalho e que os efeitos sobre a distribuição da renda dependem de quanto o mercado de trabalho do país receptor dos IEDs é integrado. Assim, os IEDs provavelmente estariam privilegiando uma fração pequena da força de trabalho e gerando uma maior disparidade na distribuição de renda, através desse grupo privilegiado.

Taylor e Bacha (1976) formularam um modelo de crescimento para uma economia fictícia, em processo de transição, chamada Belíndia, que representaria países como Brasil, México, Coréia do Sul e Itália na década de 50 e início da de 60, baseado na importância crescente dos bens de luxo na estrutura de produção, para explicar a "espiral desigualitária". Nessa economia, o domínio das empresas multinacionais é crescente, e o setor produtivo "moderno" está mais voltado à produção de bens de luxo, cuja demanda concentra-se na camada de maior poder aquisitivo, e os investimentos respondem a essa demanda. Os

trabalhadores mais especializados do setor moderno recebem uma remuneração maior do que aqueles que trabalham nesse mesmo setor, sendo, porém, menos especializados e também em relação aos trabalhadores do setor tradicional. A conclusão a que chegamos é que há uma forte tendência de a estrutura de produção se especializar em bens de luxo, e isso seria acompanhado por uma deterioração na distribuição da renda, devido ao crescimento desigual do setor moderno em relação ao lento crescimento do emprego em geral na economia. O processo de crescimento econômico, cada vez mais dominado por empresas multinacionais, estaria afetando negativamente a equidade nos países em desenvolvimento.

É oportuno salientar que a distribuição da renda pode ser influenciada pelo ingresso dos IEDs; porém essa distribuição depende de um conjunto de fatores, onde se destacam as estruturas social e política de uma nação.

O cenário, a partir dos anos 90, foi marcado por um processo de abertura comercial mais intenso, que teve início no Governo Fernando Collor de Mello, tendo continuidade nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. O início dessa década também foi marcado pelas altas taxas de inflação e pela contração da economia. A partir do Plano Real, implantado em 1994, no entanto, o País passou a experimentar um cenário macroeconômico mais estável, com uma redução drástica nos níveis de inflação e uma série de mudanças estruturais verificadas na economia. O capital externo, que teve seu ingresso gravemente afetado desde os anos 80 (crise da dívida externa na maioria dos países em desenvolvimento) e início dos anos 90, passou a desfrutar de um cenário mais propício para a retomada dos investimentos. Foi nesse contexto de maior estabilidade e abertura da economia que os IDEs passaram a reingressar com maior vigor na economia brasileira, principalmente pelo programa de privatização, sendo os setores de telecomunicações e energia os atores principais desse novo cenário.

Este estudo tem sua relevância centrada em dois pontos. O primeiro diz respeito à contribuição em salientar a importância de se incentivar o aumento de recursos para serem aplicados no setor produtivo, e o segundo refere-se ao estímulo para futuros estudos ligados ao aumento da massa salarial.

Para atingir o objetivo proposto, esta dissertação está estruturada em dois capítulos, além desta **Introdução**. No Capítulo 1, a análise centra-se no cenário econômico brasileiro, entre 1990 e 2004, com a finalidade de se tecer o pano de fundo macroeconômico que irá propiciar uma entrada mais volumosa de recursos na forma de IEDs. O ataque aos altos índices inflacionários e o comprometimento com a estabilização da economia foram preocupações quase sempre presentes durante esse período.

No Capítulo 2, a ênfase é centrada no instrumento de análise, qual seja, a construção da Matriz de Contabilidade Social e nos multiplicadores M , M_1 , M_2 e M_3 . Através da MaCS, procurou-se estabelecer as relações macroeconômicas entre a produção e as instituições que compõem a economia brasileira ali analisadas. Com os multiplicadores, têm-se os desdobramentos dos efeitos sobre a economia. Através deles, pode-se calcular os efeitos direto, intragrupo, intergrupo e extragrupo, para, então, proceder ao cálculo dos efeitos totais sobre as contas endógenas que compõem o sistema analisado. O próximo passo é a análise dos resultados obtidos.

Uma vez que os componentes que formam o vetor exógeno da MaCS são o governo, o investimento e o resto do mundo, qualquer um deles poderá ser afetado. Na presente dissertação, como foi mencionado no início desta **Introdução**, optou-se, como medida de política econômica, por estimular a entrada de recursos externos na forma de IEDs, para serem aplicados diretamente no setor produtivo. O que não exclui a possibilidade de esses mesmos recursos serem oriundos do governo ou mesmo aplicados por investidores internos.

Sabe-se, entretanto, que os recursos que entram na economia sob a rubrica de investimentos externos diretos não são considerados investimentos no sentido macroeconômico, uma vez que a maior parte trata de transferência de titularidade, como no caso das privatizações.²

Na **Conclusão** desta dissertação, comentam-se os principais resultados procedentes do exercício contrafactual realizado no capítulo anterior, procurando resgatar os objetivos propostos.

² Em algum lugar do sistema econômico serão aplicados os recursos liberados; no entanto, nada garante que se tornarão aplicações produtivas.

1 O CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO NOS ANOS DE 1990 A 2004

O fluxo de IED para os países em desenvolvimento está fortemente vinculado à *performance* econômica desses países. Nesse sentido, no presente capítulo, é feito um panorama da economia brasileira no período de 1990 a 2004, com a intenção de verificar o cenário macroeconômico brasileiro vigente no período e sua contribuição para a entrada dos investimentos externos diretos na economia brasileira. Não se pretende, com isso, fazer uma análise exaustiva, mas contextualizar a entrada desses recursos. Na primeira parte, é vista a situação econômica entre os anos de 1990 e 1994, quando a abertura econômica e a estagnação da economia marcam o início da década. O principal desafio nesse período configurou-se no ataque aos altos índices inflacionários herdados da década de 80. A intenção, com essa revisão, é examinar como se deu o processo de estabilização da economia que irá gerar, a partir da segunda metade da década de 90, um cenário macroeconômico totalmente distinto. Na segunda parte, o período analisado abrange o período de 1995 a 2004, com o retorno da estabilização macroeconômica, alcançada com o Plano Real. São enfocados os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e os dois primeiros anos do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na terceira e última seção deste capítulo, é analisada a contribuição do Plano Real para o ingresso de investimentos externos diretos na economia brasileira, com seus efeitos sobre a massa salarial. Constatou-se que a estabilização econômica trouxe consigo uma elevação sem precedentes nos fluxos dos IEDs em direção do Brasil, principalmente em busca das empresas privatizadas. O País passou a ocupar o segundo lugar, dentre aqueles em desenvolvimento, na recepção desses recursos.

1.1 Situação da economia entre 1990 e 1994

Esta primeira seção destina-se a vislumbrar o processo de abertura econômica no início da década de 90. A fragilidade da economia brasileira é abordada tanto pela ótica externa como interna, tendo como atores principais os Planos Collor I e Collor II. Os alicerces da estabilidade, que viria a partir do Plano Real, também são examinados, procurando pintar, da melhor maneira possível, o quadro econômico brasileiro da época.

1.1.1 A abertura econômica

O início dos anos 90 herdou da década anterior sérios distúrbios de caráter macroeconômico, os altos níveis de inflação do final da década de 80, beirando o processo hiperinflacionário, foram o principal deles. O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) de 1988 e 1989 foi, respectivamente, de 1.037,53% a.a. e de 1.782,85% a.a. O primeiro ano da década de 90 registrou uma inflação de 1.476,71%, medida através do mesmo índice.

A Figura 1 retrata a inflação herdada do final da década de 80 pelos anos 90.

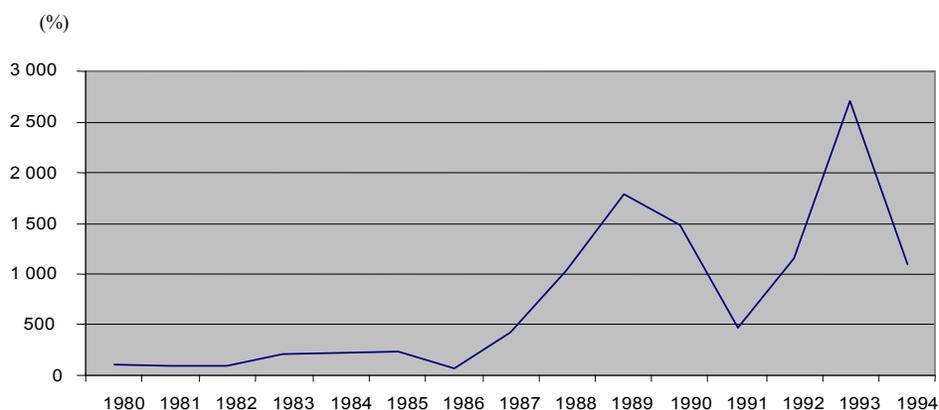


Figura 1: Taxa de inflação, medida pelo IGP-DI, do Brasil — 1980-94
 FONTE: www.ipeadata.gov.br

Em contraste com o crescimento econômico das décadas de 60 e 70, a estagnação econômica registrada por toda a década de 80, fruto da crise da dívida externa verificada em muitos países em desenvolvimento, prolongou-se até os primeiros anos da de 90, afetando negativamente o crescimento da economia: "No período 1980-1993, a taxa de crescimento média da economia brasileira foi muito baixa, de apenas 2,1% a.a., fazendo com que o país registrasse uma estagnação do PIB *per capita* entre 1980 e 1993" (PINHEIRO; GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ, 1999, p. 14).

O processo de industrialização por substituição de importação (ISI), vigente até a década de 80, vinha sendo severamente criticado, tanto por tornar a economia brasileira umas das mais fechadas, face à própria sistemática do processo, quanto pela desregulamentação dos

mercados internacionais então em andamento.³ A globalização já em curso na época, e que tomou impulso surpreendente nos anos 90, exigiu que as economias, para se adequarem às tendências mundiais, abrissem suas portas, com o objetivo de permitir a entrada de novas tecnologias, métodos gerenciais, bem como de outros fatores que as tornassem mais produtivas e competitivas.

Seguindo essa linha de pensamento, Pinheiro, Giambiagi e Moreira (2001) citam que, no final da década de 80, duas reformas na economia brasileira, uma em 1988 e outra em 1989, reduziram a tarifa média sobre as importações de 51% para 35% e que a maioria das barreiras não tarifárias foram eliminadas na década de 90, a exemplo do fim da reserva de informática em outubro de 1992.

As tarifas de importação, no início da década de 90, vinham sendo progressivamente reduzidas, passando de um patamar de 32,2% em 1990 para 14,9% em julho de 1993, conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1

Tarifas de importação brasileiras — 1990/93

(%)

DATAS	MÉDIA	MODA	MEDIANA	INTERVALO	DESVIO PADRÃO
1990	32,2	40	30	0-105	19,6
Fev./91	25,3	20	25	0-85	17,4
Jan./92	21,2	20	20	0-65	14,2
Out./92	16,5	20	20	0-55	10,7
Jul./93	14,9	20	20	0-40	8,2

FONTE: PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, Fábio; OREIRA, Maurício Mesquita. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_01.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2004.

Na Figura 2, pode-se visualizar a trajetória dos valores das importações de 1980 a 1994, quando a influência maior se deveu às reduções de tarifas de importação. Os valores passaram de US\$ 44,6 milhões em 1988 para US\$ 67,9 milhões em 1989. Nos anos de 1991

³ "Embora a política de industrialização por substituição de importações esteja, hoje, em descrédito, não se pode deixar de reconhecer que ela levou o Brasil a ter a segunda maior taxa de crescimento do PIB no período do pós-guerra" (Soares; Servo; Arbache, 2001, p. 9).

e 1992, houve estagnação, ficando os valores ao redor dos US\$ 79 milhões, voltando a crescer, em 1993, para US\$ 85,6 milhões, fechando, em 1994, com US\$ 115,8 milhões.

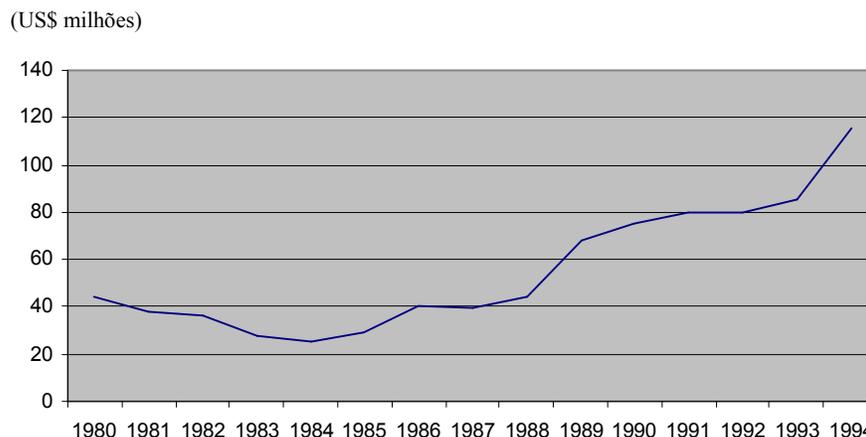


Figura 2: Valor FOB das importações, por setor (indústrias diversas), no Brasil — 1980-94

FONTE: www.ipeadata.gov.br

A partir dos anos 90, a abertura comercial brasileira começou a se tornar mais intensa. Esse processo imputou às indústrias nacionais a necessidade de se reestruturarem, para poder enfrentar esse novo cenário. Souza (2006, p. 10), salienta essa necessidade:

A partir de 1990, o Governo brasileiro continuou com o seu objetivo de modernização tecnológica da indústria nacional, o que implicava a necessidade de maior liberalização comercial. Buscou-se, em um primeiro momento, uma maior seletividade dos produtos protegidos, com redução progressiva dos níveis de proteção tarifária. Em um segundo momento, procurou-se eliminar incentivos e subsídios, suprimir os controles quantitativos e a lista de produtos com importação proibida.

Os impactos da abertura comercial afetaram praticamente toda a economia, surtindo reflexos em variáveis importantes, tais como a produtividade e o nível de emprego.

Segundo Soares, Servo e Arbache (2001, p. 6):

Hoje, existe consenso de que houve aumento da taxa de desemprego, informalidade e produtividade do trabalho, e que as mudanças nas séries temporais dessas variáveis se deram logo após o início da abertura, sugerindo, pois, que a liberalização comercial teve efeitos não negligenciáveis sobre o mercado de trabalho.

Esses autores frisam, entretanto, que não se pode imputar somente à abertura comercial as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, pois outros fatores influenciaram essas mudanças, tais como:

Ainda em 1990, os efeitos da Constituição de 1988 estavam sendo implementados. Embora o texto constitucional date de 1988, a implementação de importantes mudanças ocorreu nos dois a três anos que se seguiram à sua promulgação. Houve redução na idade e no tempo de contribuição para a aposentadoria e conseqüente aumento na contribuição previdenciária, elevando o custo do trabalho. Houve a universalização da aposentadoria rural, mudando o mercado de trabalho rural, e a introdução do Regime Jurídico Único, incorporando ao regime estatutário grande parte dos trabalhadores do setor público (SOARES; ARBECHÉ; SERVO, 2001, p. 11).

A literatura que trata do impacto da globalização sobre o mercado de trabalho nos países em desenvolvimento menciona que houve um aumento no uso da mão-de-obra qualificada (medida por anos de escolaridade), em detrimento da menos qualificada. A produtividade do trabalho também foi afetada em virtude do progresso tecnológico e do próprio efeito de "transbordamento de tecnologia" proveniente do processo de globalização.

Segundo Rego e Marques (2003), a década de 80 imputou à economia brasileira um significativo atraso tecnológico em comparação aos padrões internacionais, seja "na obsolescência das máquinas e equipamentos, quanto nos métodos administrativos gerenciais e nas relações capital-trabalho" (REGO; MARQUES, 2003, p. 204).

Esse relativo atraso foi parcialmente recuperado na década de 90, colocando a economia brasileira perto dos padrões internacionais.

As políticas de cunho liberal implementadas nos anos 90 vieram ao encontro das recomendações do Consenso de Washington⁴. Políticas de abertura comercial e disciplina macroeconômica nortearam as decisões econômicas, com o objetivo de inserir a economia brasileira no cenário mundial.

Nesse novo contexto, o Estado passou a ter um papel diferenciado. Após décadas de interferência efetiva na economia, como Estado-empresário durante todo o período de industrialização por substituição de importação, ele deu lugar ao mercado como carro-chefe da economia. Esse processo se materializou, principalmente, através das privatizações, em

⁴ Conjunto de medidas resultantes do seminário convocado pelo Instituto para Economia Internacional, organizado por John Williamson, em novembro de 1989, que destacou uma série de medidas que deveriam ser adotadas pelos países em desenvolvimento, com o intuito de restaurar o crescimento com estabilidade na América Latina. As visões das principais instituições de Washington — Tesouro Americano, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) —, estavam ali expressas.

que um grande número de empresas públicas passou para a iniciativa privada, desonerando o Estado. Este passou a ter sobre a economia de mercado um papel regulador.

Kuczynski (2004) cita dois aspectos principais para a ocorrência das privatizações na América Latina: a crise financeira do setor público, que operava com empresas estatais ineficientes e que requeriam somas vultosas de recursos para continuarem operando; e o declínio dos serviços públicos nos anos 80, com ênfase nos setores de energia elétrica e telefonia. Esses dois fatores foram notórios no Brasil.

1.1.2 Planos Collor I e Collor II

Os vários planos de estabilização econômica que se sucederam antes da década de 90, lograram pouco êxito, principalmente no que se refere à contenção do processo inflacionário. Os últimos antes do final da década foram o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão.

Em março de 1990, sob a presidência de Fernando Collor de Mello, que tomou posse no dia 15 daquele mês, o plano de estabilização econômica denominado Plano Brasil Novo, popularizado como Plano Collor, teve por intuito principal o combate à inflação. As mudanças estruturais julgadas como necessárias para estabilizar a economia, bem como uma maior abertura econômica, face às mudanças que vinham ocorrendo no cenário mundial, foram amplamente contempladas. Dentre as principais medidas, podem-se citar a extinção de órgãos públicos, a demissão e a disponibilidade de funcionários públicos federais, a eliminação de tarifas aduaneiras e a privatização de empresas públicas. Todas essas medidas visaram ao aumento do dinamismo e da inserção da economia no cenário mundial.

As incertezas que dominavam o mercado financeiro antes da posse provocaram mudanças radicais nas posições dos haveres financeiros, os agentes econômicos, não sabendo ao certo quais medidas iriam ser tomadas, deram preferência por tornar suas posições as mais líquidas possíveis. As principais medidas implementadas pelo Plano Collor I estão retratadas no Quadro 1.

O confisco temporário de cerca de 80% dos haveres financeiros no início dos anos 1990, dentro do Plano Collor I, foi uma medida radical sem precedentes na economia brasileira. Foi adotado como um dos mecanismos para a contenção da inflação, reduzindo significativamente os meios de pagamento e, conseqüentemente, a demanda agregada. O Quadro 2 retrata os principais pontos que nortearam a condução do bloqueio.

Dessa forma, o Governo pretendia que a monetização da economia, na nova moeda — o cruzeiro —, se desse de forma gradual e sob seu controle, para evitar o rápido aquecimento na demanda, o que tornaria vulnerável o programa de controle da inflação. Essa medida trouxe consigo, entretanto, uma grave crise de liquidez. Essa situação não se sustentou por muito tempo; poucos meses após o confisco, um volume significativo de recursos retornou ao mercado, dando a ele grande parte da liquidez necessária.

Quadro 1

Principais medidas econômicas do Plano Collor I

1 - Aperto na liquidez. Saldos em aplicações e depósitos à vista bloqueados por 18 meses.
2 - Choque de impostos. Aplicações financeiras isentas, como ouro e ações, são tributadas.
3 - Fim dos títulos ao portador.
4 - Abuso econômico será punido com prisão.
5 - Suspensão de todos os subsídios.
6 - Adoção de um sistema flutuante de câmbio e fim das restrições a importações.
7 - Grandes fortunas passam a ser taxadas.
8 - Choque fiscal. A meta é transformar um déficit público de 8% do PIB em um superávit de 2%.
9 - Congelamento de preços a valores de 12 de março.
10 - Prefixação de salários e do índice de inflação.
11 - Fechamento de órgãos públicos e privatização.

FONTE: REVISTA EXAME, mar./90, p. 17.

Quadro 2

Bloqueio da liquidez no Plano Collor — Medida Provisória nº 168, de 15.03.1990, e Lei nº 8.024, de 12.04.1990

Bloqueio da liquidez de parte considerável dos haveres financeiros, exceto o papel-moeda em poder do público. Os valores em cruzados novos bloqueados ficariam recolhidos ao Banco Central do Brasil (BCB) por 18 meses, recebendo juros de 6% ao ano mais correção monetária, creditados diariamente, e seriam liberados em 12 parcelas mensais a partir do 19º mês.
Os haveres financeiros seriam convertidos ao par, de cruzados novos (NCz\$) para cruzeiros (Cr\$), após a cobrança extraordinária de 8% de IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras) nos haveres não monetários e na venda ou transmissão de ações e ouro, isentos os depósitos à vista e os títulos e depósitos do ativo das instituições financeiras. A conversão em cruzeiros deveria ser feita no momento da liberação dos valores retidos, com regras diferenciadas: <ul style="list-style-type: none"> • para papel-moeda, conversão imediata, sem bloqueio; • para depósitos à vista e cadernetas de poupança, liberação imediata de até Cr\$ 50 mil (pela taxa de câmbio oficial de 13.03.1990, US\$ 1.300,00; pela taxa do câmbio paralelo, US\$ 610,00 em 13/mar., US\$ 1.110,00 em 19/mar. e US\$ 770,00 em 30/mar.); • para aplicações <i>overnight</i> e contas remuneradas, liberação imediata de Cr\$ 25.000,00 ou de 20% do total, valendo o maior; • para fundos e depósitos a prazo, 20% do total.
Todos os limites deveriam ser calculados por aplicador e por instituição financeira. Títulos e depósitos do ativo das instituições financeiras submetiam-se ao mesmo regime. Nos depósitos a prazo, debêntures e cotas de fundos, a conversão para cruzeiros da parcela liberada deveria ser feita apenas no vencimento do título. Nos fundos, a conversão ficava condicionada à disponibilidade de liquidez em cruzeiros. As parcelas não convertidas deveriam permanecer denominadas em cruzados novos até seu vencimento. Títulos com prazo superior a 18 meses permaneceriam denominados integralmente em cruzados novos até o vencimento.

(continua)

Quadro 2

Bloqueio da liquidez no Plano Collor — Medida Provisória nº 168, de 15.03.1990, e Lei nº 8.024, de 12.04.1990

Os cruzados novos bloqueados poderiam ser usados por 60 dias (até 18.05.1990) para pagamento de impostos, taxas, contribuições e obrigações previdenciárias e por 180 dias podiam ser transferidos entre pessoas físicas e jurídicas, “para fins de liquidação de dívidas e operações financeiras comprovadamente contratadas antes de 15/3/1990”, processo denominado de “transferência de titularidade”.

Recursos dos tesouros dos três níveis de governo ficaram livres do bloqueio e foram convertidos integralmente, com liberação imediata dos cruzeiros, no caso de depósitos à vista e recursos em trânsito no sistema bancário, ou liberação no vencimento, no caso de títulos. Para os três níveis de governo, recursos recebidos, em cruzados novos, até 18.05.1990, pelo pagamento de impostos, taxas e contribuições seriam convertidos integralmente e liberados na data de vencimento da obrigação que lhes deu origem ou de imediato, no caso de obrigações já vencidas.

FONTE: CARVALHO, Carlos Eduardo. O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção? **Economia**, Niterói (RJ), v. 4, n. 2, p. 283-331, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n2p283_331.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2005.

Conforme Carvalho (2003, p. 328), o retorno da liquidez nos meses seguintes deu-se por fatores pertinentes ao próprio bloqueio da liquidez, e não por equívocos ou liberdades na condução da política econômica:

O descontrole da monetização localizou-se basicamente no sistema bancário. Era inevitável a ocorrência de grande tumulto na atividade dos bancos após o bloqueio, pela impossibilidade de detalhamento das regras operacionais de um plano elaborado em sigilo máximo. Os bancos passaram a operar às cegas, sem conhecer sua posição de caixa. Dado o receio de pânico no caso de algum banco deixar de atender os saques do público, o BCB optou por financiar os bancos na medida de sua demanda. Com a disponibilidade de recursos do BCB, os bancos puderam refinanciar as dívidas dos clientes e expandir o crédito.

O bloqueio dos haveres financeiros provocou o descrédito das instituições de captação de recursos, fazendo com que a população encontrasse outros meios para garantir, se não a rentabilidade de seus recursos, pelo menos que não seriam novamente desprovidos deles. Segundo Reis e Marques (1990), tanto as pessoas físicas como as jurídicas encontraram meios de garantir suas finanças, seja através do consumo imediato, da guarda do dinheiro no "colchão", do consumo de bens duráveis, da compra de dólares, bem como da aplicação em ouro e bens de raiz, dependendo do porte dos poupadores.

No final do ano de 1990, os índices inflacionários elevados retornaram, registrando, nos três últimos meses do ano, 14,2%, 17,5% e 16,5% respectivamente (medidos pelo IGP-DI), sinalizando o fracasso do Plano Collor I em levar a inflação a níveis aceitáveis. Em 31 de

janeiro de 1991, foi anunciado o Plano Collor II, sob o descrédito da população face às implicações causadas pelo plano anterior.

As principais medidas adotadas objetivaram a queda da inflação inercial, tentando fazer com que os preços futuros não incorporassem os índices inflacionários passados, ou seja, objetivaram a perda da “memória inflacionária”. A cultura já incorporada ao cenário econômico brasileiro, devido às várias tentativas dos planos anteriores, fez com que trabalhadores e empresas vissem, no mecanismo de reposição de perdas através da inclusão da inflação em curso nos preços e reposições salariais, um meio de recuperar perdas. Dentre as diversas medidas adotadas no Plano Collor II, pode-se destacar as que constam no Quadro 3.

Em março de 1991, o IGP-DI reduziu-se drasticamente, registrando 7,3%. Porém esse patamar não se sustentou por muito tempo. A partir de julho, a variação de preços já alcançava a casa dos dois dígitos, ficando em 12,8%, seguindo uma trajetória ascendente até o final do mesmo ano, fechando dezembro em 22,1%.

Quadro 3

Principais medidas do Plano Collor II

1 - Congelamento: os preços ficam congelados por tempo indeterminado.
2 - Salários: os salários serão reajustados em fevereiro, pela média da inflação dos últimos 12 meses e, em seguida, congelados.
3 - Tarifaço: ficam mais caros a gasolina e o álcool, 46,78%, o gás de cozinha, 60%, e a energia elétrica, 59,50%. Outras tarifas públicas também aumentam.
4 - Juros: criação da Taxa Referencial de Juros. Deixam de existir as taxas pós-fixadas, que traziam os resíduos da inflação passada. A nova taxa é prefixada.
5 - Correção: fim do BTN e do BTNF. O objetivo é acabar com a correção monetária. Os contratos passam a ser feitos em cruzeiros.
6 - Aluguéis: aluguéis, mensalidades escolares e prestações da casa própria subirão com os salários.
7 - Tablita: Volta a tabela de deflação, a “tablita”, para os contratos assinados a partir de setembro de 1990.
8 - Over: Acabam o overnight e as outras aplicações de curto prazo, mas não haverá seqüestro de dinheiro. Será criado um novo tipo de investimento de curto prazo – um fundo no qual o governo terá um naco para financiar sua dívida.
9 - Poupança: A poupança renderá 0,5% acima da nova taxa de juros.
10 – Repressão: Medidas mais duras contra os sonegadores de impostos.

FONTE: REVISTA VEJA, fev./91, p. 29.

Nos próximos dois anos, as taxas de inflação seguiram a trajetória ascendente percebida em 1991, conforme a Tabela 2.

Tabela 2

IGP-DI no Brasil — 1992 e 1993

MESES	1992	1993
Janeiro	26,8	28,7
Fevereiro	24,8	26,5
Março	20,7	27,8
Abril	18,5	28,2
Maió	22,5	32,3
Junho	21,4	30,7
Julho	21,7	32,0
Agosto	25,5	33,5
Setembro	27,4	37,0
Outubro	24,9	35,1
Novembro	24,2	37,0
Dezembro	23,7	36,2

FONTE: www.ipeadata.gov.br

O *impeachment* do Presidente da República Fernando Collor de Mello, ocorrido em 1992, prejudicou severamente as metas pretendidas, porém sinalizou um conjunto de mudanças a serem postas em prática num momento seguinte, principalmente no que se refere às privatizações e a determinadas mudanças de caráter estrutural, que beneficiassem a estabilização econômica e a inserção do Brasil no cenário mundial.

1.1.3 O Governo Itamar Franco e o lançamento do Plano Real

Com a queda de Fernando Collor de Mello, assumiu a Presidência da República, em 1993, o Vice-Presidente Itamar Franco. O Ministro da Fazenda em seu mandato foi Fernando Henrique Cardoso, futuro Presidente do Brasil.

Nesse período de transição para o próximo governo, diversas medidas importantes foram tomadas.

A postura austera diante do ajuste fiscal foi uma marca do período Itamar Franco, fazendo, inclusive, uma forte pressão sobre estados e municípios para se adequarem ao ajuste fiscal proposto pelo Governo.

Dentro da postura adotada pelo Governo, o Ministro Fernando Henrique Cardoso lançou, em junho de 1993, um dos primeiros alicerces do Plano Real, o Plano de Ação Imediata.

Já em junho [1993], o ministro Fernando Henrique Cardoso apresentou um plano de austeridade chamado de “Plano de Ação Imediata”, cujo ponto básico era um corte de US\$6 bilhões nos gastos do governo (representando 9% de gastos federais e 2,5% dos gastos em todos os níveis do governo — federal, estadual e municipal). O plano também exigiu uma rigidez maior no recolhimento de impostos e a solução dos relacionamentos financeiros com os governos estaduais (BAER, PAIVA, 2002, p. 209-10).

A sonegação fiscal foi fortemente atacada, como meio de sanar as perdas sofridas pelo Governo.

Em fevereiro de 1994, foi lançado outro importante alicerce do Plano Real, o Fundo Social de Emergência (FSE), pelo então Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero.

[...] o FSE era constituído pela desvinculação de algumas receitas do governo federal, cujo objetivo era atenuar a excessiva rigidez dos gastos da União ditada pela Constituição de 1988, visava-se, com aquele Fundo, resolver a questão do financiamento dos programas sociais brasileiros, identificados como prioritários. Seu caráter “emergencial” se devia ao fato de que, originariamente, era previsto vigorar por um período de apenas dois anos (1994-95). Na prática, o Fundo foi sendo sistematicamente prorrogado com o passar dos anos, embora com outros nomes (CASTRO, 2005, p. 151-52).

O desequilíbrio das contas públicas foi apontado pela equipe econômica como a principal causa da inflação brasileira, não descartando, entretanto, outros fatores, como a indexação. Esse fator, que trazia a tona a memória inflacionária, foi combatido através da criação da Unidade Real de Valor (URV). Dessa vez, ao contrário dos planos anteriores, não foi utilizado o mecanismo do congelamento de preços.

A URV foi criada através da Medida Provisória nº 434, de 27.02.1994, depois convertida na Lei nº 8.880, de 27.05.1994 — publicada no **Diário Oficial da União** de 28.05.1994. Em seu texto, citava que a URV iria servir exclusivamente como padrão de valor monetário, cuja convivência se daria junto com o cruzeiro real, que continuava a ser utilizado como meio de pagamento. A paridade entre o cruzeiro real e a URV foi fixada pelo Banco Central até a emissão do real. Até essa data, os preços finais eram expressos ainda na moeda antiga, sendo facultada a cotação em URVs. A Medida Provisória nº 542, de 30.06.1994, instituiu o real como unidade do sistema monetário a partir de 1º.07.1994. A equivalência foi de 1 URV = CR\$ 2.750,00 = R\$ 1,00.

Na esfera cambial, foi definida a taxa de câmbio de R\$ 1,00 / US\$ 1 (dólar norte-americano).

Uma das vitórias incontestáveis do Plano Real foi a drástica redução da inflação, conforme se pode verificar pela Tabela 3, fechando o ano na casa de um dígito.

Tabela 3
IGP-DI no Brasil — 1994
(%)

MESES	IGP-DI
Janeiro	42,2
Fevereiro	42,4
Março	44,8
Abril	42,5
Maiio	41,0
Junho	46,6
Julho	24,7
Agosto	3,3
Setembro	1,6
Outubro	2,6
Novembro	2,5
Dezembro	0,6

FONTE: www.ipeadata.gov.br

Nesse primeiro período analisado (1990 a 1994), a área cambial sofreu mudanças importantes, trazendo para a legalidade várias operações cambiais que eram dificultadas pelos regimes anteriores. A adoção do câmbio livre substituiu o mecanismo de minidesvalorizações, que vigorou na economia brasileira por vários anos.

O Governo que assumiu em março de 1990 adotou o câmbio flutuante, ficando a cargo das instituições financeiras credenciadas determinar diariamente o preço do dólar no mercado. O Banco Central deixou de definir a taxa de câmbio, mas anunciou que se necessário interviria comprando ou vendendo a moeda estrangeira para evitar volatilidade das taxas e para acumular reservas internacionais. (MARINHO, 2003, p. 50).

O Quadro 4 faz uma síntese da política cambial adotada no período de 1990 a 1994, além de retratar os cenários interno e externo, que, nesse período, passaram por processos de retração econômica.

Dada a relevância do processo de privatização para o presente trabalho, cabe ressaltarem-se algumas considerações sobre sua trajetória até o ano de 1994.

O processo de privatização no Brasil teve início na década de 80, a partir de 1987, com a reprivatização de 38 empresas, cuja arrecadação foi de cerca de US\$ 780 milhões. Já nessa época, houve uma mudança de mentalidade, passando o Estado a dar lugar ao mercado como

carro-chefe da economia, ou seja, começou a perder força o processo de industrialização por substituição de importações.

Um dos pilares do programa de governo de Fernando Collor de Mello foram as privatizações, que, aliás, viriam a ser seguidas no Governo Fernando Henrique Cardoso. Esse processo de privatização pode ser claramente associado aos esforços para a estabilização da economia e à necessidade de aumentar os investimentos. O Programa Nacional de Desestatização (PND), implementado pelo então Presidente no início dos anos 90, através da Lei nº 8.031 (BRASIL, 1990), objetivou fundamentalmente os seguintes pontos, descritos em seu artigo primeiro:

- I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;
- V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa (BRASIL, 1990, p. 1).

Quadro 4

Síntese da política cambial brasileira no período 1990-94

ANOS	CENÁRIO INTERNACIONAL	POLÍTICA CAMBIAL	CENÁRIO INTERNO	CONTROLE CAMBIAL ADOTADO
1990	- Retração da atividade econômica. - Desequilíbrio no balanço de pagamentos dos UEA, da Alemanha e do Japão.	- Adoção do câmbio livre.	- Plano Collor. - Bloqueio de haveres financeiros. - Refinanciamento da dívida externa.	- Eliminação dos controles administrativos sobre importação. - Atrasos cambiais de US\$ 8,3 bilhões. - Redução da proteção tarifária.
1991	- Desaceleração da atividade econômica. - Redução da inflação - Mudanças na União Soviética. - Guerra do Oriente Médio.	- Abertura financeira. - Câmbio desvalorizado.	- Plano Collor II. - Juros internos elevados.	- Ampliação da liberdade cambial.

(continua)

Quadro 4

Síntese da política cambial brasileira no período 1990-94

ANOS	CENÁRIO INTERNACIONAL	POLÍTICA CAMBIAL	CENÁRIO INTERNO	CONTROLE CAMBIAL ADOTADO
1992	- Desaceleração da atividade econômica. - Política de redução dos juros.	- Refinanciamento da dívida em US\$ 30 bilhões.	- Inflação elevada. - Contração da atividade econômica. - Política de juros elevados.	- Liberação cambial.
1993	- Fraco desempenho econômico.	- Leilões eletrônicos de câmbio. - Grande ingresso de capital estrangeiro.	- Inflação elevada. - Recuperação da atividade econômica.	- Maior liberdade cambial. - Elevação da posição comprada dos bancos. - Ampliação do prazo de permanência do capital estrangeiro.
1994	- Melhoria do desempenho da economia mundial. - Elevação das taxas de juros.	- Manutenção da paridade em função da URV. - Negociações para a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul).	- Plano Real. - Refinanciamento da dívida externa em US\$ 46,4 bilhões	- Redução da alíquota de IPI na importação. - Suspensão do mecanismo de autorização prévia de empréstimos externos. - Compulsórios sobre operações de crédito e captação de recursos.

FONTE: MARINHO, Henrique Jorge Medeiros. **Política cambial brasileira**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

A desoneração do setor público através da passagem para o setor privado de diversas empresas mostrou a intenção do Governo em retirar o Estado do processo produtivo, passando a ele o papel de regulador do mercado, e não de produtor, como foi durante todo o processo de industrialização por substituição de importações. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi designado pelo Governo Federal como o gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND) e depositário legal das ações das empresas incluídas no PND.

Nesse primeiro período analisado (1990-94), o foco básico das privatizações foram as empresas ligadas aos setores de siderurgia, petroquímico e de fertilizantes. Ao total, foram desestatizadas 33 empresas pelo Governo Federal, 18 empresas controladas e 15 participações

minoritárias da Petroquisa e Petrofértil, além de oito leilões de participações minoritárias amparadas pelo Decreto nº 1.068. A arrecadação total com as vendas foi de US\$ 8.608 milhões; somados aos US\$ 3.266 milhões que foram dívidas transferidas ao setor privado, chegando ao total de US\$ 11.874 milhões. Os principais resultados estão retratados na Tabela 4.

Tabela 4
Resultado das privatizações, por vendas, no Brasil — 1990-94
(US\$ milhões)

SETORES	EMPRESAS	RECEITA DE VENDA	DÍVIDA TRANSE- RIDA	TOTAL
Siderúrgico	8	5.562	2.625	8.167
Petroquímica	15	1.882	296	2.178
Fertilizantes	5	418	75	493
Outros	4	350	269	619
Decreto nº 1.068 (1)	-	396	-	396
TOTAL	33	8.608	3.266	11.874

FONTE: BNDES.

(1) O Decreto nº 1.068, de 02 de março de 1994, inclui, no PND, as participações societárias minoritárias de que são titulares as fundações, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e quaisquer outras entidades controladas, direta e indiretamente, pela União.

Velasco Júnior (1997) retrata que, durante as privatizações no Governo Collor, não houve um consenso entre as elites da sociedade brasileira quanto aos benefícios ou sobre a inevitabilidade de reformas orientadas para o mercado. O autor, reportando-se ao primeiro grupo atingido pelo processo de privatização, expõe cinco motivos pelos quais houve focos de resistência:

Primeiro, os interesses corporativos do grupo Petrobrás, no que se refere às desestatizações nos setores petroquímico e de fertilizantes. Segundo, apesar de ter sido decretada a liquidação da Siderbrás logo ao início do governo Collor, era de se prever que as vendas de controle de empresas da importância simbólica e do porte da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) e da Usiminas, ambas com faturamento superior a US\$ 1 bilhão, envolvessem a oposição de segmentos nacionalistas da sociedade. Terceiro, a existência de grupos específicos, também interessados na manutenção do *status quo*, a exemplo das companhias privadas consumidoras e fornecedoras das empresas estatais objeto de desestatização. Quarto, a ausência de base política estável de suporte ao governo, o qual havia sido eleito com base em uma coalizão eleitoral, que não significava um compromisso de apoio as suas políticas. Quinto, não se tinha por que imaginar qualquer compreensão por parte de sindicatos, dada a ausência de experimentos de pactos sociais no Brasil (VELASCO JÚNIOR, 1997, p. 20).

Nesse processo de privatização, foram muito utilizadas as chamadas "moedas de privatização", vulgarmente denominadas de "moedas podres", como forma de pagamento pelas empresas privatizadas, representando cerca de 81% da receita obtida. As moedas de privatização aceitas estão descritas na Tabela 5, bem como as receitas obtidas com essas formas de pagamento.

Tabela 5

Resultado das vendas, por moeda utilizada, do PNB — 1990-94

TIPOS DE MOEDA	RECEITA DE VENDA (US\$ milhões)	COMPOSIÇÃO %
Dívidas securitizadas - débitos internos do Governo	2.780	32
Debêntures da Siderbrás	1.352	16
Certificados de privatização	1 282	15
Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento	624	7
Títulos da Dívida Agrária	566	7
Letras hipotecárias da CEF	301	3
Créditos e títulos da dívida Externa	69	1
Total de títulos	6.974	81
Moeda corrente	1.634	19
TOTAL	8.608	100

FONTE: BNDES.

Nessa etapa analisada, pode-se constatar a pequena participação dos investimentos estrangeiros, com uma participação de apenas 5% no processo das privatizações. As empresas nacionais foram as principais investidoras, com a aquisição de cerca de 36%, seguidas pelas instituições financeiras, pessoas físicas e fundos de pensão, com percentuais de 25%, 20% e 14% respectivamente. No Capítulo 2, percebe-se uma radical mudança em relação à participação do capital estrangeiro no processo das privatizações. A Figura 3 retrata essa situação.

No final desta seção, em que se procura tecer um panorama geral sobre a situação macroeconômica do Brasil no início da década de 90, não se pode deixar de mencionar um fato de caráter relevante para a economia brasileira, que foi a constituição do Mercosul. Sua relevância no presente estudo está centrada no fato de que esse acordo abriu perspectivas singulares para a atuação de empresas multinacionais (IEDs) nos países que o compõem, dentre eles o Brasil, para usufruírem dos benefícios descritos no referido acordo. Particularmente, o aumento do comércio intra e extrabloco.

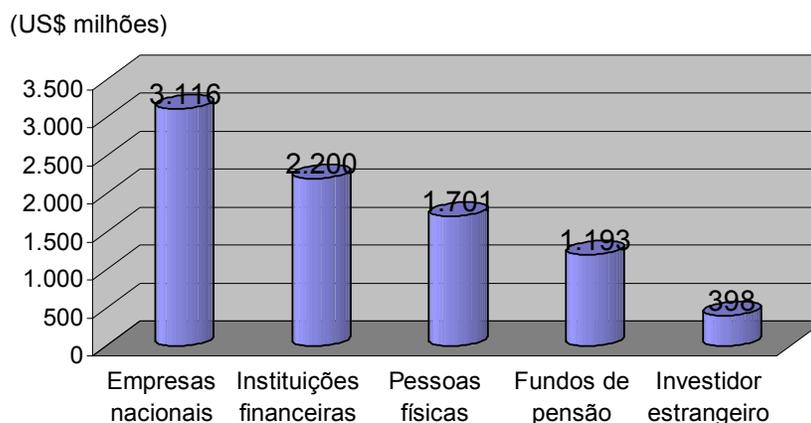


Figura 3: Tipos de investidores no processo de privatização, no Brasil — 1990-94
 FONTE: BNDES.

O Mercosul foi instituído através do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, com a finalidade de efetuar um programa de redução tarifária entre os países-membros — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — e uma unificação das tarifas externas, sendo esses dois processos implementados de forma gradual.

A constituição do Mercosul causou impactos significativos no processo de abertura comercial do Brasil. A partir de então, um fluxo maior de mercadorias passou a fazer parte da pauta comercial brasileira.

1.2 A evolução da economia no período de 1995 a 2004

O período a ser analisado nesta seção foi marcado pela estabilidade econômica. Uma parcela significativa da população de baixa renda passou a participar ativamente da economia, aumentando seu consumo e beneficiando o País como um todo. A trajetória ascendente do Plano Real foi abalada em 1999, quando a desvalorização cambial, estimulada por crises externas e internas, imputou prejuízos significativos à economia. Na primeira parte desta seção, são analisadas as duas gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o Plano Real começou a mostrar os efeitos mais significativos. Na segunda, são estudados os

dois primeiros anos do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja política econômica seguiu os passos de seu antecessor.

1.2.1 A era Fernando Henrique Cardoso — 1995-2002

Após um período de transição, em que a Presidência da República esteve sob o comando de Itamar Franco, em janeiro de 1995, assumiu o novo Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

As políticas econômicas adotadas durante o período em que foi Ministro da Economia formaram a base econômica de seu governo, centrada na estabilidade econômica propiciada pelo Plano Real.

Com um ambiente externo adverso, pois a crise que se havia instalado no México, em 1994, fazia surtir seus efeitos junto aos países em desenvolvimento, principalmente no ano seguinte, essa crise gerou uma limitação de recursos para os países em desenvolvimento, e o Brasil precisou ajustar-se a essa situação.

Além desse fato, as economias desenvolvidas desaceleraram seu ritmo de crescimento.

Esse desempenho [desaceleração das economias desenvolvidas] foi resultado de políticas restritivas e da instabilidade dos mercados financeiros e cambiais, que obrigaram a elevação da taxa de juros desses países, principalmente nos EUA, que elevaram as taxas dos *Federal Funds*, de 5,5% para 6% (MARINHO, 2003, p. 108).

O ambiente interno também não era um dos mais propícios. Estava em curso um superaquecimento da demanda interna, propiciada pela estabilidade econômica. A parcela mais pobre da população passou a consumir mais, devido ao aumento do seu poder de compra. A junção desses dois fatores gerou uma diminuição das reservas internacionais do Brasil.

A pressão inflacionária que pairava sobre a economia brasileira fez com que, em março de 1995, fossem tomadas diversas medidas, dentre as quais uma desvalorização gradual do real em relação ao dólar (mecanismo de bandas cambiais e leilões de *spread*), com forte elevação da taxa de juros nominais. Essas duas medidas incentivaram a volta do fluxo de recursos externos para o País. No final daquele ano, as reservas internacionais já atingiam US\$ 52 bilhões. No início do Plano Real, esse valor correspondia à US\$ 43 bilhões.

A queda consecutiva da inflação no período de 1995 a 1998, passando de um patamar de 14,77% para 1,71%, foi uma vitória na Gestão FHC. A Figura 4 registra a trajetória do IGP-DI nesse período.

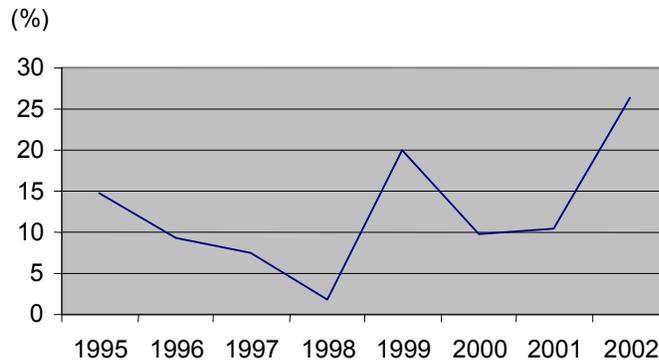


Figura 4: Taxa anual de inflação medida pelo IGP-DI no Brasil — 1995-2002

FONTE: www.ipeadata.gov.br

Apesar da queda da inflação no período supracitado, dois aspectos continuavam a preocupar as autoridades: o desequilíbrio externo crescente e a série crise fiscal.

O primeiro dos distúrbios foi, em parte, fruto do próprio Plano Real, que causou um aumento das importações. A esse fato somou-se o fraco desempenho das exportações. Para financiar esse desequilíbrio, recorreu-se ao endividamento externo e ao estímulo à entrada de capitais na forma de investimentos externos diretos. O aumento da remessa ao exterior de juros, lucros e dividendos foi inevitável. O déficit em conta corrente, que, em 1994, era de US\$ 2 bilhões, passou para mais de US\$ 30 bilhões em 1997. O câmbio nesse período continuou sobrevalorizado, para tentar atrair recursos externos. As privatizações foram a principal fonte de recursos nessa fase.

Giambiagi (2005, p. 173) cita as características principais do segundo distúrbio, a crise fiscal: “[...] um déficit primário do setor público consolidado, um déficit público (nominal) de nada menos que 7% do PIB, na média de 1995-1998, e uma dívida pública crescente”. Na falta de uma política fiscal consistente, coube às políticas monetária em geral e à política de juros altos a permanência do êxito do Plano, mesmo que a um preço muito alto.

Na década de 90, além da crise do México já mencionada, duas outras crises afetaram indiretamente o Brasil através do efeito contágio, foram a crise da Ásia, em 1997, e a crise da Rússia, em 1998.

Entre o final de 1994 e o ano de 1998, o mercado financeiro internacional foi sacudido por três crises importantes. A primeira foi a do México, que eclodiu no apagar das luzes de 1994 e afetou fortemente os mercados emergentes no primeiro semestre de 1995. A segunda foi a dos países da Ásia em 1997, inicialmente originária da Tailândia e que se alastrou rapidamente para Coréia do Sul, Indonésia e Malásia. E a terceira foi a da Rússia, em 1998. Em todas elas, o Brasil foi seriamente afetado pelo “efeito contágio” associado à redução dos empréstimos aos países ditos “emergentes”, que sobreveio a cada crise (GIAMBIAGI, 2005, p. 176).

Esse cenário propiciou, em 1999, o primeiro grande abalo após a implementação do Plano Real. O medo dos investidores externos quanto a uma desvalorização ou outras medidas mais austeras manteve a maior parte dos recursos financeiros longe das nossas fronteiras. No início do ano de 1999, o temor dos investidores internacionais confirmou-se, apesar da ajuda externa. O Governo acabou por adotar o câmbio flutuante. Cunha e Prates (2005, p. 8) comentam esta questão:

A desconfiança dos detentores de ativos brasileiros quanto à sustentabilidade do regime de câmbio administrado levou, no começo de 1999, a uma desvalorização de mais de 70% do real. Sob risco da volta inflação e aderindo às sugestões do FMI, adotou-se um novo regime macroeconômico, que passou a vigorar, ao longo do segundo mandato de FHC, alicerçado em três elementos: câmbio flutuante, metas de inflação e geração de superávits primários (que excluem o pagamento de juros sobre a dívida pública) no setor público.

A negociação com o Fundo Monetário Internacional, mencionada na citação anterior, trouxe ajuda externa no valor de US\$ 42 bilhões; destes, US\$ 18 milhões eram do FMI e o restante constituía-se de empréstimos de organismos multilaterais e de outros governos (GIAMBIAGI, 2005). Em contrapartida, o FMI impôs que a economia se adequasse a um regime fiscal mais rigoroso.

A desvalorização, entretanto, não afetou de maneira significativa a inflação. O IGP-DI daquele ano registrou uma variação de 19,99%.

Certa tranquilidade voltou, porém, ao mercado financeiro, quando Armínio Fraga foi nomeado como o novo Presidente do Banco Central.

O panorama começou a mudar com a nomeação de Armínio Fraga para o posto de presidente do Banco Central. Visto como um profundo conhecedor do mercado financeiro internacional — onde trabalhara durante anos em Nova York — ele escolheu sua equipe e anunciou duas providências: a elevação da taxa de juros básica; e o início de estudos para a adoção do sistema de metas de inflação, que há anos vinha sendo adotado em diversos países. Esta última foi entendida como uma espécie de “troca de âncora”, face ao desaparecimento da âncora cambial, sendo o novo regime detalhado poucos meses depois, em junho. (GIAMBIAGI, 2005, p. 177-178).

A crise energética de 2001, causada pela falta de investimentos nas usinas hidroelétricas, estancou o crescimento da economia. A intenção de privatização do setor não se havia concretizado, e o Governo não fez os investimentos necessários, fato este agravado pela falta de chuvas em níveis adequados nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Com a regularização das chuvas, o racionamento acabou no início de 2002. As privatizações no setor elétrico basicamente ficaram restritas à distribuição de energia elétrica. Porém a crise energética não foi a única vilã.

Em 2001, a economia foi prejudicada por uma combinação de eventos, incluindo a crise de energia, o “contágio” argentino — que diminuiu a entrada de capitais — e os atentados terroristas de 11 de setembro, que abalaram fortemente os mercados mundiais. (GIAMBIAGI, 2005, p. 181).

Giambiagi (2005, p. 182) sintetiza as principais reformas da gestão de Fernando Henrique Cardoso:

- a) privatização;
- b) fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações;
- c) mudança no tratamento do capital estrangeiro;
- d) saneamento do sistema financeiro;
- e) reforma (parcial) da Previdência Social;
- f) renegociação das dívidas estaduais;
- g) aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- h) ajuste fiscal a partir de 1999;
- i) criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública;
- j) estabelecimento do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária.

Esse autor também enumera as principais políticas sociais (GIAMBIAGI, 2005, p. 185):

- a) expansão das medidas previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante um salário mínimo a idosos e deficientes;
- b) Bolsa-Escola;
- c) Bolsa-Renda;
- d) Bolsa-Alimentação;
- e) Auxílio-Gás;
- f) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

A política cambial teve papel crucial nesse período, principalmente no que se refere à adoção da política de câmbio flutuante em 1999. O Quadro 5 faz um resumo do ambiente cambial que vigorou de 1995 a 2002.

Quadro 5

Síntese da política cambial brasileira no período 1995-2002

ANOS	CENÁRIO INTERNACIONAL	POLÍTICA CAMBIAL	CENÁRIO INTERNO	CONTROLE CAMBIAL ADOTADO
1995	<ul style="list-style-type: none"> - Desaceleração da atividade econômica mundial. - Crise financeira do México. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução das bandas cambiais. - Câmbio valorizado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Declínio da inflação. - Implementação do Mercosul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo às exportações mediante a redução dos recolhimentos compulsórios sobre operações de ACC. - Restrição ao ingresso de capitais de curto prazo.
1996	<ul style="list-style-type: none"> - Aceleração do ritmo de crescimento da economia mundial. - Redução dos juros internacionais. - Estabilidade financeira e cambial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Combinação do sistema de bandas cambiais com as intrabandas. - Intervenções no mercado cambial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inflação reduzida. - Ajuste do déficit público. - Ingresso de investimento direto de US\$16 bilhões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução das tarifas. - Incentivo creditício às exportações.
1997	<ul style="list-style-type: none"> - Crise financeira no Sudeste Asiático. - Sólido crescimento com baixa inflação nos EUA e Reino Unido. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leilões de <i>spread</i>. - Desvalorização de 7,41% 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise financeira asiática afeta Brasil. - Emissão de títulos no exterior de 30 anos (<i>Global Bond</i>). - Perdas de reservas internacionais em US\$ 7,0 bilhões. - Taxas de juros internas elevadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à entrada de capital externo. - Limitação da utilização do cartão de crédito no exterior.
1998	<ul style="list-style-type: none"> - Crise econômica da Rússia com reflexos na América Latina. - Crescimento dos Estados Unidos de 3,5%. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do sistema de bandas e intrabandas. - Desvalorização de 7,6% do real. - Perda de US\$ 30 bilhões de reservas internacionais no final do ano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impacto da crise da Rússia no Brasil. - Inflação reduzida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle do valor aduaneiro de mercadorias originárias de países que oferecem incentivos fiscais. - Imposição de licença de importação para bens de consumo durável.
1999	<ul style="list-style-type: none"> - Crise econômica argentina. - Elevação dos juros internacionais. - Redução da atividade econômica no Japão e Europa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança de regime cambial para câmbio flutuante. - Desvalorização cambial de 48%. - Estabelecimento de metas para as reservas internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de “metas para inflação”, de 9%. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criada declaração simplificada de exportação para vendas até US\$ 10 mil. - Redução da lista de produtos com licença de importação automática.
2000	<ul style="list-style-type: none"> - Crise econômica na Argentina. - Elevação dos juros internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da flutuação cambial. - Ingresso de US\$ 30 bilhões de investimento estrangeiro direto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ajuste fiscal imposto pelo FMI. - Forte pressão no mercado de câmbio. - Meta de 6% para inflação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicados direitos <i>antidumping</i>. - Medidas fitossanitárias para importação de trigo dos EUA.

(continua)

Quadro 5

Síntese da política cambial brasileira no período 1995-2002

ANOS	CENÁRIO INTERNACIONAL	POLÍTICA CAMBIAL	CENÁRIO INTERNO	CONTROLE CAMBIAL ADOTADO
2001	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento da economia dos EUA. - Elevação dos juros internacionais. - Aumento do petróleo. - Atentado terrorista nos EUA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desvalorização cambial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento econômico de 4,5%. - Meta de inflação de 4% não cumprida, atingindo 7,67%. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à exportação. - Negociações com OMC. - Restrições norte-americanas ao aço brasileiro.
2002	<ul style="list-style-type: none"> - Recessão mundial. - Expectativa de guerra entre EUA e Iraque. - Crise na Argentina 	<ul style="list-style-type: none"> - Incertezas no mercado, devido às eleições presidenciais. - Forte desvalorização cambial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Meta inflacionária de 3,5% não cumprida, atingindo 12,53%. 	<ul style="list-style-type: none"> - Discussões no âmbito da União Européia e EUA quanto aos subsídios à agricultura.

FONTE: MARINHO, Henrique Jorge Medeiros. **Política cambial brasileira**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

O término do mandato de Fernando Henrique Cardoso deu-se em meio às incertezas manifestadas pelo mercado, embora as urnas tenham registrado o desejo da maioria por mudanças.

1.2.2 A era Luiz Inácio Lula da Silva: os dois primeiros anos de governo — 2003-04

Após dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso, assumiu a Presidência da República, em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, um candidato de esquerda. O mercado recebeu essa passagem de governo com certo receio, pois as transformações até então ocorridas na economia brasileira, principalmente a partir da implantação do Plano Real, representaram certa estabilidade para a economia. A reputação do Partido dos Trabalhadores (PT), quanto às idéias radicais que defendiam, colocou em alerta tanto o mercado interno como o externo em relação à manutenção das políticas monetária, fiscal e cambial. A repulsa por determinados organismos internacionais, principalmente o FMI, era uma das bandeiras sempre levantadas pelo PT.

Um dos principais articuladores do programa de governo do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, foi o prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci, cujo discurso, mais moderado, procurou acalmar o mercado financeiro. Mais tarde Palocci foi indicado para o cargo de Ministro da Fazenda.

Dentro da pauta de medidas da nova equipe econômica, um dos principais objetivos era redirecionar o gasto público, tentando, assim, atingir aquelas camadas mais necessitadas da população.

Certas medidas foram sendo anunciadas pela equipe do novo governo, para trazer tranquilidade ao mercado. Dentre elas, Giambiagi (2005, p. 205-206) cita:

- a) nomeou para o cargo de Presidente do Banco Central o ex-Presidente Mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, mantendo, inicialmente, todo o restante da Diretoria anterior, em claro sinal de continuidade;
- b) anunciou as metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5% respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política antiinflacionária;
- c) elevou a taxa de juros básica (Selic) nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), mostrando que isso não era mais um “tabu” para o PT;
- d) definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,7% para 4,25% do PIB em 2003;
- e) ordenou cortes do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal, deixando de lado antigas promessa de incremento do gasto;
- f) colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período de 2004-06.

Com essas medidas, a equipe pretendeu sinalizar ao mercado que haveria uma tendência à continuidade das medidas adotadas pelo governo anterior. Além da rigidez quanto às políticas monetária e fiscal, o novo governo estava comprometido com reformas de caráter estrutural, mais precisamente a reforma tributária e a reforma da Previdência Social.

Apesar de as decisões do Copom serem balizadas pelo regime de metas de inflação, a evolução da taxa de juros básica — Selic —, conforme a Figura 5, deu indícios da reação do Governo frente à inquietação do mercado financeiro provocada pelo período de transição entre os dois governos.

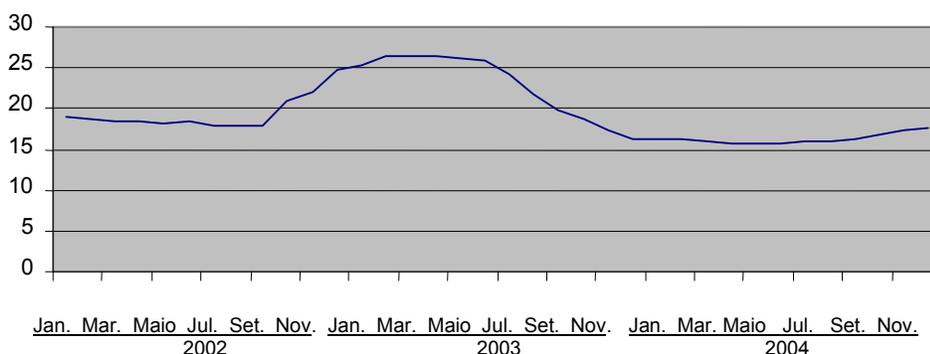


Figura 5: Evolução da taxa Selic no Brasil — 2002-04
 FONTE: Banco Central do Brasil.

As taxas apresentavam uma clara tendência de elevação já a partir de setembro de 2002, registrando um percentual de 17,9% a.a., com um acréscimo de dois pontos percentuais já no mês seguinte. Essa tendência de alta registrou seu ápice em maio do ano seguinte, quando atingiu 26,27% a.a. A partir daí, seguiu uma trajetória descendente, onde, em novembro de 2003, voltou aos patamares registrados antes do processo de alta expressiva. Esses dados podem ser verificados através da Tabela 6, onde o período crítico está registrado.

Tabela 6

Evolução da Taxa Selic no Brasil — set./02-nov./03

MESES	TAXA SELIC (% a.a.)	MESES	TAXA SELIC (% a.a.)
Set./02	17,9	Maio/03	26,27
Out./02	20,9	Jun./03	25,74
Nov./02	21,9	Jul./03	24,32
Dez./02	24,9	Ago./03	21,84
Jan./03	25,36	Set./03	19,84
Fev./03	26,3	Out./03	18,84
Mar./03	26,32	Nov./03	17,32
Abr./03	26,32		

FONTE: Banco Central do Brasil.

A taxa de câmbio relativa ao período crítico acima citado manteve-se valorizada, conforme se verifica na Tabela 7.

Tabela 7
Taxa de câmbio média, comercial,
de compra, no Brasil —
set./02-nov./03

MESES	VALOR (R\$ / US\$)
Set./02	3,34
Out./02	3,81
Nov./02	3,58
Dez./02	3,63
Jan./03	3,44
Fev./03	3,59
Mar./03	3,45
Abr./03	3,12
Mai./03	2,95
Jun./03	2,88
Jul./03	2,88
Ago./03	3,00
Set./03	2,92
Out./03	2,86
Nov./03	2,91

FONTE: www.ipeadata.gov.br

Já durante o novo governo, no ano de 2003, houve a renovação do acordo feito anteriormente com o FMI, significando mais um ponto em concordância com a equipe econômica anterior.

As medidas restritivas adotadas pelo novo governo em relação às políticas monetária e fiscal renderam um PIB para os anos de 2003 e 2004 no valor de, respectivamente, R\$ 1,6 trilhão e R\$ 1,8 trilhão.

Além das medidas mencionadas no parágrafo anterior, houve uma clara preocupação com as reformas estruturais, mais especificamente a tributária e a da Previdência Social. Giambiagi (2005, p. 209) especifica essas propostas:

[...] a reforma tributária visava quatro objetivos: (1) uniformizar a legislação do ICMS, contribuindo para reduzir as possibilidades de evasão; (2) prorrogar a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que reduz parcialmente a vinculação das despesas às receitas, dando certa margem de manobra às autoridades para remanejar recursos e aproveitar receitas para fazer superávit primário, sem ter de gastá-las; (3) renovar a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), evitando queda da receita em 2004; e (4) transformar a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em uma tributação sobre o valor adicionado, em substituição à taxação “em cascata” até então prevalecente. No caso da Previdência Social, a proposta se concentrou no regime dos servidores públicos e, basicamente, contemplou os seguintes elementos mais importantes: taxação, através de alíquota contributiva, dos servidores inativos, com a mesma alíquota dos ativos, ressalvado um limite mínimo de isenção; aplicação de um redutor para as novas

pensões acima de um certo piso de isenção; antecipação, para todos os funcionários da ativa (inclusive aqueles já empregados), da idade mínima para aposentadoria integral, de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, prevista apenas para os novos entrantes na Emenda Constitucional nº 20, de 1998; e definição do mesmo teto de benefícios do INSS para os benefícios dos novos entrantes, com a possibilidade de criação de fundos de pensão para a complementação da aposentadoria a partir desse limite.

Após ter sido registrada uma taxa de inflação de 26,41% em 2002, medida pelo IGP-DI, essa recuou significativamente nos dois anos seguintes, registrando, respectivamente, 7,66% e 12,13%. No ano de 2003, durante três meses seguidos, houve o processo de deflação, conforme se constata na Tabela 8.

O saldo em transações correntes nos anos de 2003 e 2004 quebraram a seqüência de saldos negativos, salvo o ano de 1992, que vinham sendo verificados na década de 90. Os resultados foram, respectivamente, US\$ 4.177 bilhões e US\$ 11.738 bilhões. Esses saldos foram influenciados fortemente pelo câmbio depreciado e pelos resultados do setor exportador, este altamente beneficiado pelas condições do mercado internacional favoráveis. As exportações fecharam os anos analisados em US\$ 73.084 bilhões e US\$ 96.475 bilhões, respectivamente, frente a uma capacidade de importação de US\$ 48.290 bilhões e US\$ 62.809 bilhões. O saldo da balança comercial, que registrara saldos negativos de 1995 a 2000, alcançou, em 2003 e 2004, respectivamente, US\$ 24.794 bilhões e US\$ 33.666 bilhões. Resultados significativos frente aos assistidos em 2001 — US\$ 2.650 bilhões — e 2002 — US\$ 13.121.

Tabela 8

Taxa de inflação (IGP-DI) no Brasil
— 1993 e 1994

MESES	IGP-DI (%a.m.)	MESE	IGP-DI (%a.m.)
Jan./03 ...	2,2	Jan./04 ...	0,8
Fev./03 ...	1,6	Fev./04 ...	1,1
Mar./03 ..	1,7	Mar./04 ..	0,9
Abr./03 ...	0,4	Abr./04 ...	1,2
Mai./03 .	-0,7	Mai./04 .	1,5
Jun./03 ...	-0,7	Jun./04 ...	1,3
Jul./03	-0,2	Jul.04	1,1
Ago./03 ..	0,6	Ago./04...	1,3
Set./03 ...	1,1	Set./04 ...	0,5
Out./03 ...	0,4	Out./04 ...	0,5
Nov./03 ..	0,5	Nov./04 ..	0,8
Dez./03 ..	0,6	Dez./04 ..	0,5

FONTE: www.ipeadata.gov.br

O risco-país teve uma queda significativa, chegando a registrar 2.400 pontos básicos em 2002, recuando para 400 e 500 pontos no final do ano de 2004 (CUNHA; PRATES, 2005).

1.3 O papel do Plano Real na atração dos IEDs e sobre a massa salarial no mercado formal de trabalho

Os indicadores macroeconômicos analisados na seção anterior, principalmente no que se refere ao controle do processo inflacionário, registram o desempenho da economia no período posterior à implantação do Plano Real. Esse plano de estabilização pode ser considerado um marco na economia brasileira, frente aos benefícios que proporcionou, dentre eles, a entrada de um volume significativo de investimentos externos diretos.

O controle, por meio do Plano Real, do processo de inflação crônica que o país tinha sofrido durante um período de praticamente 15 anos permitiu restabelecer um ambiente propício para a realização de novos investimentos, o que tornou possível que as empresas transnacionais destinassem novos recursos para estender e modernizar suas operações e iniciassem novas atividades no país. A estabilização monetária abriu a perspectiva de recuperação de um grande mercado consumidor a ser explorado (INVESTIMENTO EXTRANGEIRO..., 2006, p. 82-83).

O fluxo de IED para o Brasil tem sido caracterizado pela busca de mercado, principalmente pelas empresas da indústria de transformação.

Na década de 90, esse fluxo voltou a se regularizar, após o período de estagnação que marcou os anos 80, ganhando vulto com a estabilidade proporcionada pelo Plano Real, pelo advento das privatizações, das aquisições e fusões e pelo fortalecimento do Mercosul como bloco econômico.

Em 1995, o estoque de IED no Brasil atingia um valor de US\$ 41,696 bilhões, em 2000, esse montante mais do que dobrou, atingindo a cifra de US\$ 103,015 bilhões. Essa diferença retrata os primeiros anos do Plano Real no que se refere ao tratamento desse tipo de recurso.

Através da Figura 6, pode-se visualizar o fluxo dos IED a partir da segunda metade da década de 90 até o ano de 2004.

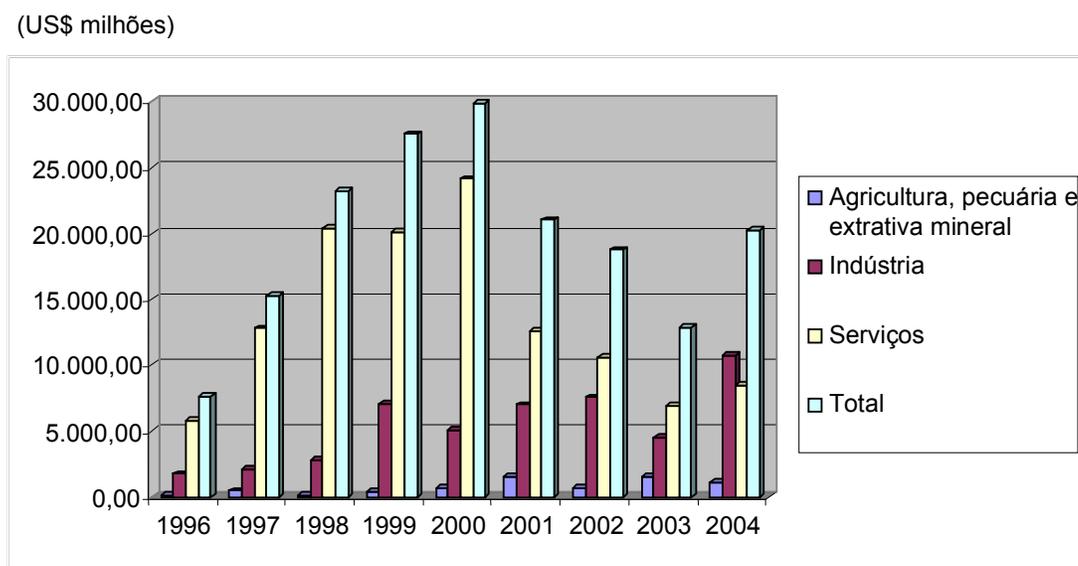


Figura 6: Fluxo de Investimento Externo Direto no Brasil — 1996-2004
 FONTE: Banco Central do Brasil.

Percebe-se um aumento no fluxo até o ano de 2000, quando atingiu um máximo de US\$ 29,9 bilhões. Nesse processo, o setor serviços obteve vantagens nítidas na recepção de investimentos externos, com exceção no ano de 2004, quando foi superado pela indústria (manufatura), que atingiu, nesse ano, um valor de US\$ 10,7 bilhões.

Segundo a Cepal (2006, p. 88):

Essas mudanças [diminuição do fluxo no setor de serviços e aumento na indústria] poderiam indicar uma revitalização das atividades com potencial exportador, além do fim do ciclo de privatizações. Poderiam inclusive indicar que se está indo além das tradicionais exportações brasileiras (recursos naturais e manufaturas baseadas nestes) para alcançar setores manufatureiros com forte presença de empresas transnacionais, como o automotivo e o de eletrônica.

Os fluxos para o setor agricultura, pecuária e extrativa mineral foram pouco significativos durante o período analisado. A maior parte dos recursos que fluíram para o Brasil são oriundos dos Estados Unidos.

As emendas constitucionais que foram aprovadas no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso puseram fim aos monopólios públicos, fazendo com que se direcionassem recursos externos para essas empresas (Cepal, 2006).

Nesse contexto, o ano de 1998 foi marcado principalmente pela privatização do Sistema Telebrás pelo Governo Federal, em julho, cujo valor arrecadado chegou à US\$ 18,9

bilhões. O IED veio em busca dessa fatia de mercado, face à demanda reprimida e ao relativo atraso tecnológico que caracterizou o setor de telecomunicações durante anos no Brasil. O Quadro 6 retrata os dados da privatização desse setor.

Quadro 6

Privatização do Sistema Telebrás — 1988

GRUPOS	SETORES	PREÇO MÍNIMO (US\$ bilhões)	PREÇO DE VENDA (US\$ bilhões)	ÁGIO (%)	COMPRADORES E RESPECTIVAS PARTICIPAÇÕES
Grupo A					
Telesp	Telefonia fixa	3.020	4.961	64,3	Telefônica (57%); Portugal Telecom (23%); Iberdrola (Espanha, 7%); BBV (Espanha, 7%); e RBS (Brasil, 6%)
Tele Centro Sul (Telemato)	Telefonia fixa	1.673	1.776	6,2	Stet-Telecom Itália (19%); Banco Opportunity (Brasil, 19%); fundos de pensão (Brasil, 62%)
Tele Norte Leste (Telemar)	Telefonia fixa	2.917	2.946	1,0	Investidores brasileiros 100%
Embratel	Telefonia fixa interurbana e internacional	1.544	2.273	47,2	MCI Communications Corp (Estados Unidos, 100%)
Grupo B					
Telesp Celular	Telefonia móvel	944	3.078	226,2	Portugal Telecom (100%)
Tele Sudeste Celular	Telefonia móvel	489	1.167	138,6	Telefônica de Espana (93%); Iberdrola (Espanha, 7%)
Telemig Celular	Telefonia móvel	197	648	228,7	Telesystem (Canadá, 48%); Banco Opportunity (Brasil, 21%); outros investidores brasileiros (31%)
Tele Celular Sul	Telefonia móvel	197	600	204,3	Stet Telecom Itália (50%); Globo e Bradesco (Brasil, 50%)
Grupo C					
Tele Nordeste Celular	Telefonia móvel	193	566	193,3	Stet Telecom Itália (50%); Globo e Bradesco (Brasil, 50%)
Tele Leste Celular	Telefonia móvel	107	368	242,2	Telefônica de Espana (93%); Iberdrola (Espanha, 7%)
Tele Centro Oeste Celular	Telefonia móvel	197	377	91,4	Splice (Brasil, 100%)
Tele Norte Celular	Telefonia móvel	77	161	108,9	Telesystem (Canadá, 48%); Banco Opportunity (Brasil, 21%); outros investidores brasileiros (Brasil, 31%)
TOTAL		11.555	18.921	63,8	

Fonte: CEPAL

Outro setor que teve um papel importante no que tange às privatizações foi o setor de energia elétrica. Esse carecia, antes das privatizações, de investimentos adequados por parte do Estado. Apenas uma pequena parcela do segmento gerador de energia elétrica foi privatizado, num total de quatro empresas, o restante dos recursos foi proveniente da privatização do segmento de distribuição de energia, conforme consta na Quadro 7.

Quadro 7

Privatização do Sistema Elétrico — 1996-2000

ORDEM E DESCRIMINAÇÃO	DATA DA VENDA	VALOR DA VENDA (US\$ milhões)	CONSÓRCIO VENCEDOR	
Empresas distribuidoras				
1	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (ESCELSA)	jul./95	519	IVEN (45,1%); GTD Participações (25%)
2	Light Serviços de Eletricidade	maio/96	2.217	EDF Internacional S/A (11,4%); Houston Industries (11,4%); AES Coral Ref. (11,4%); BNDESPAR (9,1%); CNS (7,3%)
3	Cia. de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ)	nov./96	587	Chilectra (42%), Eletricidade de Portugal (EDP) (21%); Endesa (7%)
4	Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA)	jul./97	1.598	Iberdrola (39%), Brasilcap (48%); outros fundos (13%)
5	Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Cia. Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica	out./97	1.486	VBC (33%); Pseg Brasil (33%); Previ (33%)
6	Companhia Estadual de Energia Elétrica; Cia. Centro Oeste de Distribuição de Energia Elétrica	out./97	1.372	AES Corporation (100%)
7	Companhia Piratininga de Forças e Luz (CPFL)	nov./97	2.731	VBC (45%); fundos de pensão (55%)
8	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL)	nov./97	565	ESCELSA (100%)
9	Cemat	nov./97	353	Rede (65%); Inepar (35%)
10	Empresa de Energia Elétrica de Sergipe (ENERGIPE)	dez./97	520	Cataguazes Leopoldina e fundos de pensão (100%)
11	Cia. Energética do Rio Grande do Norte (COSERN)	dez./97	606	COELBA (63%); Guariana (31%); Uptick (6%)
12	Cia. Energética do Ceará (COELCE)	abr./98	868	Enrsis-Chilectra (26%); Endesa (38%); CERJ (36%)
13	Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade	abr./98	1.777	Light Serviços de Eletricidade (100%)
14	Centrais Elétricas do Pará (CELPA)	jul./98	388	Rede (65%); Inepar (35%)
15	Elektro Eletricidade e Serviços	jul./98	1.273	Enron (100%)
16	Bandeirantes	set./98	860	CPFL (44%); EDP (56%)
17	CELPE	fev./00	1.004	Guarania (Iberdrola, BBI e Previ)
18	Cia. Energética do Maranhão (CEMAR)	jun./00	523	Pennsylvania Power & Light (100%)
19	S/A de Eletrificação da Paraíba (SAELPA)	nov./00	185	Cataguazes Leopoldina (100%)
Total do segmento de distribuição			19.432	
Empresas geradoras				
1	Cachoeira Dourada	set./97	714	Endesa (60%); EDGEL (20%); fundos de pensão (20%)
2	GERASUL	set./98	880	Tractebel (100%)
3	Parapanema	jul./99	682	Duke Energy (100%)
4	Tietê	out./99	472	AES Corporation (100%)
Total do segmento de geração			2.748	
TOTAL			22.180	

FONTE: CEPAL.

O sistema financeiro também foi alvo de mudanças após a implantação do Plano Real. O número de instituições nesse segmento sofreu uma redução significativa entre os anos de 1994 e 2002, devido ao processo de fusões e aquisições ou liquidações, passando de um total de 910 para 496 (CEPAL, 2006).

A entrada de capital estrangeiro no sistema financeiro local ocorreu principalmente no segmento dos bancos que enfrentavam problemas patrimoniais. Além disso, também houve alguns casos de compras de grandes instituições varejistas domésticas — como a aquisição do banco Real pela entidade holandesa ABN Amro Bank. Nesse processo, houve um aumento da participação das instituições estrangeiras e uma redução das instituições públicas, especialmente das estaduais (CEPAL, 2006, p. 107).

O Quadro 8 mostra a penetração de parcela significativa do capital estrangeiro no segmento financeiro brasileiro.

Quadro 8

Maiores bancos com participação de capital estrangeiro, por ativos, no Brasil — jun./04

POSIÇÃO NO BRASIL	BANCOS	INVESTIDOR ESTRANGEIRO	ORIGEM	ATIVOS (US\$ milhões)
1	Santander Banespa (1)	Santander Central Hispano	Espanha	22.043
2	ABN Amro	ABN Amro Bank	Países Baixos	19.296
3	HSBC	HSBC	Reino Unido	10.409
4	Citibank	Citibank	Estados Unidos	9.600
5	Bankboston	Bankboston	Estados Unidos	6.362
6	JP Morgan Chase	JP Morgan Chase	Estados Unidos	2.804
7	BNP Paribas	BNP Paribas	França	2.183
8	Banco Volkswagen	Volkswagen	Alemanha	1.208
9	Rabobank	Rabobank	Países Baixos	1.090
10	CNH Capital	CNH Capital	Estados Unidos	985

FONTE: CEPAL.

(1) O Santander Banespa, formado em 2001, é composto por quatro entidades, Banespa, Santander Meridional, Santander Brasil e Santander S/A, todas controladas, direta ou indiretamente, pelo banco espanhol Santander Central Hispano.

Porém não somente os setores de telefonia, elétrico e financeiro foram afetados por reestruturações pós Plano Real. Com o poder de compra revitalizado, o mercado consumidor brasileiro aumentou, tornando-se, assim, um atrativo para ampliação, e mesmo ingresso, de novos recursos na forma de IED. Para que se possa ter uma noção de algumas das principais empresas com injeção de recursos estrangeiros, o Quadro 9 retrata os 50 maiores grupos não financeiros com participação estrangeira majoritária no ano de 2003.

Quadro 9

Cinquenta maiores grupos não financeiros com participação estrangeira majoritária,
por receita bruta, no Brasil — 2003

OR-DEM	EMPRESAS	PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADES	PAÍS DE ORIGEM DO CAPITAL	PRINCIPAIS INVESTIDORES ESTRANGEIROS	PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL TOTAL (%)	RECEITA BRUTA EM REAIS (milhões)	RECEITA BRUTA EM DÓLARES (1) (milhões)	EXPORTAÇÕES EM 2003 (US\$ milhões)
1	Telefônica	Telecomunicações	Espanha	Telefônica S/A	100,0	22.263,5	7.703,6	-
2	Bunge	Alimentos	Estados Unidos	Bunge	100,0	18.443,4	6.381,8	(2)2.010
3	Ambev	Bebidas	Brasil/ Bélgica	Stinchtig Interbrew	55,92	17.173,5	5.932,0	...
4	Fiat	Automotivo	Itália	Fiat	100,0	13.623,2	4.713,9	(3) 326
5	Volkswagen	Automotivo	Alemanha	Volkswagen AG	100,00	13.549,8	4.688,5	(4)1.485
6	Shell	Petróleo e gás	Países Baixos/Reino Unido	Royal Dutch/Shell Group	100,0	12.381,3	4.284,2	(5) 158
7	General Motors	Automotivo	Estados Unidos	General Motors	100,0	12.240,0	4.235,3	(6) 978
8	Carrefour	Comércio varejista	França	Carrefour	100,0	11.028,3	3.816,0	-
9	Nestlé	Alimentos	Suíça	Nestle	100,0	9.642,3	3.336,4	(7) 132
10	Cargill	Alimentos	Estados Unidos	Cargill	100,0	9.500,0	3.287,2	(8)1.163
11	Embratel	Telecomunicações	México	Telmex	51,79	9.177,2	3.175,5	-
12	Chevron Texaco	Petróleo e gás	Estados Unidos	Chevron Texaco Corporation	100,0	8.976,0	3.105,9	(9) 3'
13	AES Eletropaulo	Energia elétrica	Brasil/Estados Unidos	AES Corporation	50,0	8.684,1	3.004,9	-
14	Unilever	Alimentos/higiene e limpeza	Reino Unido/Países Baixos	Unilever N. V.	100,0	8.100,0	2.802,8	...
15	Souza Cruz/ /BAT	Tabaco	Reino Unido	British American Tabaco	75,3	6.806,6	2.355,2	(10) 110 ^l
16	Light Eletricidade	Energia elétrica	França	Electricité de France (EDF)	79,8	5.467,2	1.891,8	-
17	TIM Brasil	Telecomunicações	Itália	Telecom Itália SpA Kitchen	100,0	5.254,0	1.1818,0	-
18	Brasmotor	Eletrônica, mecânica	Estados Unidos	Kitchen Aid Bermuda Ltd./Whirlpool	100,0	5.212,7	1.803,7	...
19	Siemens	Eletrônica, mecânica, equipamentos de telecomunicações, tecnologia da informação	Alemanha	Siemens	100,0	5.154,2	1.783,5	(11) 63
20	Endesa	Energia elétrica	Espanha	Endesa-Empresa Nacional de Eletricidad S/A	100,0	5.110,7	1.768,4	-
21	Belgo	Metalúrgica, siderurgia	Luxemburgo	Arcelor	60,6	4.928,5	1.705,4	(14) 141
22	Portugal Telecon	Telecomunicações	Portugal	Portugal Telecon SGPS S/A	99,95	4.894,2	1.693,5	-
23	EDP	Energia elétrica	Portugal	EDP Eletricidade de Portugal S/A	100,0	4.386,5	1.517,8	-
24	Saint-Gobain	Materiais de construção, metalurgia	França	Cie. Saint Gobain	100,0	4.300,0	1.487,9	...
25	Coinbra/ /Louis Dresfus	Alimentos/bebidas	França	Louis Dreyfus	100,0	4.233,0	1.464,7	(13) 109
26	Dow Brasil	Química, petroquímica	Estados Unidos	The Dow Chemical Company	100,0	3.906,8	1.351,8	...
27	Sonae	Comércio varejista	Portugal	Sonae	100,0	3.732,2	1.291,4	-
28	Bayer	Farmacêutica, química e petroquímica	Alemanha	Bayer	100,0	3.406,6	1.178,7	(14) 38
29	Claro	Telecomunicações	México	América Móvil S/A de C. V.	97,50	3.019,3	1.044,7	-

(continua)

Quadro 9

Cinquenta maiores grupos não financeiros com participação estrangeira majoritária,
por receita bruta, no Brasil — 2003

OR-DEM	EMPRESAS	PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADES	PAÍS DE ORIGEM DO CAPITAL	PRINCIPAIS INVESTIDORES ESTRANGEIROS	PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL TOTAL (%)	RECEITA BRUTA EM REAIS (milhões)	RECEITA BRUTA EM DÓLARES (1) (milhões)	EXPORTAÇÕES EM 2003 (US\$ milhões)
30	Pirelli	Pneus	Itália	Pirelli	100,0	2.816,0	974,4	(15) 264
31	Bosch	Autopeças	Alemanha	Bosch	100,0	2.785,7	963,9	(16) 336 ^{p/}
32	HP Brasil	Tecnologia da informação	Estados Unidos	Hewlwt Packard Co.	100,0	2.700,0	934,3	...
33	Kraft Foods	Alimentos	Estados Unidos	Kraft foods Latin América Holding LLC	100,0	2.614,9	904,8	...
34	Alcoa	Metalúrgica mineração	Estados Unidos	Alcoa Inc.	100,0	2.419,5	837,2	(17) 217 ^{r/}
35	Renault	Automotivo	França	Reunault S/A	100,0	2.255,0	780,3	145 ^{r/}
36	Rhodia	Química e petroquímica	França	Rhodia	100,0	2.211,2	765,1	...
37	White Martins	Química e petroquímica	Estados Unidos	Praxair Inc.	100,0	2.112,2	730,9	...
38	Toyota	Automotivo	Japão	Toyota Motor Corp. Sidenor International	100,0	2.033,4	703,6	...
39	Aços Villares/Sidenor	Siderúrgica	Espanha	Sidenor International SR	58,4	1.970,0	681,7	...
40	Tractebel	Energia elétrica	França/Belgica	Grupo Suez/Suez Tractebel S.A	100,0	1.952,8	675,7	-
41	Wat-Mart	Comércio varejista e atacadista	Estados Unidos	Wat Mart Stores Inc.	100,0	1.940,0	671,3	-
42	L.G Electronic	Eletrônica	República da Coréia	L.G. Electronics Corp.	100,0	1.842,9	637,7	...
43	Alcan	Metalúrgica, mineração	Canadá	Alcan Inc.	100,0	1.785,3	617,7	...
44	Kaiser/Molson	Bebidas	Canadá/Paises Baixos	The Molson Company/Grupo Heineken	100,0	1.730,8	598,9	...
45	Mahle	Autopeças	Alemanha	Mahle Industriebeteiligungen GmmbH	100,0	1.639,1	567,2	...
46	Repsol YPF Brasil	Petróleo e gás	Espanha	Repsol YPF S/A	100,0	1.604,9	555,3	...
47	Dana	Autopeças	Estados Unidos	Dana Corp. A.B.Electrolux	100,0	1.560,8	540,1	...
48	Electrolux	Eletrônica	Suécia	A.B.Electrolux	99,94	1.547,7	535,5	...
49	Du Pont	Química e Petroquímica	Estados Unidos	E. I. Du Pont de Nemours & Co.	100,0	1.496,4	517,8	...
50	Doux Frangosul	Alimentos	França	Grupo Doux	100,0	1.430,1	494,8	(19) 371,1

FONTE: CEPAL

1) Taxa de câmbio de US\$ 1 = R\$ 2,89, de dez./03. (2) Bunge Alimentos e Bunge Fertilizantes. (3) Fiat Automóveis. (4) Volkswagen do Brasil. (5) Shell Brasil. (6) General Motors do Brasil. (7) Nestlé Brasil. (8) Cardill do Brasil. (9) Texaco do Brasil Ltda. (10) Souza Cruz. (11) Siemens Brasil. (12) Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. (13) Coimbra. (14) Croplscience. (15) Pirelli Pneus. (16) Bosch do Brasil. (17) Alcoa Alumínio S/A. (18) Renault do Brasil. (19) Estimativa baseada em informações divulgadas em <<http://gazetamercantil.com.br>> (CONSELHO DA FRANGOSUL TEM NOVO PRESIDENTE, 12.11.2003).

A abertura comercial e financeira vigente a partir do início dos anos 90 estimulou a concorrência interna em larga escala no mercado brasileiro, fruto da entrada de produtos e capitais estrangeiros em diversos setores. Esse processo exigiu uma reestruturação de diversos segmentos, para poderem sobreviver ao novo contexto, não só interno, mas também externo, uma vez que essa reestruturação dos mercados é um fenômeno dinâmico e contínuo que vem ocorrendo em escala mundial.

O mercado de trabalho também foi largamente afetado por esse fenômeno. A maior parte das empresas, frente a esse novo cenário, viram-se obrigadas a implementar novas técnicas produtivas e gerenciais, com vista à redução de custos e ao aumento de produtividade. A qualificação da mão-de-obra passou, então, a ter uma importância fundamental, para que os trabalhadores pudessem se adaptar a esse novo modelo de mercado.

Para que se possa verificar o comportamento desse mercado, optou-se pela análise dos dados da **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, que é um registro administrativo de âmbito nacional feito pelo Ministério do Trabalho, onde são registrados diversos dados sobre o mercado de trabalho, dentre eles, a desagregação da remuneração por níveis de escolaridade. No Capítulo 2, é feita, com maiores detalhes, uma apresentação da RAIS.

O mercado de trabalho formal, com base no número de vínculos empregatícios ativos no final de cada ano, pode ser visualizado através da Figura 7. Nela, os registros estão desagregados por setores, conforme nomenclatura utilizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

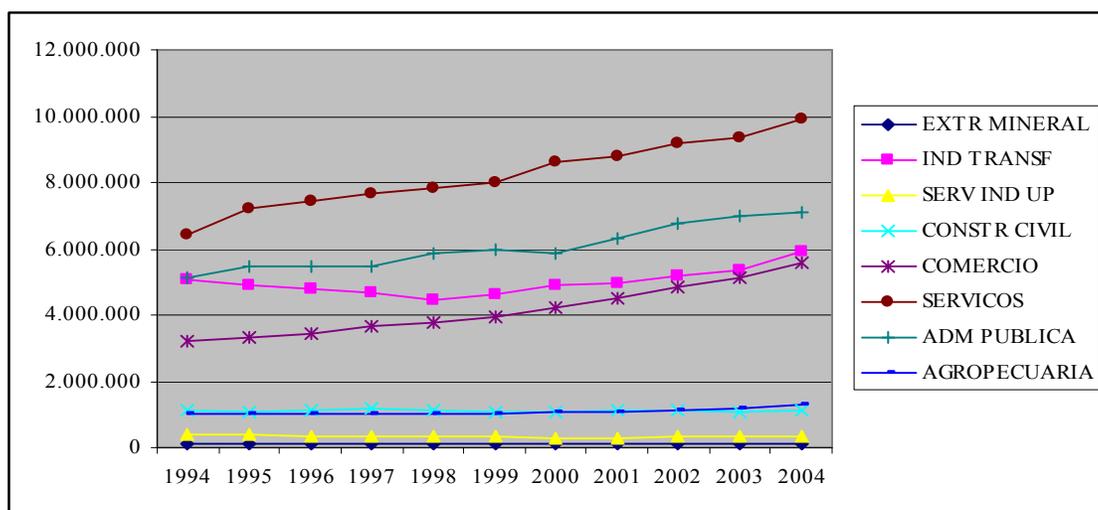


Figura 7: Vínculo empregatício ativo, no final de cada ano, no Brasil — 1994-2004.
FONTE: RAIS.

Apesar do crescimento natural no número de vínculos derivado do próprio processo de crescimento da economia, numa primeira visão sobre os dados brutos registrados na Figura 7, tem-se a clara imagem da superioridade do setor serviços frente aos demais. Esse setor vem crescendo significativamente, principalmente a partir da segunda metade dos anos 90, com os processos de privatização, bem como das fusões e aquisições. Esse setor mantinha, em 1994, um total de 6.442.665 vínculos empregatícios, passando a registrar, em 2004, um total de 9.901.216 (variação de 53,7%). A terceirização dos serviços também foi fator influente nesse processo. A indústria de transformação e a administração pública partiram praticamente do mesmo patamar em 1994: 5.056.583 e 5.098.874 respectivamente. Em 2004, apresentavam uma diferença de 1.172.947 a favor da administração pública. Isso pode estar sendo reflexo da adoção de processos produtivos poupadores de mão-de-obra pela indústria. O setor de comércio seguiu uma tendência ascendente, partindo de um patamar de 3.211.525 no início do período analisado para 5.587.263 no final, uma variação de 74,0%, impulsionado principalmente pelo comércio varejista. A estabilização da economia e o aumento do poder de compra da maior parte da população impulsionou significativamente o comércio. Os demais setores, agropecuária, construção civil, serviços de utilidade pública e extrativa mineral, não registraram alterações significativas.

Em relação à remuneração auferida pelos trabalhadores, pode-se, também a partir da RAIS, fazer algumas inferências importantes. A desagregação por nível de escolaridade, embora se trate de dados brutos, registra que a maior renda pertence àqueles trabalhadores que possuíam o curso superior completo, seguidos por aqueles com segundo grau completo, oitava série completa e oitava série incompleta. No período analisado, não houve mudança de posição entre as escolaridades analisadas.

No início do período, a diferença entre aqueles que possuíam o curso superior completo e os que possuíam o segundo grau completo era de 23,1%; no final do período, passou para 33,3%. A diferença maior reside entre aqueles que possuíam o segundo grau completo e aqueles que possuíam a oitava série completa. No início do período, essa diferença era de 83,4% a favor dos primeiros, passando para 162,9%, também a favor dos primeiros. Isso demonstra uma grande absorção de técnicos de nível médio pelo mercado de trabalho. Os trabalhadores que possuíam a oitava série completa praticamente partiram do mesmo patamar dos que possuíam a oitava série incompleta, com uma diferença de apenas 11,6%. Já no final do período, essa diferença era de 131,9%. A Figura 8 retrata essa situação.

Essas diferenças podem estar sendo influenciadas tanto pelo valor do próprio salário como pelo número de vagas oferecidas.

Através da Tabela 9, percebe-se que o número de vínculos empregatícios para aqueles trabalhadores que possuem até a oitava série incompleta tem diminuído, o que respalda a baixa *performance* em relação aos rendimentos desses indivíduos na Figura 8.

O número de vínculos no setor de serviços, em 1994, para quem possuía segundo grau completo era de 1.286.505, esse número passou, em 2004, para 3.157.420, uma variação de 145,4%. O setor de comércio, que, em 1994, absorvia um total de 600.735 trabalhadores com o segundo grau completo, passou, em 2004, para 2.275.385, uma variação de 278,8%.

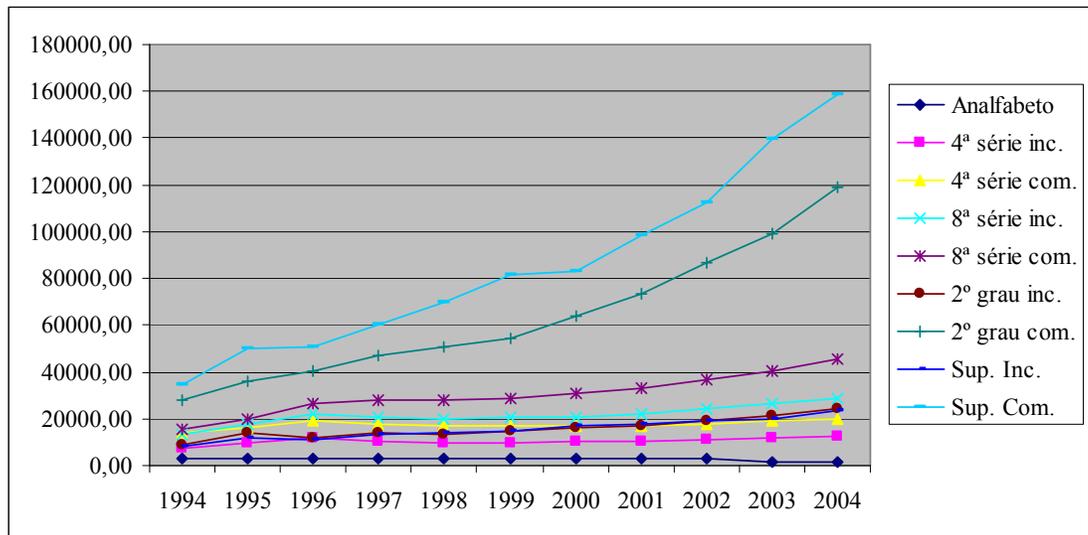


Figura 8: Rendimento dos trabalhadores, em R\$ milhões, por nível de escolaridade, no Brasil — 1994-2004. FONTE: RAIS.

Tabela 9

Vínculos empregatícios, por grau de instrução, no Brasil – 1994 e 2004

GRAUS DE INSTRUÇÃO	1994		2004		VARIÇÃO PERCENTUAL
	Número	%	Número	%	
Analfabeto	735.784	3,1	276.174	0,9	-62,5
4ª série incompleta ..	2.345.437	9,9	1.698.935	5,4	-27,6
4ª série completa	3.735.912	15,8	2.415.764	7,7	-35,3
8ª série incompleta ..	3.625.591	15,4	3.480.361	11,1	-4,0
8ª série completa	3.642.928	15,4	5.058.687	16,1	38,9
2º grau incompleto ...	1.768.969	7,5	2.753.608	8,8	55,7
2º grau completo	4.430.501	18,8	9.898.887	31,5	123,4
Superior incompleto .	768.610	3,3	1.238.540	3,9	61,1
Superior completo	2.553.543	10,8	4.586.620	14,6	79,6

FONTE: RAIS.

Na análise contrafactual que é levada a efeito no Capítulo 2, pode-se verificar o impacto sobre a massa salarial, desagregado por nível de escolaridade, quando é feita uma alteração no nível de IED.

2 A MATRIZ DE CONTABILIDADE SOCIAL E A ORIGEM DOS DADOS

O presente capítulo tem por finalidade apresentar a Matriz de Contabilidade Social, bem como descrever a metodologia utilizada para a sua composição. Como, na discussão dos resultados, são analisados os dados dos anos 1996 e 2002, a MaCS construída é a do ano de 1996 e é utilizada a MaCS de 2002 confeccionada por Grijó (2005), com algumas alterações necessárias para atender aos objetivos da dissertação, especificadas ainda nesta parte do trabalho. Para tanto, este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, faz-se uma descrição da MaCS como instrumento de análise, focando aspectos conceituais e as devidas desagregações dos multiplicadores. Na segunda, é focada a fonte dos dados, quais sejam, Quadro do Investimento Externo Direto, a Matriz de Insumo-Produto (MIP), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), as Contas Econômicas Integradas (CEI) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O primeiro foi produzido sob a responsabilidade do Banco Central do Brasil, ao passo que a MIP, a POF e as CEI foram produzidas pelo IBGE. A RAIS, por sua vez, foi obtida a partir de registros disponíveis no Ministério do Trabalho. A terceira seção é destinada à apresentação dos dados, bem como à estruturação da MaCS propriamente dita, e à composição dos multiplicadores. Na quarta seção, realizam-se o exercício contrafactual e a análise dos resultados obtidos.

2.1 A Matriz de Contabilidade Social

A Matriz de Contabilidade Social, conhecida na literatura internacional como Social Accounting Matrix (SAM), é um instrumento de análise econômica consistente e completo. Consistente, pois reflete o fluxo circular da renda total da economia em seu conjunto, e é completo, pois a renda gasta por um agente é absorvida por outro, não havendo perda de recursos. A MaCS dispõe, em formato matricial, dados sobre um país, estado ou qualquer outra unidade de interesse, referente a um determinado período no tempo, geralmente um ano específico. Além da função de retratar uma imagem estática de uma economia em um período de tempo específico, também permite simulações (análises contrafactuais) de políticas

econômicas, a partir de uma determinada estrutura, sendo essas de vital interesse para os pesquisadores.

Segundo Fochezatto e Curzel (2002, p. 8):

A MaCS é derivada da MIP e das Contas Nacionais (ou Regionais), e é uma representação estática da estrutura econômica de uma economia em determinado período de tempo. A MIP fornece as relações interindustriais e as informações detalhadas referentes à demanda final das instituições, o valor adicionado das atividades e os impostos indiretos. As Contas Nacionais proporcionam um conjunto de informações diretas ou indiretas, que possibilitam uma representação completa e detalhada do fluxo circular da renda na economia.

A MaCS, portanto, é uma extensão da Matriz de Insumo-Produto desenvolvida pelo economista norte-americano (nascido na Rússia) Wassily Leontief. Distancia-se desta principalmente pelo termo “social”, uma vez que a estrutura a ser montada não se restringe às ligações intersetoriais de bens e serviços e à estrutura de custos de produção retratada por uma MIP. Ela vai além, ao focar o papel das diversas instituições que compõem o sistema econômico e o montante de fatores de produção de sua propriedade que elas levam ao mercado. Numa MaCS, o papel das famílias também é salientado, permitindo estudos de impacto de políticas econômicas que possam melhorar o padrão de vida de uma comunidade, avaliando em que medida os reflexos do aumento da produção são sentidos por todos. Conforme Pyatt e Round (1985, p. 1):

Hoje, enquanto que a maioria concorda que o crescimento da produção é uma condição necessária para a melhoria sustentável do padrão de vida, é também generalizadamente reconhecido que a política econômica deve referir-se simultaneamente à distribuição do aumento de benefícios oriundos do crescimento, ao ponto onde a força do mais rápido crescimento generalizado pode ser sacrificado em favor de um mais rápido crescimento no padrão de vida de grupos particulares, especialmente o grupo dos pobres.

A análise contrafactual permitida pela MaCS pode ser visualizada através da Figura 9.

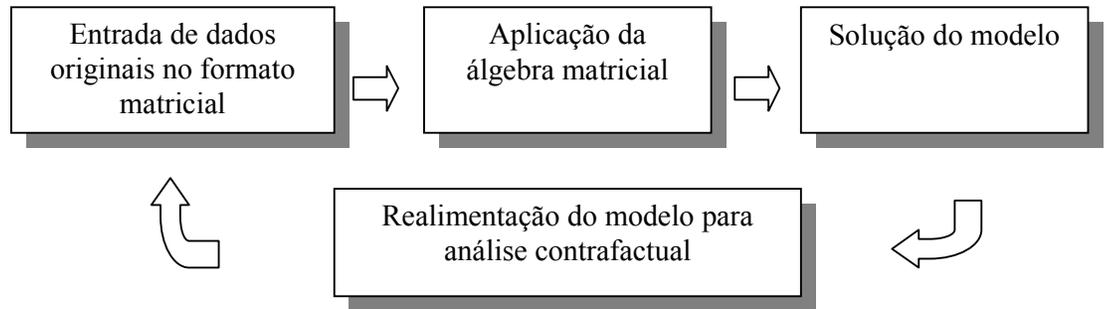


Figura 9: Esquema de elaboração da análise contrafactual com a MaCS.

Como citado anteriormente, a MaCS configura-se num poderoso instrumento de análise econômica, onde são registradas as interdependências e os fluxos de renda que compõem um sistema econômico. De forma generalizada, os três principais atores que figuram nesse sistema e fazem com que se concretize o fluxo circular da renda são os produtores de mercadorias, os agentes econômicos, que, em troca de seus serviços, são remunerados, e as instituições que absorvem a produção.

A Figura 10 descreve de maneira simplificada o lado monetário (nominal) do fluxo circular da renda.

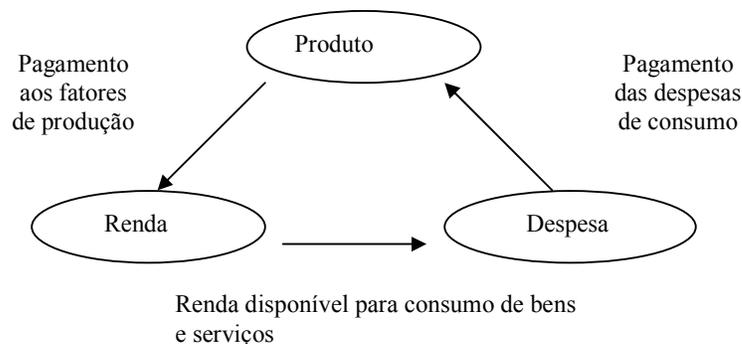


Figura 10: Representação esquemática do fluxo circular da renda.

Esse fluxo circular da renda é contemplado pela MaCS, porém de maneira abrangente e de forma a evidenciar as relações propostas pelas questões que deram origem à sua

construção. No sentido oposto às setas exibidas na Figura 10, ele evidencia o fluxo real: remessa de serviços dos fatores aos produtores, remessa de bens e serviços destes às instituições e suprimento da estrutura institucional por estas.

As relações de remessa e pagamento associadas à movimentação de bens e serviços registradas nesse fluxo circular podem ser apresentadas em forma de matriz, conforme o Quadro 10.

A cada entrada de dados de uma MaCS, dá-se o nome de **conta**. As contas são organizadas em formato matricial, cujas linhas representam os lançamentos a crédito, e as colunas, os lançamentos a débito. Sendo assim, é montada uma estrutura de dupla entrada para cada conta, representando, ao mesmo tempo, o crédito de um agente e o débito de outro agente.

Quadro 10

Representação esquemática da consistência das contas em uma MaCS

DESPESAS		NÚMERO DE CONTAS ATRAVÉS DAS COLUNAS (N=1,...,k,...,n)					TOTAIS
		1	...	k	...	n	
RECEITAS							
Número de contas através das linhas (M = 1,...,k,...,n)	1	$t_{1,1}$		$t_{1,k}$		$t_{1,n}$	$\sum_i^n a_{M,n}$
	.						
	.						
	k	$t_{k,1}$		$t_{k,k}$		$t_{k,n}$	$\sum_i^n a_{M,n}$
	.						
.							
.							
n	$t_{n,1}$		$t_{n,k}$		$t_{n,n}$	$\sum_i^n a_{M,n}$	
Totais		$\sum_i^n a_{M,n}$		$\sum_i^n a_{M,n}$		$\sum_i^n a_{M,n}$	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: EMINI, Christian Arnault. **Designing the financial social accounting matrix underlying the integrated macroeconomic model for poverty analysis: the Cameroon country-case.** Disponível em: www.crefa.ecn.ulaval.ca/develop/SAM_IMMPA-SAM_Cameroon.pdf Acesso em: 12 de ago. 2005.

A notação a_{MN} representa o elemento da matriz localizado na linha M, coluna N, e, no contexto de uma MaCS, denota a receita auferida pelo agente da linha M oriunda do gasto feito pelo agente da coluna N.

O que garante a consistência interna da matriz é o fato de que o total de cada linha é igual ao total de cada coluna correspondente, de forma que:

$$\sum_M^n a_{m,N} = \sum_N^n a_{M,n}$$

O formato de matriz permite realizar simultaneamente cálculos com vários escalares ou equações através da álgebra matricial, gerando os coeficientes representados no esquema abaixo:

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & a_{12} & \dots & a_{1n} \\ a_{21} & a_{22} & \dots & a_{2n} \\ \cdot & \cdot & \dots & \cdot \\ \cdot & \cdot & \dots & \cdot \\ \cdot & \cdot & \dots & \cdot \\ a_{m1} & a_{m2} & \dots & a_{mn} \end{bmatrix}$$

A limitação imposta num sistema desse tipo encontra-se na linearidade das equações que o compõe. Esse fato pode não retratar a realidade implícita nas diversas equações, porém fornece uma aproximação suficiente para que se possa realizar análises sobre os fatos estudados. Um outro emprego dado pelos pesquisadores à MaCS é que ela tem servido como base para a elaboração de modelos de equilíbrio geral computável, em que os requisitos de linearidade presentes na modelagem construída em torno da MaCS são parcial ou totalmente quebrados.

Uma MaCS contempla, na sua forma mais elementar, três principais contas: produção, fatores de produção e instituições. Cada uma delas podendo ser desagregada de acordo com as necessidades da análise ou, o que é um importante fato limitador, com a disponibilidade de dados. Através de uma MaCS, pode-se visualizar os fluxos de mercadorias e serviços, os

fluxos monetários, além das transferências diretas e indiretas que são realizadas entre os agentes econômicos.

2.1.1 Decomposição da Matriz dos Multiplicadores

Os multiplicadores são considerados o cerne da MaCS. Através deles, pode-se analisar o efeito multiplicativo de cada elemento da matriz sobre todos os demais elementos e verificar os resultados de exercícios contrafactuais. Llop e Manresa (2003) salientam a semelhança entre os multiplicadores de uma MIP e os multiplicadores de uma MaCS. Ambos permitem conhecer os efeitos sobre variáveis endógenas, quando são feitas mudanças em variáveis consideradas exógenas. Porém ressaltam que os da MaCS abrangem de uma forma mais completa e desagregada esses efeitos, permitindo não só verificar o impacto sobre a estrutura de produção, mas também as mudanças sobre a renda dos fatores de produção e sobre a despesa das instituições que compõem a economia e que são consideradas endógenas na solução do módulo.

Desse modo, o primeiro passo a ser tomado para a construção dos multiplicadores de uma MaCS é dividir as contas que a compõem em endógenas e exógenas, divisão esta que é determinada pelo modelo a ser construído. As contas endógenas são aquelas sobre as quais se deseja verificar os efeitos da adoção de políticas econômicas. As contas exógenas, por sua vez, são justamente aquelas que se deseja utilizar como instrumentos de política econômica. A literatura sobre o tema tem consagrado as instituições governo, empresas nacionais (conta capital) e empresas nacionais que vendem ao resto do mundo (exportações) como constituindo as contas exógenas.

Defourny e Thorbecke (1984) retratam com propriedade os princípios dos multiplicadores. No Quadro 11 é feita uma representação de uma MaCS com três contas endógenas, a saber, os fatores de produção, as instituições e as atividades produtivas.

Quadro 11

Esquema simplificado de uma MaCS

Contas				DESPESAS					
				Contas endógenas			Exógenas		Total
				Fatores	Instituições	Produtores	Soma das outras contas		
				1	2	3	4		
RECEITAS	Contas endógenas	Fatores	1	0	0	T_{13}	x_1	y_1	
		Instituições	2	T_{21}	T_{22}	0	x_2	y_2	
		Produtores	3	0	T_{32}	T_{33}	x_3	y_3	
	Exógenas	Somas das outras contas	4	l'_1	l'_2	l'_3	t	y_x	
		Total	5	y'_1	y'_2	y'_3	y_x		

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEFOURNY, Jacques; THORBECKER, Erik. Structural path analysis and multiplier decomposition within a social accounting matrix framework. **The economic journal**. The quarterly journal of the royal economic society. Cambridge University Press, n. 373, v. 94, p.112, Mar 1984.

Cinco submatrizes compõem o Quadro 11. A primeira designada por T_{13} , mostra a geração da renda dos fatores de produção que é oriunda do processo produtivo. No final da coluna 3, T_{33} representa a matriz de consumo de insumos entre os setores produtivos. Em seguida, T_{21} mostra a renda transferida (paga) pelos fatores para as instituições que possuem sua propriedade. A matriz T_{22} captura a transferências de renda entre as diversas instituições da economia. Finalmente, T_{32} retrata a renda do setor produtivo advinda do consumo das diversas instituições. De maneira simplificada, essas são as principais transações que se verificam em uma economia. Alguns autores retratam essas mesmas ligações alterando a ordem das contas endógenas, o que, conseqüentemente, altera os quadrantes afetados.

Já no Quadro 12, as mesmas relações entre as contas endógenas e exógenas são mostradas de uma forma esquemáticas um pouco diferente.

Quadro 12

Representação esquemática das contas endógenas e exógenas de uma MaCS

Contas		DESPEASAS				
		Endógenas	Soma	Exógenas	Soma	Total
RECEITAS	Endógenas	T_{nn}	n	Injeções	x	y_n
	Exógenas	Saídas T_{xn}	l	Balanço residual T_{xx}	t	y_x
Total		y'_n		y'_x		

FONTE: DEFOURNY, Jacques; THORBECKER, Erik. Structural path analysis and multiplier decomposition within a social accounting matrix framework. **The economic journal**. The quarterly journal of the royal economic society. Cambridge University Press, n. 373, v. 94, p.114, Mar 1984.

No Quadro 12, y_n é um vetor-coluna que representa o total da linha das contas endógenas, que é constituída por duas partes, uma delas proveniente das contas endógenas (T_{nn}), cuja soma está representada por n, e a outra oriunda das conta exógenas (T_{nx}), cuja soma está representada por x — x representa os estímulos externos (“injeções”). Assim, pode-se escrever:

$$y_n = n + x \quad (1)$$

Os elementos que constituem a matriz de transações endógenas T_{nn} são expressados como proporções das somas das colunas correspondentes, ou seja, como propensão média a gastar. Disso resulta que:

$$T_{nn} = A_n \hat{y}_n \quad (2)$$

Onde \hat{y}_n é um matriz diagonal cujos elementos são $y_i = 1, \dots, n$. A_n é uma matriz cujas colunas mostram os gastos como uma proporção da renda total, y'_n no Quadro 12 ($a_{ij} = T_{ij}/y'_j$) e não como montantes absolutos, como em T_{nn} . Com a introdução da matriz A_n , n pode ser expresso como:

$$n = A_n y_n \quad (3)$$

Combinando as equações (1) e (3), tem-se:

$$y_n = n + x, \quad (4)$$

$$y_n = A_n y_n + x, \quad (5)$$

$$y_n - A_n y_n = x, \quad (6)$$

$$(I - A_n)y_n = x, \quad (7)$$

$$y_n = (I - A_n)^{-1}x, \quad (8)$$

e

$$y_n = M_a x. \quad (9)$$

onde M_a é a matriz de multiplicadores contábeis, que podem ser decompostos em três multiplicadores distintos. Essa inversa, quando existe, é denominada de inversa generalizada.

A equação $y_n = A_n y_n + x$ também pode ser expressa como:

$$\begin{bmatrix} y_1 \\ y_2 \\ y_3 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 0 & 0 & A_{13} \\ A_{21} & A_{22} & 0 \\ 0 & A_{32} & A_{33} \end{bmatrix} x \begin{bmatrix} y_1 \\ y_2 \\ y_3 \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} x_1 \\ x_2 \\ x_3 \end{bmatrix}$$

Para a decomposição dos multiplicadores, a metodologia a ser desenvolvida é baseada em Stone (1985). O sistema a ser decomposto é constituído por três subsistemas de variáveis endógenas, cuja repercussão, quando há uma "injeção" em uma dessas contas, pode resultar em três efeitos:

- a) intragrupo - quando os resultados se dão dentro do próprio subsistema afetado, cujas repercussões são medidas através da inversa de Leontief;
- b) intergrupo - quando os efeitos se refletem por todo o sistema e retornam ao subsistema que sofreu o estímulo inicial;
- c) extragrupo - quando os efeitos se refletem por todo o sistema e acabam sobre um outro subsistema, distinto daquele que sofreu o estímulo inicial.

Salienta o autor que Pyatt e Round se referem a esses efeitos como diretos, indiretos e cruzados respectivamente.

A matriz A° (anteriormente denominada de A_n) seccionada abaixo, é composta por quatro subsistemas, três endógenos e um exógeno:

$$A^\circ = \begin{bmatrix} 0 & 0 & A_{13} & A_{14} \\ A_{21} & A_{22} & 0 & A_{24} \\ 0 & A_{32} & A_{33} & A_{34} \\ \hline 0 & A_{42} & A_{43} & A_{44} \end{bmatrix}$$

As três primeiras linhas e colunas representam as contas endógenas, e as quartas linha e coluna as contas exógenas.

Os subsistemas endógenos, representados pela matriz A, que é uma matriz de propensão média a gastar, podem ser decompostos em dois outros subsistemas, matrizes B e C, sendo:

$$A = B + C$$

$$A = \begin{bmatrix} 0 & 0 & A_{13} \\ A_{21} & A_{22} & 0 \\ 0 & A_{32} & A_{33} \end{bmatrix} \quad B = \begin{bmatrix} 0 & 0 & 0 \\ 0 & A_{22} & 0 \\ 0 & 0 & A_{33} \end{bmatrix} \quad C = \begin{bmatrix} 0 & 0 & A_{13} \\ A_{21} & 0 & 0 \\ 0 & A_{32} & 0 \end{bmatrix}$$

Sendo o vetor que representa o total das contas endógenas representado por y e por x, a representação do total das contas exógenas procede-se na decomposição dos multiplicadores, conforme seqüência de equações abaixo discriminadas:

$$y = Ay + x \quad (10)$$

$$y = By + Cy + x \quad (11)$$

$$y - By = Cy + x \quad (12)$$

$$(I - B)y = Cy + x \quad (13)$$

$$y = (I - B)^{-1} Cy + (I - B)^{-1} x \quad (14)$$

$$y - (I - B)^{-1} Cy = (I - B)^{-1} x \quad (15)$$

$$[I - (I - B)^{-1} C]y = (I - B)^{-1} x \quad (16)$$

e

$$y = [I - (I - B)^{-1} C]^{-1} (I - B)^{-1} x \quad (17)$$

Pyatt e Roe (1977) demonstram que:

$$(I - A^*)^{-1} = I + A^* + A^{*2} + A^{*3} + \dots \quad (18)$$

$$= (I + A^* + A^{*2}) (I + A^{*3} + A^{*6} + \dots) \quad (19)$$

$$= (I + A^* + A^{*2}) (I - A^{*3})^{-1} \quad (20)$$

$$\text{onde } A^* = (I - B)^{-1} C \quad (21)$$

Dando prosseguimento à equação (20):

$$y = [I + (I - B)^{-1} C + (I - B)^{-1} C (I - B)^{-1} C] \quad (22)$$

$$\cdot \{I - [(I - B)^{-1} C (I - B)^{-1} C (I - B)^{-1} C]\}^{-1} \quad (23)$$

$$\cdot (I - B)^{-1} x \quad (24)$$

$$y = M_3 M_2 M_1 x \quad (25)$$

$$y = M_a x \quad (26)$$

onde

$$M_1 = (I - B)^{-1} x \quad (\text{efeito intragrupo})$$

$$M_2 = \{I - [(I - B)^{-1} C (I - B)^{-1} C (I - B)^{-1} C]\}^{-1} \quad (\text{efeito intergrupo})$$

$$M_3 = [I + (I - B)^{-1} C + (I - B)^{-1} C (I - B)^{-1} C] \quad (\text{efeito extragrupo})$$

Rescrevendo esses multiplicadores em termos das submatrizes de A, tem-se:

$$M_1 = \begin{bmatrix} I & 0 & 0 \\ 0 & (I - A_{22})^{-1} & 0 \\ 0 & 0 & (I - A_{33})^{-1} \end{bmatrix}$$

$$M_2 = \begin{bmatrix} D & 0 & 0 \\ 0 & E & 0 \\ 0 & 0 & F \end{bmatrix}$$

onde

$$D = [I - A_{13}(I - A_{33})^{-1}A_{32}(I - A_{22})^{-1}A_{21}]^{-1}, \quad (27)$$

$$E = [I - (I - A_{22})^{-1}A_{21}A_{13}(I - A_{33})^{-1}A_{32}]^{-1}, \quad (28)$$

$$F = [I - (I - A_{33})^{-1}A_{32}(I - A_{22})^{-1}A_{21}A_{13}]^{-1}, \quad (29)$$

e

$$M_3 = \begin{bmatrix} I & A_{13}(I - A_{33})^{-1}A_{32} & A_{13} \\ (I - A_{22})^{-1}A_{21} & I & (I - A_{22})^{-1}A_{21}A_{13} \\ (I - A_{33})^{-1}A_{32}(I - A_{22})^{-1}A_{21} & (I - A_{33})^{-1}A_{32} & I \end{bmatrix}$$

Expressando M em termos de seus componentes aditivos:

$$M = I + (M_1 - I) + (M_2 - I)M_1 + (M_3 - I)M_2M_1 \quad (30)$$

2.2 Origem dos dados

A metodologia a ser adotada na presente dissertação para a construção da MaCS de 1996 segue, em sua maior parte, as diretrizes estipuladas em Grijó (2005). As diferenças são devidamente salientadas no transcorrer do capítulo. Esse processo obedece uma seqüência de passos combinando aspectos teóricos e práticos, o que permite um melhor entendimento dos procedimentos adotados.

O primeiro passo para a construção de uma MaCS é a definição do objetivo para o qual se está propondo o estudo. Como citado na **Introdução** desta dissertação, o seu objetivo principal é verificar o impacto dos IEDs sobre a massa salarial no Brasil, nos anos 1996 e 2002. A partir dessa finalidade, procede-se à construção da MaCS que, depois de finalizada, cumpre as duas principais funções de tal instrumento analítico no presente trabalho, que são:

- a) permitir retratar, nos dois anos bases de 1996 e 2002, qual o impacto dos IEDs sobre a massa salarial;
- b) possibilitar que se proceda a um exercício contrafactual para verificar as alterações na massa salarial em virtude de mudanças no vetor que registra a entrada de IEDs na economia brasileira.

Após esse primeiro passo, procede-se ao levantamento das informações que irão compor a MaCS. Antes de se iniciar a coleta de dados propriamente dita, é conveniente que se faça uma breve abordagem sobre as fontes de dados mencionadas no início deste capítulo.

2.2.1 O Investimento Externo Direto

O fluxo de Investimento Externo Direto é um levantamento efetuado pelo Banco Central do Brasil. A base desses dados está centrada no Censo de Capitais Estrangeiros e Câmbio, que também é uma tarefa levada a efeito pelo Banco Central do Brasil por força legal. O Censo inclui os empréstimos, os financiamentos, a tecnologia e os investimentos, tanto de portfólio quanto o denominado Investimento Externo Direto em empresas no País, este último de especial interesse para o presente estudo.

Embora tenham sido realizados apenas dois Censos pelo BCB, relativos às datas-base de 1995 e 2000, a metodologia para apuração dos dados para os ingressos anuais parte das características básicas daqueles censos, que vêm, com o passar dos anos, apresentando algumas modificações, com o intuito de aprimorar os resultados obtidos. O ponto de partida de tais censos é o que o BCB conceitua como Investimento Externo Direto. Para esse órgão, incluem-se na categoria de IED aqueles capitais estrangeiros que ingressam nas instituições brasileiras adquirindo, no mínimo, 10% das ações ou quotas com direito a voto ou 20% de participação direta ou indireta no capital total, configurando, assim, um desejo de permanência desse capital no País, em oposição às diversas formas de capital especulativo. Esses percentuais estão em conformidade com o que dita a quinta edição do **Balance of Payments Manual** do Fundo Monetário Internacional em seu parágrafo 362 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1993, p. 86).

É necessário frisar que os dados apurados nos censos pelo BCB até setembro de 2001 não contemplam como IED as transações subsequentes à transação inicial, tais como os empréstimos intercompanhia, critério este que estava, até então, em discordância com os adotados pelo FMI. Conforme menciona a metodologia adotada pelo BCB no Censo do ano 2000, os ramos de atividade, identificados no Quadro 13, foram classificados a partir dos dados fornecidos pelos declarantes, em conformidade com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que também é empregada pelo IBGE (2006a).

Quadro 13

Ramos de atividade dos IEDs

ATIVIDADE ECONÔMICA
Agricultura, pecuária e extrativa mineral
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades
Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades
Extração de petróleo e serviços correlatos
Extração de carvão mineral
Extração de minerais metálicos
Extração de minerais não-metálicos
Indústria
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas
Fabricação de produtos do fumo
Fabricação de produtos têxteis
Confecção de artigos do vestuário e acessórios
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de couro e calçados

(continua)

Quadro 13

Ramos de atividade dos IEDs

ATIVIDADE ECONÔMICA
Fabricação de produtos de madeira
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
Edição, impressão e reprodução de gravações
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis
Fabricação de produtos químicos
Fabricação de artigos de borracha e plástico
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
Metalurgia básica
Fabricação de produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos
Fabricação de máquinas e equipamentos
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias
Fabricação de outros equipamentos de transporte
Fabricação de móveis e indústrias diversas
Reciclagem
Serviços
Eletricidade, gás e água quente
Captação, tratamento e distribuição de água
Construção
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas;
Comércio por atacado e intermediários do comércio
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos
Alojamento e alimentação
Transporte terrestre
Transporte aquaviário
Transporte aéreo
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
Correio e telecomunicações
Serviços
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada
Seguros e previdência privada
Atividades auxiliares da intermediação financeira
Atividades imobiliárias
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores
Atividades de informática e conexas
Pesquisa e desenvolvimento
Serviços prestados principalmente às empresas
Educação
Saúde e serviços sociais
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
Atividades associativas
Atividades recreativas, culturais e desportivas
Serviços pessoais

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Censo de Capitais Estrangeiros.**

Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/rex/IED/Port/Ingressos/planilhas>>.

2.2.2 Matriz de Insumo-Produto

A Matriz de Insumo-Produto é elaborada pelo Departamento de Contas Nacionais (DECNA), do IBGE. É constituída a partir das Contas Nacionais do Brasil. A metodologia empregada em sua elaboração parte da confecção da Tabela de Recursos e Usos. Essa tabela fornece dados sobre oferta e demanda intermediária e final dos produtos transacionados na economia, e os valores são registrados a preços do consumidor. Após essa etapa inicial da construção da MIP, outras etapas adicionais fazem-se necessárias, conforme IBGE (2006b, p. 12). São elas:

- a) cálculo da Tabela de Demanda valorada a preço básico;
- b) cálculo de Tabelas de Insumo-Produto, destacando o destino setorial dos insumos nacionais e insumos importados;
- c) cálculo de Tabelas de Insumo-Produto, destacando o destino setorial dos impostos e subsídios incidentes sobre os produtos nacionais e produtos importados e das margens de comércio e transporte;
- d) cálculo das Matrizes de Coeficientes Técnicos e as de Leontief, após a elaboração das tabelas anteriores.

As Matrizes de insumo-produto para os anos 1996 e 2002 estão registradas no **Anexo**.

2.2.3 Contas Econômicas Integradas

As Contas Econômicas Integradas fazem parte do **Sistema de Contas Nacionais — Brasil**, publicação divulgada pelo IBGE. Segundo essa fundação, as CEI são assim conceituadas:

As Contas Econômicas Integradas compreendem o núcleo central do Sistema de Contas Nacionais. A construção destas contas consiste na montagem de uma seqüência de contas de fluxos inter-relacionadas e, ao mesmo tempo, articuladas com as contas de patrimônio (estoques), detalhadas segundo os setores institucionais (empresas financeiras, empresas não financeiras, administração pública, famílias e instituições privadas sem fins lucrativos a serviço das famílias). Estas contas mostram, também, as relações entre a economia nacional e o resto do mundo [...] (IBGE, 2000, p. 16).

Estas contas são estruturadas em três grandes subgrupos. São eles: as contas correntes (produção, distribuição e uso da renda); as contas de acumulação (capital e financeira) e as contas de patrimônio (ativos e passivos de abertura e fechamento). A estrutura das CEI está disposta de modo a registrar, à esquerda da coluna central, os valores relativos aos usos — utilização dos recursos — e, à direita, os valores relativos à origem dos recursos. A estrutura completa para os dois anos supracitados está apresentada no **Anexo** .

Para a presente dissertação, foram utilizadas as CEI de 1996, pertencente à publicação de 1995-99 e as CEI de 2002, pertencentes à publicação de 2000-02.

2.2.4 Relação Anual de Informações Sociais

A Relação Anual de Informações Sociais é realizada pelo Ministério do Trabalho. Conforme a RAIS (RELAÇÃO..., 2006), seus objetivos são:

- o suprimento das necessidades de controle da atividade trabalhista no País;
- o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho;
- a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

A obrigatoriedade da entrega dos dados também é estipulada na RAIS (RELAÇÃO..., 2006):

- inscrito no CNPJ com ou sem empregados — o estabelecimento que não possuiu empregados ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está obrigado a entregar a RAIS Negativa;
- todos os empregadores, conforme definidos na CLT;
- todas as pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as empresas públicas domiciliadas no País, com registro, ou não, nas Juntas Comerciais, no Ministério da Fazenda, nas Secretarias de Finanças ou de Fazenda dos governos estaduais e nos cartórios de registro de pessoa jurídica;
- empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados;
- cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas;
- empregadores urbanos pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais) que mantiveram empregados no ano-base;

- órgãos da administração direta e indireta dos Governos Federal, Estadual ou Municipal, inclusive as fundações supervisionadas e entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalização do exercício das profissões liberais;
- condomínios e sociedades civis;
- empregadores rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base;
- filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.

Os dados da RAIS são disponibilizados através do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDTE) através do *link* “Acesso *online* das bases estatísticas RAIS e CAGED”. Nesse ambiente, é possível obter os mais variados tipos de simulações em relação ao setor trabalhista. Para cumprir a finalidade da presente dissertação, foi necessário somente proceder à extração de dados referentes à nacionalidade dos trabalhadores, ao grau de instrução e à remuneração, dados estes desagregados por subsetores do IBGE.

2.2.5 Pesquisa de Orçamentos Familiares

A Pesquisa de Orçamentos Familiares é uma publicação de responsabilidade da Divisão de Pesquisas Básicas (Dipeb) do Departamento de Índices de Preços (Desip), órgãos estes pertencentes ao IBGE.

A primeira versão dessa pesquisa, que é realizada através de um processo de amostragem, iniciou com o Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) 1974-75, cuja abrangência se deu em nível nacional, com exceção da área rural da Região Norte. Posteriormente, foram realizadas as POFs de 1987-88, 1995-96, cuja área de abrangência foi reduzida. Sua realização ocorreu nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal. O motivo de tal restrição foi que elas procuraram dar maior ênfase à atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE. A última edição realizada foi a POF 2002-03 e teve cobertura nacional. Através dessa pesquisa, pode-se vislumbrar, dentre outras características, a estrutura do orçamento, as despesas e os rendimentos das famílias.

Devido à importância central da família nesse processo de pesquisa, pois é a unidade básica de pesquisa, é oportuno que se saliente esse conceito utilizado pelo IBGE. Segundo a POF de 1995-96 (IBGE, 1999, p. 26), família é:

[...] a unidade constituída por um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, que utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns.

Complementa a POF de 2002-03 (IBGE, 2004, p. 18): “[...] ou compartilham as despesas de moradia”.

Feitas essas breves apresentações das fontes que dão origem aos dados, a próxima seção é destinada à construção da MaCS propriamente dita e à composição dos multiplicadores.

2.3 Construção da Matriz de Contabilidade Social e a decomposição dos multiplicadores

A notação utilizada para estabelecer a origem dos dados está baseada em Grijó (2005), tendo sido acrescentado o vetor referente aos IEDs (\mathbf{i}_{ex}) e a matriz da distribuição da renda do trabalho (\mathbf{Y}_w). As matrizes, em negrito, são representadas por letras maiúsculas, os vetores e os escalares estão representadas por letras minúsculas, os vetores-linha são seguidos por apóstrofe e os escalares não estão em negrito. A seqüência de montagem será definida pela origem dos dados. Primeiramente, são obtidos aqueles valores oriundos das MIP, seguidos por aqueles das CEI, das POFs, das RAIS e dos IEDs, conforme o Quadro 14.

Quadro 14

Notação e origem dos dados da MaCS

NOTAÇÃO	DESIGNAÇÃO	FONTE DOS DADOS
UN	Matriz do consumo intermediário	Matriz de Insumo-Produto
y_c'	Vetor da remuneração do fator capital	
t_p'	Vetor dos impostos indiretos pagos por competência do consumo intermediário	
u_m'	Vetor das importações de bens e serviços de consumo intermediário	
fn_g	Vetor dos gastos do governo em consumo final	
fn_i	Vetor dos gastos de investimentos (formação bruta de capital fixo e variações de estoques)	
fn_{cf}	Vetor do consumo final das famílias	
fn_x	Vetor das exportações	
te_i	Escalar dos impostos indiretos pagos por competência da aquisição de bens de investimento	
te_x	Escalar dos impostos indiretos pagos por competência das exportações	
fm_i	Escalar das importações de bens de investimento	
fm_x	escalar das operações externas diretamente associadas às exportações	
fm_{cf}	Escalar das importações das famílias	
te_{cf}	Escalar dos impostos indiretos pagos por competência do consumo final das famílias	
td_c	Escalar dos impostos diretos pagos pelas empresas	
tgg	Escalar das transferências intragoverno	
td_g	Escalar do pagamento de impostos diretos feito pelo próprio governo	
s_c	Escalar da poupança das empresas	
s_f	Escalar da poupança das famílias	
s_g	Escalar da poupança do governo	
s_{rm}	Escalar da poupança externa, ou saldo externo corrente	
rm_c	Escalar das transferências líquidas de rendas da propriedade e outras, do capital para o exterior	
rm_g	Escalar das transferências líquidas de renda da propriedade e outras, do governo para o exterior	
rp	Escalar das transferências líquidas de rendas da propriedade e outras, do capital para as famílias	
rg	Escalar das transferências líquidas de rendas da propriedade e outras, do governo para as famílias	
k	Escalar de transferências da renda do fator capital às famílias	
pp	Escalar do resultado líquido da previdência privada	
pg	Escalar do resultado líquido da previdência pública	
td_f	Escalar dos impostos diretos pagos pelas famílias	
Y_w	Matriz da remuneração do fator trabalho, incluindo o rendimento de autônomos	Matriz de Insumo-Produto/RAIS
y_{rm}	Vetor da renda líquida dos fatores recebida do exterior	Contas Econômicas Integradas/RAIS
i_{ex}	Vetor dos investimentos externos diretos	Investimento Externo Direto
tr_f	Escalar das transferências intrafamiliares	Pesquisa de Orçamento Familiar
w	Vetor das transferências da renda do fator trabalho às famílias	Transposição de valores

2.3.1 Dados oriundos da MIP

UN – matriz de consumo intermediário: este valor se refere às transações efetuadas entre os setores produtivos, ou seja, aqueles bens e serviços transacionados entre as diversas atividades do setor produtivo da economia. Para o presente trabalho, as matrizes de MIP dos anos de 1996 e 2002 foram reduzidas de 42 setores para 21 setores, devido à restrição de dados disponibilizados pela RAIS sobre dados de remuneração por nível de escolaridade. Porém não houve perda de valores, apenas agrupamento de setores. O valor total correspondente ao ano de 1996 — R\$ 515,2 bilhões — e ao de 2002 — R\$ 1.078,1 bilhões — são obtidos através da soma do total de todas as 21 colunas que compõem a Matriz de Relações Intersetoriais da MIP. A matriz quadrada completa (21,21) é transposta em sua totalidade para compor o quadro analítico da MaCS.

yc' – vetor-linha (1,21) da remuneração do fator capital: refere-se à remuneração devida pelo setor produtivo por fazer uso do fator de produção capital. Seu total correspondente ao ano de 1996 — R\$ 356,2 bilhões — e ao de 2002 — R\$ 639,7 bilhões — são obtidos através do total do Excedente Operacional Bruto (EOB).

tp' – vetor-linha (1,21) dos impostos indiretos pagos por competência do consumo intermediário: este valor é fonte de recursos para o governo e é pago pelo setor produtivo como impostos indiretos. Seu montante no ano 1996 — R\$64,8 bilhões — e no ano de 2002 — R\$153,1 bilhões — são o total dos vetores referentes aos Impostos Totais, resultante dos Outros Impostos Menos Subsídios mais Impostos Sobre Produtos, para os respectivos anos.

um' – vetor-linha (1,21) das importações de bens e serviços de consumo intermediário: refere-se à demanda interna por bens e serviços de origem externa para satisfazer parte do consumo intermediário. Essa é uma fonte de renda para o resto do mundo oriunda do setor produtivo. Os montantes para os anos de 1996 e 2002 são respectivamente R\$ 42,7 bilhões e R\$ 124,3 bilhões e são obtidos pelos totais dos vetores-linha das importações.

fn_g – vetor-coluna (21,1) dos gastos do governo em consumo final: esse vetor representa o consumo da administração pública a partir do setor produtivo. Embora se refira a um vetor, esse valor acaba por se restringir a um escalar no valor de R\$ 144,0 bilhões para 1996 e de R\$ 271,0 bilhões para 2002.

fn_i – vetor-coluna (21,1) dos gastos de investimentos (formação bruta de capital fixo e variações de estoques): esse vetor representa parte da conta capital da MaCS, onde se refletem

as despesas de capital com bens e serviços de investimentos feitos pelo setor produtivo. O total desse vetor é de R\$ 142,3 bilhões para o ano de 1996 e de R\$ 226,8 bilhões para o ano de 2002.

\mathbf{fn}_{cf} – vetor-coluna (21,1) do consumo das famílias. Esse vetor indica a contrapartida do consumo das famílias pela aquisição de bens e serviços do setor produtivo. Para efeitos de MaCS, a *dummy* financeira foi adicionada ao setor das instituições financeiras. A soma desses vetores para os anos de 1996 e 2002 são, respectivamente, R\$ 468,9 bilhões e R\$ 762,3 bilhões.

\mathbf{fn}_x – vetor-coluna (21,1) das exportações: representa uma geração de renda para o setor produtivo através das exportações feitas para o resto do mundo. Esse vetor resulta num montante de R\$ 53,0 bilhões para o ano de 1996 e de R\$ 205,0 bilhões para o ano de 2002.

te_i – escalar dos impostos indiretos pagos por competência da aquisição de bens de investimento: esse valor representa uma fonte de recursos para o governo e indica aqueles impostos, líquidos de subsídios, pagos pela aquisição de bens de investimento. Provém do total da formação bruta de capital fixo e da variação de estoque das seguintes tabelas: Tabela 05 – Tabela de Destino do Imposto sobre Importação; 06 – Tabela de destino do ICMS sobre produtos nacionais; Tabela 07 – Tabela de destino do ICMS sobre produtos importados; Tabela 08 – Tabela de destino do IPI/ISS sobre produtos nacionais; Tabela 09 – Tabela de destino do IPI/ISS sobre produtos importados; Tabela 14 – Tabela de destino dos outros impostos sobre produtos nacionais; Tabela 15 – Tabela de destino dos outros impostos sobre produtos importados. O valor do escalar que resulta dessa operação é de R\$ 8,7 bilhões para o ano de 1996 e de R\$ 12,0 bilhões para o ano de 2002.

te_x – escalar dos impostos indiretos pagos por competência das exportações: esse valor representa outra fonte de recursos para o governo e indica aqueles impostos, líquidos de subsídios, pagos por competência das exportações. Sua origem é o total da coluna referente à exportação das seguintes tabelas: Tabela 05 – Tabela de destino do Imposto Sobre Importação; 06 – Tabela de destino do ICMS sobre produtos nacionais; Tabela 07 – Tabela de destino do ICMS sobre produtos importados; Tabela 08 – Tabela de destino do IPI/ISS sobre produtos nacionais; Tabela 09 – Tabela de destino do IPI/ISS sobre produtos importados; Tabela 14 – Tabela de destino dos outros impostos sobre produtos nacionais; Tabela 15 – Tabela de destino dos outros impostos sobre produtos importados. Os escalares que resultam dessa operação são de R\$ 1,4 bilhão para o ano de 1996 e de R\$ 3,2 bilhões para o ano de 2002.

fm_i – escalar das importações de bens de investimento: esse escalar representa uma fonte de renda para o resto do mundo através da aquisição interna de bens de investimento. O montante de R\$ 11,9 bilhões do ano de 1996 resulta da soma do total da formação bruta de capital fixo e da variação de estoque indicados na Tabela 04 – Tabela de oferta e demanda de produtos importados. O valor desse escalar para o ano de 2002 é de R\$ 27,2 bilhões;

fm_x – escalar das operações externas diretamente associadas às exportações: esse escalar pode ser obtido na Tabela 04 – Tabela de oferta e demanda de produtos importados, onde o total da coluna relativa à exportação resulta em um escalar no valor de R\$ 0,02 bilhão para o ano de 1996. Seu valor para o ano de 2002 é de R\$ 0,3 bilhão;

fm_{cf} – escalar das importações das famílias: esse escalar também representa uma fonte de renda para o resto do mundo através da aquisição de bens de investimento pelas famílias. No montante de R\$ 14,4 bilhões equivale ao ano de 1996, resultante da soma da coluna referente ao consumo das famílias da Tabela 04 – Tabela de oferta e demanda de produtos importados, foi acrescido o valor de R\$ 0,4 bilhão, referente à diferença da *dummy* financeira que consta no setor produtivo da MIP e no valor adicionado dessa matriz, resultando num escalar cujo valor é de R\$ 14,8 bilhões. O valor desse escalar para o ano de 2002 é de R\$ 28,8 bilhões.

te_{cf} - escalar dos impostos indiretos pagos por competência do consumo final das famílias: esse valor representa outra fonte de recursos para o governo e indica aqueles impostos, líquidos de subsídios, pagos pelas famílias. Sua origem é o total da coluna referente ao consumo das famílias das seguintes tabelas: Tabela 05 – Tabela de destino do Imposto Sobre Importação; 06 – Tabela de destino do ICMS sobre produtos nacionais; Tabela 07 – Tabela de destino do ICMS sobre produtos importados; Tabela 08 – Tabela de destino do IPI/ISS sobre produtos nacionais; Tabela 09 – Tabela de destino do IPI/ISS sobre produtos importados; Tabela 14 – Tabela de destino dos outros impostos sobre produtos nacionais; Tabela 15 – Tabela de destino dos outros impostos sobre produtos importados. O escalar que resulta dessa operação é de R\$ 40,2 bilhões para o ano de 1996 e de R\$ 65,4 bilhões para o ano de 2002.

2.3.2 Dados oriundos das CEI

td_c – escalar dos impostos diretos pagos pelas empresas: corresponde a uma fonte de recursos para o governo, sendo transferido para este pelo fator capital. Resulta da operação

D.5 – Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc., onde a soma dos usos das contas das empresas não financeiras (S.11) — R\$ 24,3 bilhões com os das empresas financeiras (S.12) — R\$3,4 bilhões — resulta no total do escalar — R\$ 27,7 bilhões para o ano de 1996 e R\$ 69,0 bilhões para o ano de 2002.

t_{gg} – escalar das transferências intragoverno: refere-se às transferências de recursos que ocorrem entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Esse valor pode ser obtido através da operação D.73 – Transferências correntes entre administrações públicas, nos usos da conta da administração pública (S.13), no valor de R\$ 55,2 bilhões. Para o ano de 2002, o valor desse escalar é de R\$ 106,6 bilhões.

td_g – escalar do pagamento de impostos diretos feito pelo próprio governo: é outro valor que representa uma transferência intragoverno. Esse escalar pode ser obtido através da operação D.5 – Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc., nos usos da conta da administração pública (S.13), no montante de R\$ 0,05 bilhão. A soma dos dois últimos escalares (t_{gg} e td_g) representa o total das transferências entre as três esferas de governo que irá compor o valor a ser transferido para a MaCS — R\$ 55,2 bilhões para o ano de 1996 e R\$ 106,6 bilhões para o ano de 2002.

s_c – escalar da poupança das empresas: esse valor representa a poupança do setor empresarial. Sua origem é a soma dos recursos das empresas não financeiras (S.11) e das empresas financeiras (S.12) da operação B.8 – Poupança bruta, respectivamente, R\$ 101,3 bilhões e R\$ 3,4 bilhões, resultando num total de R\$ 104,8 bilhões para o ano de 1996 e de R\$ 166,1 bilhões para o ano de 2002.

s_f – escalar da poupança das famílias – essa é a parcela da poupança de responsabilidade das famílias. Seu valor é oriundo da operação B.8 – Poupança bruta, nos recursos da conta S.14 – Famílias. Seu valor é de R\$ 44,2 bilhões para o ano de 1996 e de R\$ 91,0 bilhões para o ano de 2002.

s_g – escalar da poupança do governo – essa é a parcela da poupança de responsabilidade do governo. Esse valor é obtido também através da operação B.8 – Poupança bruta, nos recursos da conta do Governo (S.13), no valor de R\$-10,6 bilhões para o ano de 1996 e R\$-7,8 bilhões para o ano de 2002.

s_{rm} – escalar da poupança externa, ou saldo externo corrente: corresponde à poupança do resto do mundo e pode ser obtida através da operação B.12 – Saldo externo corrente, nos recursos do resto do mundo, cujo valor é de R\$ 24,5 bilhões para o ano de 1996 e de R\$16,7 bilhões para o ano de 2002.

rm_c – escalar das transferências líquidas de rendas da propriedade e outras, do capital para o exterior; rm_g – escalar das transferências líquidas de renda da propriedade e outras, do governo para o exterior. Esses dois escalares são obtidos simultaneamente. Suas construções são mais trabalhosas e são a seguir discriminadas. As operações que dão origem a esses escalares são D.4 – Rendas de propriedade, D.7 – Outras transferências correntes e D.8 – Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP. A Tabela 10 seleciona as operações supracitadas envolvidas para se chegar aos valores dos dois escalares propostos, bem como suas subdivisões. Como citado anteriormente, na coluna central, estão registrados os códigos e as respectivas operações, à esquerda, estão registrados os usos e, à direita, os recursos. Como não se pode determinar as origens e os destinos dos valores na forma como eles são apresentados nas CEI, urge que se adote um tratamento metodológico para se atingir tal finalidade. A última linha da Tabela 10 registra os saldos líquidos das transferências correntes das empresas, do governo (administração pública), das famílias e do resto do mundo. Um saldo líquido do lado esquerdo significa que a instituição referente àquela coluna fez transferências líquidas naquele valor, e um saldo líquido do lado direito retrata que aquela instituição recebeu recursos líquidos naquele valor. Percebe-se, então, que somente as empresas e o governo fizeram transferências líquidas, respectivamente, de R\$ 25,9 bilhões e R\$ 17,7 bilhões. As instituições que receberam recursos foram as famílias e o resto do mundo, respectivamente R\$ 34,0 bilhões e R\$ 9,6 bilhões. Já que as famílias não transferem recursos líquidos para o exterior, cabe agora identificar, a partir do montante recebido pelo resto do mundo, as parcelas de responsabilidade das empresas e do governo. O início dessa desagregação é feito através da identificação dos saldos líquidos de cada operação, o que pode ser visualizado através da Tabela 11. Na operação D.41, que registra os juros, percebe-se que somente o governo transfere recursos líquidos. Deduz-se daí que o valor relativo à operação D.41 — R\$9,2 bilhões — , recebido pelo resto do mundo é uma transferência de responsabilidade do governo. Por seu turno, a operação D.42 – Dividendos e retiradas, cujo valor de R\$ 2,4 bilhões foi recebido pelo resto do mundo, deve ser imputada às empresas, única instituição que transferiu recursos líquidos. A operação D.43 - Lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro também é uma origem de recursos para o resto do mundo, no valor de R\$ 0,5 bilhão, e deve ser imputado às empresas, uma vez que é essa categoria que recebe recursos na forma de IED. Outra fonte de recursos líquidos para o resto do mundo é a operação D.71 - Prêmios líquidos de seguros não-vida, cujo valor de R\$ 0,2 bilhão é imputado ao governo. As próximas duas operação — D. 72 (Indenizações de seguros não-vida) e D.75 (Transferências

correntes diversas) indicam que o resto do mundo transferiu recursos, respectivamente R\$ 0,2 bilhão e R\$ 2,6 bilhões, para as famílias e para o governo. Porém, como as famílias não são transferidoras líquidas de recursos e o resto do mundo é um receptor líquido de recursos, esses valores devem ser descontados do valor total transferidos pelo governo para o resto do mundo. O resultado definitivo pode ser vista na Tabela 12. Nela, constata-se que o resto do mundo recebeu recursos no valor de R\$ 9,6 bilhões, onde R\$ 2,9 bilhões foram transferidos pelas empresas — rm_c — e R\$ 6,7 bilhões foram transferidos pelo governo — rm_g . Para fins de consistência macroeconômica da MaCS, foi deduzido do valor deste último escalar a quantia de R\$ 0,1 bilhão, relativo ao valor da *dummy* financeira registrada na linha de impostos da MIP, resultando num valor final de R\$ 6,6 bilhões. Os valores correspondentes para o ano de 2002 são R\$ 15,2 bilhões para o escalar rm_c e de R\$ 29,8 bilhões para o escalar rm_g .

Tabela 10

Rendas e transferências da economia: construção dos saldos líquidos

(R\$ milhões)

TOTAL	RES- TO DO MUN- DO	FAMÍ- LIAS	ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA	EMPRE- SAS	CÓDIGOS / OPERAÇÕES E SALDOS	EMPRE- SAS	ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA	FAMÍ- LIAS	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Usos						Recursos				
249 102	5 090	19 433	36 508	188 071	D.4 Rendas de propriedade	177 621	13 890	40 334	17 257	249 102
218 136	3 609	18 133	36 508	159 885	D.41 Juros	169 470	12 500	23 314	12 852	218 136
20 261	1 481			18 780	D.42 Dividendos e retiradas	6 936	635	8 815	3 875	20 261
529				529	D.43 Lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro				529	529
8 224				8 224	D.44 Rendimento de proprie- dade atribuído a detentores de apólices de seguros	1 214	103	6 907		8 224
1 952		1 300		652	D.45 Renda da terra		652	1 300		1 952
34 306	3 602	4 503	4 544	21 657	D.7 Outras transferências correntes	10 832	11 904	10 548	1 022	34 306
7 873	2	3 725	611	3 534	D.71 Prêmios líquidos de se- guros não-vida	7 638			235	7 873
7 873	235			7 638	D.72 Indenizações de seguros não-vida	3 191	709	3 970	2	7 873
18 560	3 365	778	3 932	10 485	D.75 Transferências correntes diversas	3	11 195	6 578	785	18 560
7 103			2 479	4 624	D.8 Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pen- sões, FGTS e PIS/PASEP			7 103		7 103
	8 692	23 936	43 531	214 352	Total das rendas e transferências	188 453	25 794	57 986	18 278	
			17 737	25 899	Saldo líquido total			34 050	9 586	

FONTE: IBGE. **Contas Econômicas Integradas** — 1996. 2006c. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 10 fev. 2006.

Tabela 11

Rendas e transferências da economia: saldos líquidos por operação

(R\$ milhões)

TOTAL	CONTA DO RESTO DO MUNDO	FAMÍLIAS	ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA	EMPRESAS	CÓDIGOS/OPERAÇÕES E SALDOS	EMPRESAS	ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA	FAMÍLIAS	CONTA DO RESTO DO MUNDO	TOTAL
Usos						Recursos				
24 008			24 008		D.41 Juros	9 585		5 180	9 243	24 008
11 844				11 844	D.42 Dividendos e retiradas		635	8 815	2 394	11 844
529				529	D.43 Lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro				529	529
7 010				7 010	D.44 Rendimento de proprie- dade atribuído a detentores de apólices de seguros		103	6 907		7 010
652				652	D.45 Renda da terra		652			652
4 337		3 725	611		D.71 Prêmios líquidos de seguros não-vida	4 104			233	4 337
4 679	233			4 447	D.72 Indenizações de seguros não-vida		709	3 970		4 679
13 062	2 580			10 482	D.75 Transferências correntes diversas		7 262	5 800		13 062
7 103			2 479	4 624	D.8Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP			7 103		7 103

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Contas Econômicas Integradas de 1996.

Tabela 12

Rendas e transferências da economia —saldos líquidos com o resto do mundo

(R\$ milhões)

USOS			CÓDIGOS / OPERAÇÕES E SALDOS	RECURSOS	
Total	Administração pública	Empresas		Resto do mundo	Total
9 243	9 243		D.41 Juros	9 243	9 243
2 394		2 394	D.42 Dividendos e retiradas	2 394	2 394
529		529	D.43 Lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro	529	529
233	233		D.71 Prêmios líquidos de seguros não-vida	233	233
(-) 233	(-) 233		D.72 Indenizações de seguros não-vida	(-) 233	(-) 233
(-) 2 580	(-) 2 580		D.75 Transferências correntes diversas	(-) 2 580	(-) 2 580
9 586	6 663	2 923	Rendas e transferências com o resto do mundo	9 586	9 586

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Contas Econômicas Integradas de 1996.

rp - escalar das transferências líquidas de rendas da propriedade e outras, do capital para as famílias; rg - escalar das transferências líquidas de rendas da propriedade e outras, do governo para as famílias. Esses dois escalares podem ser deduzidos dos dois escalares anteriores. Na Tabela 10, pode-se observar que as empresas fizeram transferências no valor de R\$ 25,9 bilhões; desse valor, R\$ 2,9 bilhões foram transferidos para o resto do mundo, resultando num valor de R\$ 23,0 bilhões como transferência para as famílias (rp). Esse valor para 2002 é de R\$53,3 bilhões. Na mesma tabela, constata-se que o governo fez transferências no valor de R\$ 17,7 bilhões. Desse total, R\$ 6,7 bilhões foram transferidos para o resto do mundo. Usando o mesmo raciocínio, o governo transferiu R\$11,1 bilhões para as famílias (rg).

k – escalar das transferências da renda do fator capital às famílias; esse valor é extraído da operação B.2 - Excedente operacional bruto, na conta S.14 – Famílias, cujo valor para o ano de 1996 é de R\$ 165,3 bilhões. A esse valor é acrescido o valor da *dummy* financeiro da MIP — R\$ 37,1 bilhões —, resultando em um valor total de R\$ 202,4 bilhões. O total correspondente para o ano de 2002 é de R\$ 336,7 bilhões.

pp - escalar do resultado líquido da previdência privada: esse escalar pode ser obtido através do saldo das transações da operação D.62 - Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie, nos usos das empresas financeiras — S.12 —, no valor de R\$ 4,7 bilhões, menos o valor da operação D.61 – Contribuições sociais, nos recursos da conta S.12 – Empresas financeiras, no valor de R\$ 9,3 bilhões, resultando um valor negativo de R\$ 4,6 bilhões, ou seja um superávit para a previdência privada. Seu correspondente para o ano de 2002, também um superávit para a previdência, é um valor negativo de R\$ 0,7 bilhão. Estes três últimos escalares trabalhados, rp, k e pp, irão formar um só escalar, que representa o montante de recursos que o fator capital transferiu para as famílias, cujos valores são, para os anos 1996 e 2002, respectivamente, R\$ 220,8 bilhões e R\$ 389,4 bilhões.

pg - escalar do resultado líquido da previdência pública: esse escalar, que representa o déficit da previdência pública, é obtido através do saldo das operações D.62 - Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie, no uso da conta da Administração pública — S.13 —, no valor de R\$ 98,9 bilhões, menos a operação D.61 – Contribuições sociais, nos recursos da conta da administração pública — S.13 —, no valor de R\$ 89,4 bilhões, o que resulta no valor de R\$ 9,5 bilhões. Esse resultado, somado ao do escalar rg (R\$ 11,1 bilhões), indica o total dos recursos que o governo transferiu para as famílias no ano de 1996, sendo seu total igual a R\$ 20,6 bilhões para o ano de 1996 e R\$ 65,7 bilhões para o ano de 2002.

td_f - escalar dos impostos diretos pagos pelas famílias: esse valor pode ser obtido através da operação D.5 - Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc., nos usos da conta S.14 – Famílias. Seu valor é de R\$ 17,7 bilhões para o ano de 1996 e de R\$ 56,0 bilhões para o ano de 2002. Esses escalares irão, juntamente com os escalares te_{cf} , dos respectivos anos, compor a transferência que as famílias fazem para o setor governo, cujos totais são, respectivamente, R\$ 57,9 bilhões e R\$ 121,5 bilhões.

2.3.3 Dados oriundos da RAIS

Y_w – matriz da remuneração do fator trabalho, incluindo o rendimento de autônomos. Essa matriz se constituiu no principal foco das MaCSs da presente dissertação. A partir dela, poder-se-á verificar o impacto das variações nos IEDs na remuneração do fator trabalho. Não existem dados que possam ser transportados diretamente para a MaCS, o que gerou a necessidade de se construir tal matriz. A base de dados utilizada é a RAIS, que, dentre outros dados, apresenta a remuneração do trabalho desagregada por nível de escolaridade, cujos anos selecionados foram 1996 e 2002. Essa matriz, após trabalhada, é utilizada como uma *proxi* da remuneração do fator trabalho. Os dados relativos aos dois anos necessitaram ser trabalhados para poderem ser transpostos para as respectivas MaCSs. Os de 1996 são oferecidos pela RAIS em salários mínimos, assim tiveram que, primeiramente, ser convertidos em reais através da multiplicação pelo valor do salário mínimo da época — R\$ 112,00. Após essa operação, os dados relativos aos dois anos sofreram o mesmo tratamento, ou seja, como seus valores já estavam reais, relativos ao mês de dezembro, foram extrapolados para o ano através da multiplicação dos valores por 13. O resultado dessas operações pode ser identificado na Tabela 13 para o ano de 1996 e na Tabela 14 para o ano de 2002. Feito isso, houve a necessidade de compatibilizar os valores da RAIS com os dados das MIPs, o que pode ser verificado através da Tabela 15 para o ano de 1996 e da Tabela 16 para o ano de 2002. Após essa operação, as respectivas matrizes puderam ser transpostas para as MaCSs. Os montantes relativos aos anos retratados foram, respectivamente, R\$ 344,5 bilhões e R\$ 548,1 bilhões.

Tabela 13

Remuneração do fator trabalho, segundo a RAIS, no Brasil — 1996

GRAU DE INSTRUÇÃO	(R\$ mil)						
	AGROPECUÁRIA	EXTRATIVA MINERAL	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	PRODUTOS METALÚRGICOS	FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E TRATORES	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	MATERIAL DE TRANSPORTES
Analfabeto	228.679	15.568	31.659	75.531	37.228	12.831	30.914
4ª série incompleta ...	979.520	103.554	187.057	346.352	174.665	87.727	264.200
4ª série completa	830.655	158.684	342.053	736.008	437.144	227.589	835.528
8ª série incompleta ...	634.900	131.415	304.477	917.439	503.012	359.183	925.631
8ª série completa	249.053	198.318	233.268	887.540	574.353	430.892	1.029.844
2º grau incompleto ...	95.469	64.971	98.798	409.111	319.898	226.640	467.828
2º grau completo	311.541	504.690	214.305	831.138	679.720	550.383	916.317
Superior incompleto .	61.333	78.522	60.321	187.778	257.140	160.868	276.701
Superior completo	415.512	321.926	204.793	687.919	696.963	544.298	805.281
TOTAL	3.806.661	1.577.649	1.676.731	5.078.816	3.680.123	2.600.409	5.552.244
GRAU DE INSTRUÇÃO	(R\$ mil)						
	MOBILIÁRIO	PAPEL E GRÁFICA	QUÍMICA, FARMACÊUTICA E PLÁSTICOS	TÊXTIL E VESTUÁRIO	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS, COURO E PELES	ALIMENTOS, FUMO E BEBIDAS	DIVERSAS E BORRACHA
Analfabeto	33.291	31.389	52.692	39.282	5.227	268.673	33.351
4ª série incompleta ...	188.592	146.939	272.637	255.849	90.811	868.621	141.058
4ª série completa	356.917	374.580	555.889	751.631	200.556	1.213.882	276.286
8ª série incompleta ...	348.046	473.408	741.039	822.987	295.463	1.178.650	405.688
8ª série completa	237.579	541.246	794.661	685.104	106.304	888.218	359.443
2º grau incompleto ...	97.592	292.286	459.577	299.103	64.405	438.863	146.994
2º grau completo	128.528	724.538	1.277.685	460.619	64.061	945.400	263.897
Superior incompleto .	38.971	265.691	562.739	114.117	26.113	289.496	91.279
Superior completo	91.409	746.568	1.507.726	300.118	30.749	846.692	221.376
TOTAL	1.520.925	3.596.645	6.224.644	3.728.809	883.689	6.938.495	1.939.372
GRAU DE INSTRUÇÃO	(R\$ mil)						
	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	OUTROS SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Analfabeto	76.737	212.794	222.281	328.207	375.976	494.772	612.413
4ª série incompleta ...	489.787	1.395.017	770.976	773.664	1.129.586	1.220.264	1.823.408
4ª série completa	581.096	1.400.218	2.099.018	1.969.719	1.688.037	2.116.277	2.223.367
8ª série incompleta ...	677.587	922.043	3.126.496	2.126.316	1.657.098	2.279.782	3.360.131
8ª série completa	721.878	800.549	3.629.417	2.154.456	2.349.441	3.096.840	6.493.115
2º grau incompleto ...	384.496	263.134	2.259.197	809.026	1.637.971	1.402.854	1.521.058
2º grau completo	1.471.121	622.093	4.506.814	2.738.678	7.424.288	4.459.478	11.471.322
Superior incompleto .	318.378	188.242	990.222	594.008	3.881.736	1.170.095	1.715.052
Superior completo	1.899.167	958.603	1.925.029	1.632.440	9.775.345	8.672.947	18.189.519
TOTAL	6.620.247	6.762.692	19.529.449	13.126.513	29.919.479	24.913.310	47.409.385

FONTE: RAIS. Relação Anual de Informações Sociais 2006. Disponível em: <http://www.rais.gov.br> . Acesso em: 29 abr. 2006.

Tabela 14

Remuneração do fator trabalho, ajustada pela MIP de 1996, no Brasil — 1996

(R\$ mil)

GRAU DE INSTRUÇÃO	AGROPECUÁRIA	EXTRATIVA MINERAL	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	PRODUTOS METALÚRGICOS	FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E TRATORES	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	MATERIAL DE TRANSPORTES
Analfabeto	520.884	16.328	41.195	96.255	49.790	14.356	24.126
4ª série incompleta	2.231.149	108.615	243.406	441.387	233.602	98.157	206.184
4ª série completa	1.892.064	166.440	445.094	937.959	584.650	254.647	652.055
8ª série incompleta	1.446.175	137.837	396.199	1.169.172	672.744	401.887	722.372
8ª série completa	567.293	208.011	303.539	1.131.069	768.157	482.122	803.700
2º grau incompleto	217.459	68.147	128.560	521.365	427.841	253.586	365.098
2º grau completo	709.626	529.356	278.863	1.059.192	909.077	615.820	715.103
Superior incompleto ..	139.704	82.360	78.492	239.302	343.907	179.994	215.940
Superior completo	946.452	337.659	266.485	876.674	932.140	609.011	628.449
TOTAL CORRETO	8.670.805	1.654.753	2.181.833	6.472.376	4.921.908	2.909.580	4.333.026
GRAU DE INSTRUÇÃO	MOBILIÁRIO	PAPEL E GRÁFICA	QUÍMICA, FARMACÊUTICA E PLÁSTICOS	TÊXTIL E VESTUÁRIO	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS, COUROS E PELES	ALIMENTOS, FUMO E BEBIDAS	DIVERSAS E BORRACHA
Analfabeto	65.278	31.794	65.832	47.614	6.581	292.468	31.760
4ª série incompleta	369.792	148.833	340.629	310.115	114.340	945.550	134.331
4ª série completa	699.847	379.411	694.519	911.055	252.519	1.321.389	263.111
8ª série incompleta	682.452	479.513	925.842	997.545	372.017	1.283.037	386.343
8ª série completa	465.846	548.226	992.837	830.418	133.846	966.883	342.302
2º grau incompleto	191.360	296.055	574.189	362.544	81.092	477.731	139.985
2º grau completo	252.019	733.882	1.596.320	558.318	80.659	1.029.130	251.313
Superior incompleto ..	76.415	269.117	703.078	138.321	32.879	315.135	86.926
Superior completo	179.236	756.196	1.883.730	363.775	38.716	921.679	210.820
TOTAL CORRETO	2.982.244	3.643.026	7.776.975	4.519.705	1.112.649	7.553.002	1.846.892
GRAU DE INSTRUÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	OUTROS SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Analfabeto	103.469	381.923	439.559	499.507	406.939	1.238.756	1.414.667
4ª série incompleta	660.410	2.503.783	1.524.601	1.177.460	1.222.610	3.055.164	4.212.054
4ª série completa	783.528	2.513.117	4.150.798	2.997.767	1.827.050	5.298.503	5.135.955
8ª série incompleta	913.632	1.654.886	6.182.632	3.236.096	1.793.563	5.707.870	7.761.870
8ª série completa	973.354	1.436.829	7.177.156	3.278.923	2.542.922	7.753.532	14.999.031
2º grau incompleto	518.441	472.275	4.467.551	1.231.278	1.772.862	3.512.313	3.513.629
2º grau completo	1.983.604	1.116.535	8.912.203	4.168.066	8.035.692	11.165.155	26.498.638
Superior incompleto ..	429.289	337.857	1.958.159	904.036	4.201.405	2.929.557	3.961.754
Superior completo	2.560.765	1.720.504	3.806.736	2.484.453	10.580.364	21.714.380	42.017.604
TOTAL CORRETO	8.926.492	12.137.708	38.619.394	19.977.585	32.383.406	62.375.229	109.515.201

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS, Relação Anual de Informações Sociais 2006. Disponível em: <http://www.rais.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2006.

IBGE. Matriz de Insumo-Produto — 1996. 2006b Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2006.

Tabela 15

Remuneração do fator trabalho, segundo a RAIS, no Brasil — 2002

(R\$ mil)

GRAU DE INSTRUÇÃO	AGROPECUÁRIA	EXTRATIVA MINERAL	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	PRODUTOS METALÚRGICOS	FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E TRATORES	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	MATERIAL DE TRANSPORTES
Analfabeto	285.200	20.755	31.337	45.743	31.390	10.226	29.275
4ª série incompleta	1.377.139	75.306	170.460	195.028	104.074	36.649	107.253
4ª série completa	1.443.606	141.742	324.725	506.115	287.514	97.271	321.534
8ª série incompleta	921.342	145.621	356.166	805.700	434.159	183.941	471.432
8ª série completa	622.707	222.967	389.277	1.198.987	750.675	324.193	1.157.485
2º grau incompleto	218.185	90.314	169.643	660.669	445.819	206.306	524.427
2º grau completo	552.639	989.499	497.515	1.971.276	1.391.153	944.441	2.146.574
Superior incompleto .	84.214	84.392	104.446	305.524	363.342	221.786	598.076
Superior completo	552.116	651.892	399.624	1.200.276	1.239.765	971.394	1.971.564
TOTAL	6.057.149	2.422.488	2.443.193	6.889.320	5.047.891	2.996.207	7.327.619
GRAU DE INSTRUÇÃO	MOBILIÁRIO	PAPEL E GRÁFICA	QUÍMICA, FARMACÊUTICA E PLÁSTICOS	TÊXTIL E VESTUÁRIO	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS, COURO E PELES	ALIMENTOS, FUMO E BEBIDAS	DIVERSAS E BORRACHA
Analfabeto	32.707	15.834	46.236	24.139	8.709	223.375	14.077
4ª série incompleta	199.423	81.302	166.150	148.342	68.275	705.240	92.815
4ª série completa	417.511	213.888	387.840	535.444	198.923	961.969	203.840
8ª série incompleta	575.376	388.172	650.023	912.452	495.868	1.349.445	409.990
8ª série completa	550.532	619.290	1.011.981	1.169.597	275.069	1.329.932	448.571
2º grau incompleto	240.224	369.838	577.590	586.200	198.049	735.216	232.666
2º grau completo	426.636	1.331.565	2.699.768	1.092.481	282.309	2.064.611	657.058
Superior incompleto .	75.242	360.282	879.406	160.798	72.800	453.652	169.787
Superior completo	176.351	1.252.414	3.528.201	407.189	72.422	1.383.704	495.081
TOTAL	2.694.002	4.632.586	9.947.195	5.036.641	1.672.423	9.207.144	2.723.886
GRAU DE INSTRUÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	OUTROS SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Analfabeto	66.082	130.154	201.463	89.579	386.983	237.326	995.649
4ª série incompleta	334.439	1.078.166	658.770	481.465	1.084.126	1.140.195	2.731.307
4ª série completa	340.141	1.401.040	1.752.662	1.616.618	1.794.497	1.964.535	2.858.113
8ª série incompleta	506.755	1.459.619	3.574.234	2.187.289	2.266.405	2.770.580	3.091.732
8ª série completa	540.732	1.502.070	6.392.761	2.674.156	3.807.835	4.385.402	7.460.864
2º grau incompleto	374.978	495.642	4.276.085	1.129.593	2.120.393	2.400.919	3.049.560
2º grau completo	2.057.167	1.482.470	12.100.951	5.059.900	10.844.611	9.957.045	28.065.879
Superior incompleto .	327.001	228.314	1.957.636	999.950	5.014.861	2.231.242	4.504.015
Superior completo	2.437.580	1.386.513	4.508.006	3.531.286	19.002.949	17.885.586	49.660.420
TOTAL	6.984.876	9.163.989	35.422.566	17.769.836	46.322.660	42.972.831	102.417.539

FONTE: RAIS. Relação Anual de Informações Sociais 2006. Disponível em: <http://www.rais.gov.br> . Acesso em: 29 abr. 2006.

Tabela 16

Remuneração do fator trabalho, ajustada pela MIP de 2002, no Brasil — 2002

(R\$ mil)

GRAU DE INSTRUÇÃO	AGROPECUÁRIA	EXTRATIVA MINERAL	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	PRODUTOS METALÚRGICOS	FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E TRATORES	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	MATERIAL DE TRANSPORTES
Analfabeto	569.132	28.469	42.039	53.555	57.239	11.667	25.118
4ª série incompleta	2.748.156	103.293	228.669	228.332	189.775	41.813	92.023
4ª série completa	2.880.794	194.421	435.613	592.543	524.271	110.976	275.875
8ª série incompleta	1.838.589	199.741	477.790	943.286	791.672	209.859	404.488
8ª série completa	1.242.645	305.832	522.208	1.403.734	1.368.827	369.872	993.120
2º grau incompleto	435.401	123.879	227.573	773.489	812.933	235.375	449.958
2º grau completo	1.102.822	1.357.246	667.408	2.307.904	2.536.715	1.077.513	1.841.757
Superior incompleto .	168.053	115.757	140.112	357.698	662.540	253.035	513.149
Superior completo	1.101.778	894.166	536.089	1.405.243	2.260.664	1.108.264	1.691.599
TOTAL	12.087.370	3.322.804	3.277.501	8.065.784	9.204.636	3.418.373	6.287.087
GRAU DE INSTRUÇÃO	MOBILIÁRIO	PAPEL E GRÁFICA	QUÍMICA, FARMACÊUTICA E PLÁSTICOS	TÊXTIL E VESTUÁRIO	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS, COURO E PELES	ALIMENTOS, FUMO E BEBIDAS	DIVERSAS E BORRACHA
Analfabeto	58.087	20.549	49.148	30.838	8.498	268.740	12.213
4ª série incompleta	354.175	105.507	176.614	189.512	66.614	848.468	80.522
4ª série completa	741.499	277.566	412.266	684.046	194.084	1.157.335	176.843
8ª série incompleta ...	1.021.866	503.736	690.962	1.165.685	483.807	1.623.504	355.690
8ª série completa	977.743	803.662	1.075.716	1.494.196	268.379	1.600.028	389.161
2º grau incompleto ...	426.638	479.944	613.967	748.888	193.231	884.531	201.851
2º grau completo	757.703	1.727.991	2.869.802	1.395.678	275.442	2.483.914	570.036
Superior incompleto .	133.630	467.543	934.792	205.424	71.029	545.784	147.300
Superior completo	313.199	1.625.276	3.750.411	520.196	70.660	1.664.721	429.511
TOTAL	4.784.538	6.011.773	10.573.679	6.434.462	1.631.745	11.077.027	2.363.129
GRAU DE INSTRUÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	OUTROS SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Analfabeto	123.757	269.167	346.564	180.096	320.965	540.924	1.890.584
4ª série incompleta	626.326	2.229.713	1.133.239	967.976	899.179	2.598.779	5.186.331
4ª série completa	637.006	2.897.433	3.014.991	3.250.180	1.488.363	4.477.647	5.427.117
8ª série incompleta ...	949.034	3.018.580	6.148.525	4.397.503	1.879.767	6.314.818	5.870.722
8ª série completa	1.012.666	3.106.370	10.997.056	5.376.339	3.158.235	9.995.387	14.167.031
2º grau incompleto ...	702.246	1.025.018	7.355.875	2.271.025	1.758.663	5.472.271	5.790.644
2º grau completo	3.852.597	3.065.837	20.816.489	10.172.833	8.994.568	22.694.501	53.292.781
Superior incompleto .	612.397	472.168	3.367.595	2.010.381	4.159.348	5.085.538	8.552.430
Superior completo	4.565.021	2.867.391	7.754.834	7.099.584	15.761.130	40.765.553	94.297.487
TOTAL	13.081.050	18.951.676	60.935.168	35.725.916	38.420.218	97.945.419	194.475.128

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS. Relação Anual de Informações Sociais 2006. Disponível em: <http://www.rais.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2006.

IBGE. Matriz de Insumo-Produto — 2002. 2006c Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2006.

y_{rm} – vetor-coluna da renda líquida dos fatores recebida do exterior. O dado original para a composição desse vetor é um escalar obtido, a partir das CEI, pela diferença dos valores da operação D.1 – Remuneração dos empregados nos usos da conta do resto do mundo e seus recursos, cujos valores são, para os anos analisados, respectivamente, R\$ -0,1 bilhão, significando que houve uma fuga de capitais em direção ao exterior através dessa conta, e R\$ 0,3 bilhão, o que gerou uma entrada de recursos para a economia, enquanto remuneração líquida do fator trabalho. No primeiro caso, o que pode estar ocorrendo é que os trabalhadores estrangeiros que estão a trabalho no País estejam remetendo aos seus países de origem, um valor superior ao que os trabalhadores brasileiros que atuam no exterior estão remetendo ao Brasil. No segundo caso, já se pode ter a situação inversa. Como não existem dados disponíveis para a desagregação desses valores por nível de escolaridade que possam ser extraídos diretamente das CEI, recorreu-se, mais uma vez, à desagregação oriunda da RAIS. A solução adotada para o desagregar o primeiro escalar foi dividir proporcionalmente aquele valor negativo entre aqueles trabalhadores que não são designados, na RAIS, nem por brasileiros nem por brasileiros naturalizados, os quais foram designados por estrangeiros⁵. A Tabela 17 retrata os resultados obtidos.

Tabela 17

Distribuição do escalar y_{rm} — 1996

GRAU DE INSTRUÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO DOS ESTRANGEIROS EM 1996	DISTRIBUIÇÃO, EM REAIS, DO SALDO NEGATIVO DO ES-CALAR y_{rm} (R\$ mil)
Analfabeto	1,30	-798
4ª série incompleta	1,47	-899
4ª série completa	3,45	-2.114
8ª série incompleta	3,59	-2.203
8ª série completa	8,53	-5.229
2º grau incompleto	2,91	-1.785
2º grau completo	15,72	-9.635
Superior incompleto.....	6,97	-4.273
Superior completo	56,06	-34.366
TOTAL	100,00	-61.302

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS. Relação Anual de Informações Sociais 2006. Disponível em: <http://www.rais.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2006.
 IBGE. **Contas Econômicas Integradas — 1996**. 2006d. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 10 fev. 2006.

⁵ A solução adotada para a divisão proporcional desse valor, bem como o do próximo escalar positivo a ser trabalhado, pode não retratar a realidade, o que serve de incentivo para futuros trabalhos nessa área.

Já no segundo caso, em que se tem um escalar positivo, optou-se por solução similar à anterior, só que, nesse caso, a desagregação do escalar foi feita proporcionalmente entre aqueles trabalhadores designados pela RAIS como brasileiros e brasileiros naturalizados. O resultado pode ser visto na Tabela 18.

Tabela 18

Distribuição do escalar y_m — 2002

GRAU DE INSTRUÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO DOS BRASILEIROS E NATURALIZADOS BRASILEIROS	DISTRIBUIÇÃO, EM REAIS, DO SALDO POSITIVO DO ESCALAR y_m (R\$ mil)
Analfabeto	0,89	2.918
4ª série incompleta.....	3,36	11.026
4ª série completa	5,41	17.742
8ª série incompleta	7,30	23.928
8ª série completa	11,21	36.776
2º grau incompleto	5,81	19.067
2º grau completo	26,33	86.353
Superior incompleto	5,82	19.089
Superior completo	33,87	111.100
TOTAL	100,00	328.000

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS. Relação Anual de Informações Sociais 2006. Disponível em: <http://www.rais.gov.br> . Acesso em: 29 abr. 2006.
 IBGE. **Contas Econômicas Integradas — 1996**. 2006d. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 10 fev. 2006.

2.3.4 Dados oriundos do IED

i_{ex} – vetor dos investimentos externos diretos: representa uma entrada de recursos para a economia brasileira. Na presente dissertação, esse vetor representa o principal instrumento de política econômica. Em sua forma original, possui a dimensão de 56x1. Para a análise contrafactual, houve a necessidade de compatibilizar os 56 setores em que há fluxo de IED com os 21 setores das MIPs, apresentados na Tabela 19. Os montantes de recursos que ingressaram na economia brasileira através dessa modalidade de investimento foram, para os anos de 1996 e 2002, respectivamente, R\$ 8,0 bilhões e R\$ 66,3 bilhões.

Tabela 19

Ingresso de IEDs no Brasil — 1996 e 2002

(R\$ milhões)

SETORES	1996	2002
01 Agropecuária	39,4	250,5
02 Extrativa mineral	75,5	1.919,9
03 Minerais não-metálicos	202,4	522,4
04 Produtos metalúrgicos	97,5	808,3
05 Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	186,1	1.380,2
06 Material elétrico e eletrôni- co	106,3	3.570,8
07 Material de transportes	297,1	6.389,3
08 Mobiliário	0,0	58,3
09 Papel e gráfica	22,8	193,0
10 Química, farmacêutica e plásticos	230,1	5.577,2
11 Têxtil e vestuário	75,7	363,9
12 Fabricação de calçados, couros e peles	0,0	50,1
13 Alimentos, fumo e bebidas	452,7	6.868,9
14 Diversas e borracha	136,5	989,6
15 Serviços industriais de uti- lidade pública	1.689,2	5.787,5
16 Construção civil	0,0	522,5
17 Comércio	653,6	5.315,0
18 Transporte e comunicações	851,1	15.320,8
19 Instituições financeiras	585,5	5.250,9
20 Outros serviços	2.259,9	5.195,2
21 Administração pública	0,0	0,0
TOTAL	7.961,4	66.334,4

FONTE: Banco Central do Brasil.

2.3.5 Dados oriundos da POF

tr_f – escalar das transferências intrafamiliares: a origem desse escalar está na Tabela 10 – Recebimento médio mensal familiar, por classes de recebimento mensal familiar, segundo a origem do recebimento, com indicação de características das famílias, cujos valores com pensão alimentícia, mesada e doação irão compor uma *proxi* das transferências intrefamiliares. A remuneração das famílias com essa origem de recursos foi extrapolada para o ano e, após, multiplicada pelo número de famílias constantes na POF de 1996 —

12.544.069. O valor do escalar resultante para o ano de 1996 é de R\$ 6,1 bilhões.⁶ Esse valor para o ano de 2002 é de R\$ 15,9 bilhões.

O último escalar a ser registrado é o vetor das transferências da renda do fator trabalho às famílias, que foi construído conforme discriminação abaixo.

w' - vetor das transferências da renda do fator trabalho às famílias: a construção desse vetor, desagregado por nível de escolaridade, é a transposição do vetor-coluna resultante da remuneração do fator trabalho, ou seja, é a remuneração oriunda do setor produtivo adicionada à remuneração recebida do exterior.

As matrizes sintéticas referentes aos anos de 1996 e 2002 podem ser verificadas através do Quadro 15. Os valores acima, em cada célula, referem-se ao ano de 1996 e os abaixo ao ano de 2002.

⁶ A extrapolação para o ano de 1996 foi por 13, supondo que todos os trabalhadores auferiram, no ano, os rendimentos correspondentes aos meses mais o décimo terceiro salário. Na metodologia para o ano de 2002, a extrapolação foi feita apenas por 12 meses.

Quadro 15

Representação sintética das MaCSs, com valores de 1996 e 2002

(R\$ bilhões)

	PRODUÇÃO	TRABALHO	CAPITAL	FAMÍLIAS	GOVERNO	INVESTIMENTO	RESTO DO MUNDO	TOTAL
PRODUÇÃO	UN 515,2 1.078,1			fn_{cf} 468,9 762,3	fn_g 144,0 271,0	fn_i 142,3 226,8	fn_x 53,0 205,0	1.323,4 2.543,3
TRABALHO	Yw 344,5 548,1						Y_{rm} -0,06 0,3	344,5 548,4
CAPITAL	yc' 356,2 639,7							356,2 639,7
FAMÍLIAS		w 344,5 548,4	rp, k, pp 220,8 389,4	tr _f 6,1 15,9	pg, rg 20,6 65,7			591,9 1.019,4
GOVERNO	t_p' 64,8 153,1		td _c 27,7 69,0	te _{cf} , td _f 57,9 121,5	t _{gg} , td _g 55,2 106,6	te _i 8,7 12,0	te _x 1,4 3,2	215,8 465,3
POUPANÇA			s _c 104,8 166,1	s _f 44,2 91,0	s _g -10,6 -7,8		s _{rm} 24,5 16,7	163,0 266,0
RESTO DO MUNDO	u_m' 42,7 124,3		rm _c 2,9 15,2	fm _{cf} 14,8 28,8	rm _g 6,6 29,8	fm _i 11,9 27,2	fm _x 0,02 0,3	78,9 225,6
TOTAL	1.323,4 2.543,3	344,5 548,4	356,2 639,7	591,9 1.019,4	215,8 465,3	163,0 266,0	78,9 225,6	

Após a coleta dos dados, procedeu-se à elaboração das MaCSs propriamente ditas e dos multiplicadores. Os resultados finais podem ser avaliados no **Anexo**.

Como mencionado no início deste capítulo, a matriz de multiplicadores contábeis M captura os efeitos multiplicadores sobre as contas endógenas, quando há uma injeção exógena no sistema. Na matriz M seus elementos constitutivos m_{ij} denotam a geração de renda resultante no setor i , por cada unidade monetária recebida pelo setor j , através do fluxo circular da renda. Percebe-se o mecanismo subjacente a esse processo através da Figura 11.

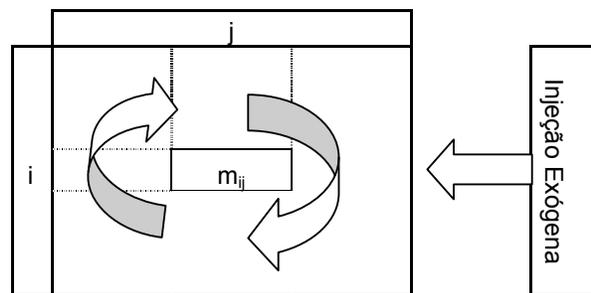


Figura 11: Representação esquemática dos efeitos sobre a matriz M .

Nota-se, através da análise das matrizes M para os dois anos, que alguns setores podem ser considerados chave, devido ao valor do multiplicador. Saliente-se que, a exemplo da tradicional MIP, os valores da diagonal principal são sempre superiores à unidade, em virtude do auto-encadeamento do setor em questão. O que difere do resultado padrão da MIP é que, fora da diagonal principal, também há muitos valores maiores do que a unidade.

Dentre os 21 setores produtivos, os cinco maiores valores da diagonal principal, no ano de 1996, pertencem ao setor de produtos metalúrgicos (1,704934), têxtil e vestuário (1,654757), outros serviços (1,562872), química, farmacêutica e plásticos (1,502123) e alimentos, fumo e bebidas (1,458535). Já em 2002, essas posições sofrem alterações: têxtil e vestuário (1,750978), produtos metalúrgicos (1,728327), química, farmacêutica e plásticos (1,508875), serviços industriais de utilidade pública (1,45358) e alimentos, fumo e bebidas (1,40689). Os maiores auto-encadeamentos, em ambos os anos, correspondem ao setor das famílias (2,227125 e 1,913562).

Os multiplicadores referentes ao fator capital e às famílias são, em ambos os anos, os mais significativos.

Numa visão mais ampla, percebe-se que os multiplicadores, no ano de 1996, são superiores aos de 2002, o que, em grande medida, pode estar sendo influenciado pelo grau de abertura comercial. Maior grau de abertura permite a importação em volume maior e, dependendo da pauta, estimula em maior grau a divisão internacional do trabalho entre os setores produtivos. Em outras palavras, os setores produtivos utilizaram menos insumos nacionais por unidade de valor da produção no ano de 2002.

2.4 O exercício contrafactual: estímulos à entrada de IEDs

Esta seção cumpre com a principal finalidade da dissertação, qual seja, a de verificar os impactos de uma mudança na grandeza dos IEDs sobre a massa salarial nos anos de 1996 e 2002. As contas exógenas que compõem as MaCSs analisadas são o governo, o investimento e o resto do mundo, portanto, elas formam o vetor exógeno sobre o qual se deseja impor condições exógenas de variação e avaliar o impacto destas sobre a equação geral do sistema. Cabe dizer que qualquer de suas componentes pode ser afetada. No exercício contrafactual da presente dissertação, optou-se, como medida de política econômica, por estimular a entrada de recursos externos na forma de IEDs, que serão aplicados diretamente no setor produtivo. Esse fato não exclui que esses mesmos recursos possam ser oriundos do governo ou mesmo aplicados por investidores internos.

Quando a matriz M é expressa em termos de seus componentes aditivos, como visto anteriormente, tem-se:

$$M = I + (M_1 - I) + (M_2 - I)M_1 + (M_3 - I)M_2M_1 \quad (31)$$

O exercício contrafactual requer que se introduza o vetor exógeno modificado na equação anterior, resultando em:

$$Me = Ie + (M_1 - I)e + (M_2 - I)M_1e + (M_3 - I)M_2M_1e \quad (32)$$

onde e é o vetor exógeno modificado. Os termos aditivos da equação anterior representam, respectivamente, os efeitos direto, intragrupo, intergrupo e extragrupo. A variação no vetor original corresponde à adição de 50% do total dos recursos que entraram na economia

brasileira, sob a rubrica de IED, nos anos analisados. As Tabelas 20 e 21 retratam o vetor exógeno antes e depois da modificação.

Tabela 20

Construção do vetor exógeno final no Brasil para o ano de 1996

	(R\$ mil)		
SETORES	e	Δe	e FINAL
01 Agropecuária	6.124.995	19.685	6.144.680
02 Extrativa mineral	2.919.820	37.737	2.957.558
03 Minerais não-metálicos	991.824	101.204	1.093.028
04 Produtos metalúrgicos	8.484.369	48.752	8.533.121
05 Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	10.364.423	93.035	10.457.459
06 Material elétrico e eletrônico	9.202.558	53.138	9.255.696
07 Material de transportes	12.640.215	148.553	12.788.768
08 Mobiliário	2.891.099	0	2.891.099
09 Papel e gráfica	1.951.490	11.395	1.962.884
10 Química, farmacêutica e plásticos .	5.256.446	115.061	5.371.507
11 Têxtil e vestuário	1.354.284	37.829	1.392.112
12 Fabricação de calçados, couros e peles	2.372.391	0	2.372.391
13 Alimentos, fumo e bebidas	13.413.614	226.367	13.639.980
14 Diversas e borracha	1.460.149	68.262	1.528.411
15 Serviços industriais de utilidade pública	11.858	844.593	856.451
16 Construção civil	100.696.251	0	100.696.251
17 Comércio	5.488.405	326.789	5.815.194
18 Transporte e comunicações	5.020.249	425.557	5.445.806
19 Instituições financeiras	364.302	292.773	657.075
20 Outros serviços	3.388.289	1.129.960	4.518.249
21 Administração pública	144.916.597	0	144.916.597
Fator trabalho - analfabetos	-798	0	-798
Fator trabalho com a 4ª série incompleta.....	-899	0	-899
Fator trabalho com a 4ª série completa	-2.114	0	-2.114
Fator trabalho com a 8ª série incompleta	-2.203	0	-2.203
Fator trabalho com a 8ª série completa	-5.229	0	-5.229
Fator trabalho com o 2º grau incompleto	-1.785	0	-1.785
Fator trabalho com o 2º grau completo	-9.635	0	-9.635
Fator trabalho com o superior incompleto	-4.273	0	-4.273
Fator trabalho com o superior completo	-34.366	0	-34.366
EOB	0	0	0
Famílias	20.552.093	0	20.552.093

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Matriz de Contabilidade Social.
IED.

Tabela 21

Construção do vetor exógeno final no Brasil para o ano de 2002

SETORES	(R\$ mil)		
	e	Δe	e FINAL
01 Agropecuária	26.963.859	125.236	27.089.095
02 Extrativa mineral	15.292.244	959.945	16.252.190
03 Minerais não-metálicos	2.361.206	261.215	2.622.421
04 Produtos metalúrgicos	20.570.922	404.140	20.975.062
05 Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	28.950.833	690.102	29.640.936
06 Material elétrico e eletrônico	16.001.087	1.785.381	17.786.468
07 Material de transportes	33.731.472	3.194.627	36.926.099
08 Mobiliário	7.826.141	29.170	7.855.312
09 Papel e gráfica	5.574.718	96.491	5.671.210
10 Química, farmacêutica e plásticos	16.479.791	2.788.617	19.268.408
11 Têxtil e vestuário	3.742.588	181.950	3.924.537
12 Fabricação de calçados, couros e peles	7.287.718	25.040	7.312.758
13 Alimentos, fumo e bebidas	41.220.624	3.434.454	44.655.078
14 Diversas e borracha	4.349.928	494.791	4.844.719
15 Serviços industriais de utilidade pública	103.616	2.893.727	2.997.343
16 Construção civil	158.181.435	261.270	158.442.705
17 Comércio	12.759.231	2.657.520	15.416.752
18 Transporte e comunicações	7.603.355	7.660.411	15.263.766
19 Instituições financeiras	1.013.917	2.625.474	3.639.391
20 Outros serviços	19.535.718	2.597.615	22.133.333
21 Administração pública	273.275.695	0	273.275.695
Fator trabalho - analfabetos	2.918	0	2.918
Fator trabalho com a 4ª série incompleta	11.026	0	11.026
Fator trabalho com a 4ª série completa	17.742	0	17.742
Fator trabalho com a 8ª série incompleta	23.928	0	23.928
Fator trabalho com a 8ª série completa	36.776	0	36.776
Fator trabalho com o 2º grau incompleto	19.067	0	19.067
Fator trabalho com o 2º grau completo	86.353	0	86.353
Fator trabalho com o superior incompleto	19.089	0	19.089
Fator trabalho com o superior completo	111.100	0	111.100
EOB	0	0	0
Famílias	65.695.518	0	65.695.518

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Matriz de Contabilidade Social.

IED.

A partir dos vetores acima demonstrados, foram realizados os cálculos, cujos efeitos estão registrados nas Tabelas 22 e 23.

Tabela 22

Efeitos direto, intragrupo, intergrupo e extragrupo da variação exógena no IED, no Brasil — 1996

CONTAS	(R\$ mil)			
	EFEITO DIRETO	EFEITO INTRAGRUPO	EFEITO INTERGRUPO	EFEITO EXTRAGRUPO
01 Agropecuária	6.144.680	16.391.691	68.885.315	5.692.204
02 Extrativa mineral	2.957.558	4.455.760	5.324.808	440.005
03 Minerais não-metálicos	1.093.028	11.569.671	3.619.550	299.094
04 Produtos metalúrgicos	8.533.121	28.739.303	18.038.755	1.490.597
05 Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	10.457.459	6.138.148	7.023.667	580.387
06 Material elétrico e eletrônico	9.255.696	4.822.658	14.515.082	1.199.425
07 Material de transportes	12.788.768	6.045.722	21.352.138	1.764.392
08 Mobiliário	2.891.099	3.669.060	6.577.922	543.554
09 Papel e gráfica	1.962.884	6.948.863	12.132.550	1.002.550
10 Química, farmacêutica e plásticos	5.371.507	27.644.576	60.064.355	4.963.301
11 Têxtil e vestuário	1.392.112	2.809.151	22.434.057	1.853.795
12 Fabricação de calçados, couros e peles	2.372.391	581.128	2.874.797	237.553
13 Alimentos, fumo e bebidas	13.639.980	8.252.864	77.634.831	6.415.203
14 Diversas e borracha	1.528.411	4.357.986	7.983.906	659.734
15 Serviços industriais de utilidade pública	856.451	9.430.846	23.049.710	1.904.668
16 Construção civil	100.696.251	5.987.607	4.207.518	347.680
17 Comércio	5.815.194	15.835.820	68.200.720	5.635.634
18 Transporte e comunicações	5.445.806	12.581.173	41.201.891	3.404.638
19 Instituições financeiras	657.075	5.159.807	58.872.851	4.864.843
20 Outros serviços	4.518.249	28.319.194	189.732.195	15.678.150
21 Administração pública	144.916.597	4.386.051	7.013.465	579.544
Fator trabalho - analfabetos	-798	0	-734	5.847.476
Fator trabalho com a 4ª série incompleta	-899	0	-2.411	20.481.132
Fator trabalho com a 4ª série completa	-2.114	0	-4.234	32.510.698
Fator trabalho com a 8ª série incompleta	-2.203	0	-4.809	37.722.143
Fator trabalho com a 8ª série completa	-5.229	0	-5.389	47.153.395
Fator trabalho com o 2º grau incompleto	-1.785	0	-2.753	19.820.223
Fator trabalho com o 2º grau completo	-9.635	0	-8.086	71.879.693
Fator trabalho com o superior incompleto	-4.273	0	-2.482	17.825.165
Fator trabalho com o superior completo	-34.366	0	-9.784	94.650.980
EOB	0	0	-53.451	360.455.795
Famílias	20.552.093	215.272	25.004.722	552.131.107
TOTAL	363.785.110	214.342.354	745.650.673	1.320.034.759

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Matriz de Contabilidade Social. IED.

Tabela 23

Efeitos direto, intragrupo, intergrupo e extragrupo da variação exógena no IED, no Brasil — 2002

CONTAS	(R\$ mil)			
	EFEITO DIRETO	EFEITO INTRAGRUPO	EFEITO INTERGRUPO	EFEITO EXTRA-GRUPO
01 Agropecuária	27.089.095	48.075.936	111.501.435	15.162.937
02 Extrativa mineral	16.252.190	19.640.436	20.739.835	2.820.384
03 Minerais não-metálicos	2.622.421	22.486.849	5.113.946	695.439
04 Produtos metalúrgicos	20.975.062	72.207.114	28.600.653	3.889.366
05 Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	29.640.936	15.428.911	12.506.073	1.700.685
06 Material elétrico e eletrônico	17.786.468	7.537.488	13.530.704	1.840.023
07 Material de transportes	36.926.099	12.299.984	24.355.446	3.312.066
08 Mobiliário	7.855.312	6.114.110	7.560.458	1.028.137
09 Papel e gráfica	5.671.210	16.103.344	21.888.340	2.976.567
10 Química, farmacêutica e Plásticos	19.268.408	90.072.054	131.632.614	17.900.550
11 Têxtil e vestuário	3.924.537	7.136.084	33.972.329	4.619.853
12 Fabricação de calçados, couros e peles	7.312.758	1.069.698	2.524.371	343.286
13 Alimentos, fumo e bebidas	44.655.078	24.336.260	127.462.669	17.333.485
14 Diversas e borracha	4.844.719	11.068.811	13.695.499	1.862.433
15 Serviços industriais de utilidade pública	2.997.343	29.147.935	55.509.756	7.548.700
16 Construção civil	158.442.705	10.591.583	6.687.626	909.442
17 Comércio	15.416.752	37.337.998	123.447.685	16.787.492
18 Transporte e comunicações	15.263.766	33.630.431	100.432.085	13.657.630
19 Instituições financeiras	3.639.391	11.457.517	105.703.613	14.374.499
20 Outros serviços	22.133.333	54.752.735	260.546.196	35.431.342
21 Administração pública	273.275.695	5.785.386	7.790.081	1.059.363
Fator trabalho - analfabetos	2.918	0	1.208	5.046.560
Fator trabalho com a 4ª série incompleta	11.026	0	5.031	19.681.222
Fator trabalho com a 4ª série completa	17.742	0	9.116	30.985.383
Fator trabalho com a 8ª série incompleta	23.928	0	12.846	40.897.839
Fator trabalho com a 8ª série completa	36.776	0	18.684	62.933.745
Fator trabalho com o 2º grau incompleto	19.067	0	10.410	32.239.824
Fator trabalho com o 2º grau completo	86.353	0	38.953	148.697.105
Fator trabalho com o superior incompleto	19.089	0	9.054	30.075.577
Fator trabalho com o superior completo	111.100	0	44.351	195.538.573
EOB	0	0	230.289	667.716.422
Famílias	65.695.518	1.041.266	58.975.660	929.676.010
TOTAL	802.016.795	537.321.930	1.274.557.018	2.328.741.939

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Matriz de Contabilidade Social. IED.

O efeito extragrupo, que indica aqueles efeitos nas contas de grupos distintos daqueles onde ocorreu a injeção exógena, é o mais representativo nos dois anos, perfazendo um total de 49,9% e 47,1%. Em seguida, têm-se os efeitos intergrupo — 28,2% e 25,8% —, direto — 13,8% e 16,2 — e intragrupo — 8,1% e 10,9% respectivamente.

A coluna referente ao efeito intergrupo percebe a variação total naquelas contas que foram afetadas originalmente na injeção exógena, após esse estímulo ter afetado as demais contas do sistema. O setor mais afetado por esse efeito é o de outros serviços, seguido por alimentos, fumo e bebidas; agropecuária; comércio; química; farmacêutica e plásticos; e instituições financeiras.

A coluna do efeito direto simplesmente reflete o vetor exógeno original acrescido da “injeção exógena”. É importante salientar que a conta administração pública não recebe recursos externos na forma de IEDs. Nela, percebe-se que a administração pública e o setor da construção civil, possuem valores muito superiores aos demais.

Já a coluna referente ao efeito intragrupo, o menos expressivo de todos em relação ao total dos efeitos, mostra as alterações que ocorreram naquelas contas que receberam o estímulo originariamente, vale dizer, os setores produtivos. Essas mudanças acontecem em virtude de aumentos na demanda por insumos nos diferentes setores, decorrentes de variações na renda, emprego, produção, impostos e importações. Percebe-se que, no ano de 1996, três setores se destacam. São eles, respectivamente, o de produtos metalúrgicos; outros serviços; e química, farmacêutica e plásticos. O quarto lugar coube ao setor agropecuária, seguido pelo comércio, transporte e comunicações; e minerais não-metálicos. No ano de 2002, essas posições sofrem alterações. Os três primeiros passam a ser química e farmacêutica; produtos metalúrgicos; e outros serviços respectivamente. O setor de minerais não-metálicos, que, no ano de 1996, ocupava a sétima posição, tem seu lugar ocupado pelo serviços industriais de utilidade pública.

Ao se analisarem os efeitos multiplicadores M_3 , constata-se que as linhas mais significativas, referentes ao fator trabalho, são aquelas relativas aos trabalhadores com nível superior completo, seguidas por a daqueles com segundo grau completo e com a oitava série completa respectivamente. Isso é constatado para os dois anos analisados. Esse fato também é comprovado ao analisar-se a última coluna das Tabelas 22 e 23.

É importante salientar que essa ordem pode mudar radicalmente, quando a análise se dá por setor produtivo. No setor agropecuária, por exemplo, o efeito multiplicador maior ocorre entre aqueles trabalhadores que possuem a quarta série incompleta, quarta série completa e oitava série incompleta. Já nos setores instituições financeiras e administração

pública, os efeitos maiores dão-se entre aqueles que possuem o superior completo e o segundo grau completo.

A fim de que se possam visualizar os efeitos finais, fruto de um aumento de 50% no valor dos IEDs na produção, foram construídas as Tabelas 24 e 25. A partir delas, pode-se proceder a uma comparação do total das contas endógenas nos dois momentos. O primeiro deles com o total das contas endógenas antes da introdução do aumento, e o segundo após a introdução do aumento. Para a obtenção dos valores da situação inicial, procedeu-se à multiplicação do vetor-coluna formado pelo total das contas exógenas por cada um dos componentes aditivos da equação 31. Para formar a situação final, simplesmente se acrescentou ao vetor-coluna original 50% do valor dos IEDs, por setor produtivo. O valor dos IEDs para os dois anos está registrado na Tabela 19.

Tabela 24

Variação total das contas endógenas, no Brasil —1996

SETORES	SITUAÇÃO INICIAL (R\$ mil)	SITUAÇÃO APÓS A VARIACÃO EXÓGENA (R\$ mil)	VARIAÇÃO %
01 Agropecuária	96.140.082	97.113.890	1,01
02 Extrativa mineral	13.031.166	13.178.131	1,13
03 Minerais não-metálicos	16.391.535	16.581.344	1,16
04 Produtos metalúrgicos	56.355.901	56.801.777	0,79
05 Fabricação e manutenção de			
Máquinas e tratores	23.952.560	24.199.661	1,03
06 Material elétrico e eletrônico	29.544.547	29.792.862	0,84
07 Material de transportes	41.479.891	41.951.020	1,14
08 Mobiliário	13.599.769	13.681.635	0,60
09 Papel e gráfica	21.829.947	22.046.848	0,99
10 Química, farmacêutica e			
plásticos	96.916.477	98.043.739	1,16
11 Têxtil e vestuário	28.156.870	28.489.115	1,18
12 Fabricação de calçados,			
couros e peles	6.032.761	6.065.869	0,55
13 Alimentos, fumo e bebidas	104.740.466	105.942.879	1,15
14 Diversas e borracha	14.315.030	14.530.038	1,50
15 Serviços industriais de utilidade			
Pública	33.793.549	35.241.675	4,29
16 Construção civi	111.156.768	111.239.056	0,07
17 Comércio	94.271.477	95.487.368	1,29
18 Transporte e comunicações	61.597.629	62.633.508	1,68
19 Instituições financeiras	68.522.094	69.554.577	1,51
20 Outros serviços	234.804.518	238.247.789	1,47

(continua)

Tabela 24

Variação total das contas endógenas, no Brasil — 1996

SETORES	SITUAÇÃO INICIAL (R\$ mil)	SITUAÇÃO APÓS A VARIÇÃO EXÓGENA (R\$ mil)	VARIÇÃO %
21 Administração pública	156.777.810	156.895.656	0,08
Fator trabalho - analfabetos	5.788.282	5.845.943	1,00
Fator trabalho com a 4ª série incompleta	20.281.275	20.477.822	0,97
Fator trabalho com a 4ª série completa	32.159.362	32.504.350	1,07
Fator trabalho com a 8ª série incompleta	37.321.480	37.715.131	1,05
Fator trabalho com a 8ª série completa	46.700.766	47.142.776	0,95
Fator trabalho com o 2º grau incompleto	19.591.573	19.815.686	1,14
Fator trabalho com o 2º grau completo	71.188.933	71.861.972	0,95
Fator trabalho com o superior incompleto	17.619.353	17.818.410	1,13
Fator trabalho com o superior completo	93.801.462	94.606.830	0,86
EOB	356.196.946	360.402.344	1,18
Famílias	591.898.160	597.903.194	1,01

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Matriz de Contabilidade Social. IED.

Tabela 25

Variação total das contas endógenas no Brasil — 2002

SETORES	SITUAÇÃO INICIAL (R\$ mil)	SITUAÇÃO APÓS A VARIÇÃO EXÓGENA (R\$ mil)	VARIÇÃO %
01 Agropecuária	194.800.805	201.829.403	3,61
02 Extrativa mineral	56.230.067	59.452.844	5,73
03 Minerais não-metálicos	30.071.894	30.918.654	2,82
04 Produtos metalúrgicos	121.007.082	125.672.195	3,86
05 Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	57.161.269	59.276.605	3,70

(continua)

Tabela 25

Variação total das contas endógenas no Brasil — 2002			
SETORES	SITUAÇÃO INICIAL (R\$ mil)	SITUAÇÃO APÓS A VARIÇÃO EXÓGENA (R\$ mil)	VARIÇÃO %
06 Material elétrico e eletrônico	38.012.842	40.694.682	7,06
07 Material de transportes	71.749.191	76.893.596	7,17
08 Mobiliário	22.118.686	22.558.017	1,99
09 Papel e gráfica	45.038.773	46.639.461	3,55
10 Química, farmacêutica e Plásticos	244.729.616	258.873.625	5,78
11 Têxtil e vestuário	47.794.731	49.652.804	3,89
12 Fabricação de calçados, couros e peles	11.107.207	11.250.113	1,29
13 Alimentos, fumo e bebidas	204.039.120	213.787.491	4,78
14 Diversas e borracha	29.798.541	31.471.462	5,61
15 Serviços industriais de utilidade pública	87.833.249	95.203.736	8,39
16 Construção civil	175.858.524	176.631.356	0,44
17 Comércio	183.877.019	192.989.927	4,96
18 Transporte e comunicações	149.063.234	162.983.911	9,34
19 Instituições financeiras	127.582.800	135.175.020	5,95
20 Outros serviços	358.024.315	372.863.607	4,14
21 Administração pública	287.360.006	287.910.526	0,19
Fator trabalho - analfabetos	4.910.267	5.050.686	2,86
Fator trabalho com a 4ª série incompleta	19.106.041	19.697.279	3,09
Fator trabalho com a 4ª série completa	29.868.611	31.012.240	3,83
Fator trabalho com a 8ª série incompleta	39.313.553	40.934.613	4,12
Fator trabalho com a 8ª série completa	60.664.983	62.989.205	3,83
Fator trabalho com o 2º grau incompleto	31.002.469	32.269.302	4,09
Fator trabalho com o 2º grau completo	143.947.891	148.822.411	3,39
Fator trabalho com o superior incompleto	28.994.792	30.103.721	3,82
Fator trabalho com o superior completo	190.593.876	195.694.024	2,68
EOB	639.654.460	667.946.711	4,42
Famílias	1.019.431.834	1.055.388.455	3,53

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Matriz de Contabilidade Social. IED.

Através das duas últimas tabelas, percebe-se uma inversão significativa entre os dois setores que registraram as maiores variações percentuais nos anos de 1996 e 2002. O setor serviços industriais de utilidade pública, que, em 1996, percebeu uma variação de 4,29%, a maior do setor produtivo, passou a ocupar o segundo lugar no ano de 2002. A inversão de posição ocorreu com o setor transporte e comunicações, que registrou uma variação de 9,34%, fruto de um volume maciço de recursos percebido pelo setor em virtude das privatizações. A menor variação nos dois anos ficou a cargo do setor administração pública, 0,08% e 0,19%.

Focando a análise sobre o total de recursos auferidos pelo fator trabalho, este passa, em 1996, de um total de R\$ 344,5 bilhões para R\$ 347,8 bilhões. Em 2002, o total inicial é de R\$ 548,4 bilhões, passando para um total de R\$ 566,6 bilhões. Desagregando esses valores por nível de escolaridade, observa-se que, no ano de 1996, os trabalhadores com segundo grau incompleto foram os mais beneficiados com a mudança no vetor exógeno — 1,14% —, seguidos pelos que possuíam superior incompleto — 1,13% —, quarta série completa — 1,07% —, oitava série incompleta — 1,05% —, analfabetos — 1,00% —, quarta série incompleta — 0,97% —, oitava série completa e segundo grau completo — 0,95% — e superior completo — 0,86%.

Já no ano de 2002, tem-se uma ordem distinta. A alteração mais significativa passa a pertencer àqueles trabalhadores com a oitava série incompleta — 4,12% —, seguidos por aqueles com o segundo grau incompleto — 4,09% —, quarta série completa e oitava série completa — 3,83% —, superior incompleto — 3,82% —, segundo grau completo — 3,39% —, quarta série incompleta — 3,09% —, analfabetos — 2,86% — e superior completo — 2,68%.

A diferença de posições dos trabalhadores nas Tabelas 22 e 23, em relação às Tabelas 24 e 25, pode ser explicada pelo número de postos de trabalho em questão.

Realizadas as análises pertinentes aos resultados obtidos, no próximo capítulo será feita a **Conclusão** deste trabalho.

CONCLUSÃO

O objetivo da presente dissertação é analisar o impacto do aumento nos IEDs sobre a massa salarial, nos anos de 1996 e 2002. Para atingir esse objetivo, utilizou-se como instrumento de análise a MaCS e os multiplicadores contábeis dela decorrentes — M , M_1 , M_2 e M_3 — para os anos de 1996 e 2002. Através da MaCS, obteve-se a consistência macroeconômica nos anos de 1996 e 2002, onde, inclusive, os IEDs já estão incorporados. A partir dos multiplicadores, obtiveram-se os efeitos direto, intragrupo, intergrupo e extragrupo, todos registrados nos Quadros 13 e 14.

O trabalho, além da **Introdução**, é composto por dois capítulos. No Capítulo 1, foi analisado o cenário brasileiro entre os anos de 1990 e 2004, onde se pôde verificar a mudança ocorrida na economia brasileira, nesse período, e contextualizar a entrada de recursos na forma de IEDs. O combate aos altos índices inflacionários, beirando o processo hiperinflacionário, herdados da década de 80, configurou-se no principal desafio. A abertura comercial forçou as indústrias nacionais a se reestruturarem, para se adaptarem ao cenário mundial. O Plano Real, implementado em 1994, logrou estabilidade à economia brasileira, que, juntamente com o aumento da abertura comercial dos anos 90, incentivou a entrada de um maior volume de recursos externos na forma de IEDs. Alguns setores foram pouco privilegiados por esse tipo de recurso, tais como agricultura, pecuária e extrativa mineral. Já o setor de serviços vem, ao longo dos anos, recebendo recursos vultuosos, principalmente em virtude dos processos de privatização, onde se destacam a do Sistema Telebrás, em 1998, e a do Sistema Elétrico entre 1996 e 2000. O sistema financeiro também foi intensamente afetado pelo ingresso de recursos na forma de IEDs. O aumento da participação do capital estrangeiro no segmento de bancos deu-se, principalmente, pelos processos de fusões ou aquisições. A indústria só superou o setor serviços no ano de 2004, com o fim do ciclo de privatizações. O papel do Estado também sofreu mudanças, passando este a ter menos interferência na economia como Estado-empresário e mais como regulador do mercado.

O Capítulo 2, foi destinado à construção das MaCSs e seus respectivos multiplicadores para os anos de 1996 e 2002. As fontes de dados utilizadas para a composição das MaCSs foram a Tabela de Investimentos Externos Diretos, a Matriz de Insumo-Produto, a Pesquisa de Orçamentos Familiares, as Contas Econômicas Integradas e a Relação Anual de Informações Sociais. A escolha pela MaCS baseou-se no fato de que ela é um instrumento de análise

consistente e completo, onde se pode verificar as interdependências e os fluxos de renda que compõem um sistema econômico. Após essa etapa, iniciou-se a construção da matriz de multiplicadores M e, em seguida, dos multiplicadores M_1 , M_2 e M_3 . Numa primeira abordagem, percebeu-se que os multiplicadores relativos ao ano de 1996 são superiores aos de 2002, cuja principal explicação pode estar no aumento da abertura comercial, levando a crer que menos insumos de origem nacional, por unidade de produção, estariam sendo utilizados em 2002 (SOUZA, 2001). A partir dos multiplicadores, procedeu-se à análise contrafactual, com a injeção de recursos no setor produtivo na ordem de 50%⁷ do valor do ingresso dos IEDs nos anos analisados. Constatou-se que o efeito extragrupo é o mais representativo, perfazendo 49,9% e 47,1% nos anos de 1996 e 2002, respectivamente, do total dos efeitos. É através dele que se pode visualizar os efeitos sobre o fator trabalhado.

Constatou-se, após a aplicação do exercício contrafactual, que houve um aumento na massa salarial do fator trabalho, passando, no ano de 1996, de R\$ 344,5 bilhões para R\$ 347,8 bilhões; já no ano de 2002, passou de R\$ 548,4 bilhões para R\$ 566,6 bilhões.

Os resultados mostraram que existe um padrão nos dois anos analisados, em relação aos quatro primeiros graus de escolaridade. O efeito maior dá-se na faixa daqueles trabalhadores que possuem o superior completo, seguidos por aqueles com segundo grau completo, oitava série completa e oitava série incompleta.

Os demais níveis de instrução diferem um pouco na ordem, em relação aos dois anos. No ano de 1996, a seqüência é complementada pela faixa de trabalhadores com a quarta série completa, quarta série incompleta, segundo grau incompleto, superior incompleto e analfabetos. Já em 2002, têm-se segundo grau incompleto, quarta série completa, superior incompleto, quarta série incompleta e analfabetos.

Quando analisados os efeitos totais, a partir das estruturas estabelecidas para os anos de 1996 e 2002, percebe-se a importância de incentivar o investimento nos diversos setores que compõem a estrutura produtiva brasileira. Embora se tenha procurado privilegiar todos os setores no exercício do capítulo anterior, é importante, em nível de política econômica, que se examine com cuidado aqueles setores em que o efeito multiplicador é maior. Neles, deve-se centrar atenção, sem desconsiderar a importância daqueles setores que recebem poucos recursos, como é o caso do setor agropecuária, o que incentiva novos estudos nesse sentido.

⁷ O aumento de 50% nos IEDs é factível com a realidade brasileira, podendo ser alcançado com estímulos adequados por parte do Governo.

A partir dessa constatação, a ligação entre esses dois fenômenos — aumento de investimentos e aumento na massa salarial — merece um destaque especial, visto que estudos nessa área podem ensejar políticas de desenvolvimento baseadas numa maior equidade.

A educação passa, então, a ser o centro dessas políticas. Como foi visto até agora, alguns estudos argumentam que o ingresso de IEDs privilegia aquelas pessoas cujo nível de educação e treinamento é mais elevado. Não se pretende, com isso, tomar posição a favor dos IEDs, mas, sim, frisar a importância do aumento dos investimentos para gerar novos empregos e melhorar a massa salarial, pois nada impede que a maior parte dos investimentos totais venha do interior do próprio País, com tecnologia que privilegie um maior nível de escolaridade.

Nesse sentido, o Governo tem papel decisivo, não só na área da educação, mas também em propiciar um ambiente adequado para o aumento de investimentos no setor produtivo.

No caso dos IEDs, estudos têm comprovado que eles são atraídos pelo grau de desenvolvimento de uma nação, sendo assim, o Governo tem a tarefa de implementar políticas que proporcionem o desenvolvimento, que, por sua vez, irá atrair mais IEDs e, dessa forma, formar um círculo virtuoso para o desenvolvimento nacional.

Porém não só o fator trabalho é afetado, mas, sim, toda a economia. Esse fato torna relevante o estímulo da economia através do aumento de investimentos no setor produtivo.

REFERÊNCIAS

APERTEM os cintos: o dinheiro sumiu de circulação. **Exame**, São Paulo, ed. 449, ano 22, n. 6, 21 mar. 1990.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral: **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BAER, Werner; PAIVA, Claudio. A vacilante economia brasileira: estagnação e inflação durante 1987-93. In: BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002. p.195-219.

BANCO MUNDIAL. **Globalização, crescimento e pobreza**: relatório de pesquisa política do Banco Mundial. São Paulo: Futura, 2003.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BÊRNI, Duilio de Ávila (Org.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização. Diário Oficial da União de 13 abr. 1990. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8031.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2005.

CARVALHO, Carlos Eduardo. O fracasso do plano collar: erros de execução ou de concepção?. **Economia**, Niterói (RJ), v. 4, n. 2, p. 283-331, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n2p283_331.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2005.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Org.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 141-165.

CHOI, Changkyu. **Does Foreign Direct Investment Affect Domestic Income Inequality?**. Myongji University, Seoul, Korea, October, 2004. Disponível em: <[http://elpf.kiep.go.kr/pool/exinfo2004.nsf/0/d1e7c9480d36983749256f6e005a4c97/\\$FILE/i273qs4e5sg8s1hoho3d13dv168o30d1d6gp0_.pdf](http://elpf.kiep.go.kr/pool/exinfo2004.nsf/0/d1e7c9480d36983749256f6e005a4c97/$FILE/i273qs4e5sg8s1hoho3d13dv168o30d1d6gp0_.pdf)> Acesso em: 20 dez. 2004.

COLLOR dispara um segundo tiro no tigre. **Veja**, São Paulo, ed. 1168, ano 24, n. 6, p. 26-42, 6 fev. 1991.

COOPER, Richard N. **Growth and Inequality**: the role of foreign trade and investment. Harvard University, May, 2001. Disponível em: <<http://cowles.econ.yale.edu/conferences/brainard/cooper.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2005.

CUNHA, André Moreira da; PRATES, Daniela Magalhães. A política econômica do Governo Lula e o ajuste nas contas externas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p.5-40, jun. 2005.

DEFOURNY, Jacques; THORBECKER, Erik. Structural path analysis and multiplier decomposition within a social accounting matrix framework. **The economic journal**. The quarterly journal of the royal economic society. Cambridge University Press, n. 373, v. 94, p.111-136, Mar 1984.

EMINI, Christian Arnault. **Designing the financial social accounting matrix underlying the integrated macroeconomic model for poverty analysis**: the Cameroon country-case. Disponível em: http://www.crefa.ecn.ulaval.ca/develop/SAM_IMMPPA-SAM_Cameroon.pdf . Acesso em: 12 ago. 2005.

FARO, Clovis et al. **Plano collor**: avaliações e perspectivas. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Ed., 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOCHEZATTO, Adelar; CURZEL, Rosana. **Método de obtenção da matriz de contabilidade social regional**: Rio Grande do Sul — 1995. Texto para discussão, Brasília, n. 902, ago. 2002. Publicação do IPEA.

GIAMBIAGI, Fabio, [et al]. **Economia brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GRIJÓ, Eduardo. **Efeitos da mudança no grau de equidade sobre a estrutura produtiva brasileira**: análise da matriz de contabilidade social. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Dissertação, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

IBGE – Departamento de Contas Nacionais. **Matriz de Insumo-Produto**: Brasil, 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1999a.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996**. Departamento de Índices de Preços. Rio de Janeiro: IBGE, 1999b.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais:Contas Econômicas Integradas — 1996-1999. v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. 2006a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae1.0/cnae.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2006.

IBGE. **Matriz de Insumo-Produto — 1996**. 2006b. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em: 10 fev. 2006.

IBGE. **Matriz de Insumo-Produto — 2002**. 2006c. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em: 10 fev. 2006.

IBGE. **Contas Econômicas Integradas — 1996**. 2006d. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 10 fev. 2006.

IBGE. **Contas Econômicas Integradas — 2002**. 2006e. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 10 fev. 2006.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Balance of payments manual**. 5. ed. Washington: FMI, 1993.

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE — CEPAL. Disponível em: <http://www.eclac.cl/ddpe/noticias/documentosdetrabajo/3/20933/inversion2004_port2.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2006.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. Reformando o Estado. In: KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John (Org.). **Depois do consenso de Washington**: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 28-41.

LLOP, Maria; MANRESA, Antonio. **Matriu de comptabilitat social de Catalunya**. Fev. 2003. Disponível em: <www.idescat.net/cat/idescat/formacioRecerca/formacio/CS%20SAM.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2005.

MARINHO, Henrique Jorge Medeiros. **Política cambial brasileira**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita. **A Economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 11-41. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_01.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2004.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?**. Texto para discussão 91 - BNDES, Rio de Janeiro, nov. 2001. Disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-91.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2005.

Privatizações no Brasil: 1990-1994 e 1995-2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicações/catalogo/Priv_Gov.pdf> Acesso em: 16 nov. 2005.

PYATT, Graham; ROE, Alan. **Social accounting for development planning with special reference to Sri Lanka**. London: Cambridge University, 1977.

PYATT, Graham; ROUND, Jeffery I. **Social accounting matrices**: a basis for planning. Washington, D.C., U.S.A.: The World Bank, set. 1985.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais 2006. Disponível em: <http://www.rais.gov.br> . Acesso em: 29 abr. 2006.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria et al. Abertura comercial e o governo Collor. In: _____. **Economia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Cap. 14, p. 199-206.

REIS, Carlos Nelson dos; MARQUES, Luis Fernando Bicca. Plano Collor: um conjunto de equívocos. **Análise**, Porto Alegre, v.1, n. 4, p. 295-444, 1990.

SOARES, Sergei; SERVO, Luciana M. Santos; ARBACHE, Jorge Saba. **O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão 843, IPEA, Rio de Janeiro, nov. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0843.pdf>. Acesso em: 23 de nov. 2005.

SOUZA, Nali de J. The effects of foreign trade liberalization upon the Brazilian level of employment and the industrial structure, 1980/2000. In: KANTARELIS, Demetri. **Global Business & Economics Review - Anthology 2001**, Worcester (MA, EUA): B&ESI, 2001, v. 1, p. 625-636.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Conseqüências econômicas da abertura comercial da economia brasileira — 1990/1998**. Disponível em: <<http://www.nalisouza.web.com.br> >. Acesso em: 20 mar. 2006.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

STONE, Richard. The disaggregation of the household sector in the national accounts. In: PYATT, Graham; ROUND, Jeffery I. **Social accounting matrices**: a basis for planning. Washington, D.C., U.S.A.: The World Bank, set. 1985, p. 159-99.

TAYLOR, Lance; BACHA, Edmar L. The unequalising spiral: a first growth model for Belindia. **Quarterly Journal of Economics**. v. 90 n. 2, p. 197-218, May 1976.

VELASCO Jr., Licínio. **A economia política das políticas públicas**: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94. Texto para Discussão 54, BNDES, Rio de Janeiro, abr.1997. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/Td-54.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2005.

ANEXO

A.1 Contas econômicas Integradas — 1996

Contas econômicas integradas - 1996

Contas	Total	Registros correspondentes à		S.1 Total da economia	S.14 Famílias	S.13 Administração pública	S.12 Empresas financeiras	S.11 Empresas não- financeiras	Dummy financeiro	Códigos	Operações e saldos		
		Conta de bens e serviços (recursos)	Conta do resto do mundo										
Contas correntes (1 000 000 R\$)													
Usos													
1. Produção/ conta externa de bens e serviços	69 311	69 311									P.7	Importação de bens e serviços	
	54 430		54 430								P.6	Exportação de bens e serviços	
	1 322 880	1 322 880									P.1	Produção	
	1 097 190	1 097 190									P.11	Produção mercantil	
	225 690	225 690									P.12	Produção não-mercantil	
	627 913			627 913	125 414	45 858	20 507	399 606	36 529		P.2	Consumo intermediário	
	83 920	83 920									D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	
778 887			778 887	245 481	110 920	44 119	330 975	(-) 36 529		B.1	Valor adicionado bruto/Produto interno bruto (1)		
		14 880								B.11	Saldo externo de bens e serviços		
2.1.1. Geração da renda	300 401		194	300 208	37 039	109 515	30 217	123 436			D.1	Remuneração dos empregados	
	224 523		194	224 329	33 415	70 679	23 790	96 444			D.11	Ordenados e salários	
	75 879			75 879	3 624	38 836	6 427	26 992			D.12	Contribuições sociais dos empregadores	
	45 337			45 337	3 624	8 294	6 427	26 992			D.121	Contribuições sociais efetivas	
	30 542			30 542		30 542					D.122	Contribuições sociais imputadas	
	115 236			115 236	(-) 1 211	1 405	2 709	28 412			D.2-D.3	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação	
	83 920			83 920							D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	
	31 316			31 316	(-) 1 211	1 405	2 709	28 412			D.29-D.39	Outros impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção	
	319 137			319 137	165 346		11 193	179 127	(-) 36 529		B.2	Excedente operacional bruto	
	44 306			44 306	44 306						B.3	Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)	
2.1.2. Alocação da renda primária	249 102		5 090	244 012	19 433	36 508	108 989	79 082			D.4	Rendas de propriedade	
	218 136		3 609	214 527	18 133	36 508	98 016	61 869			D.41	Juros	
	20 261		1 481	18 780			2 749	16 031			D.42	Dividendos e retribuições	
	529			529				529			D.43	Lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro	
	8 224			8 224			8 224				D.44	Rendimento de propriedade atribuído a detentores de apólices de seguros	
	1 952			1 952	1 300			652			D.45	Renda da terra	
	766 659			766 659	530 700	92 619	7 602	135 739			B.5	Saldo das rendas primárias brutas/Renda nacional bruta (2)	
2.2. Distribuição secundária da renda	45 474			45 474	17 678		48	3 410	24 338		D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.	
	98 699			98 699	98 699						D.611	Contribuições sociais	
	68 157			68 157							D.611	Contribuições sociais efetivas	
	45 337			45 337							D.6111	Contribuições sociais efetivas dos empregadores	
	20 934			20 934							D.6112	Contribuições sociais dos empregados	
	1 886			1 886							D.6113	Contribuições sociais dos não-assalariados	
	30 542			30 542							D.612	Contribuições sociais imputadas	
	103 553			103 553		98 895	4 658				D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie	
	64 415			64 415		59 757	4 658				D.621+D.622	Benefícios sociais com constituição de fundos	
	33 869			33 869		33 869					D.623	Benefícios sociais sem constituição de fundos	
	5 270			5 270		5 270					D.624	Benefícios de assistência social em numerário	
	89 495		3 602	85 893	4 503	59 733	8 687	12 970			D.7	Outras transferências correntes	
	7 873		2	7 871	3 725		611	165	3 369		D.71	Prêmios líquidos de seguros não-vida	
	7 873		235	7 638				7 638			D.72	Indenizações de seguros não-vida	
	55 189			55 189			55 189				D.73	Transferências correntes entre administrações públicas	
	18 560		3 365	15 195	778	3 932		884	9 601		D.75	Transferências correntes diversas	
769 239			769 239	523 921	135 927	8 046	101 345			B.6	Renda disponível bruta		
38 410			38 410	817	37 593					D.63	Transferências sociais em espécie		
769 239			769 239	561 513	98 334	8 046	101 345			B.7	Renda disponível bruta ajustada		
2.3. Redistribuição da renda em espécie	630 814			630 814	524 405	106 408					B.6	Renda disponível bruta	
	630 814			630 814	486 813	144 001					P.4	Consumo final efetivo	
	7 103			7 103		2 479	4 624				P.3	Despesa de consumo final	
	138 426			138 426	44 211	(-) 10 554	3 422	101 345			D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP	
			24 528								B.8	Poupança bruta	
2.4. Uso da renda											B.12	Saldo externo corrente	
	150 050			150 050	42 633	17 973	1 933	87 512			B.8	Poupança bruta	
	12 903			12 903	3 174			9 730			B.12	Saldo externo corrente	
							(-) 23	23			P.51	Formação bruta de capital fixo	
											P.52	Varição de estoques	
											K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos	
											D.9	Transferências de capital a receber	
											D.9	Transferências de capital a pagar	
											B.10.1	Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e da transferência de capital	
											B.9	Capacidade(+) / Necessidade(-) líquida de financiamento	
				24 510	(-) 24 510	(-) 1 553	(-) 28 053	1 490	3 606				

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

(1) Para o total da economia, este saldo corresponde ao produto interno bruto (PIB), que é igual ao valor adicionado dos setores institucionais acrescido dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. (2) A soma dos setores institucionais difere do total

(continua)

Contas econômicas integradas - 1996

Códigos	Operações e saldos	Dummy financeiro	S. 11 a S. 14					Registros correspondentes à		Total	Contas
			S.11 Empresas não-financeiras	S.12 Empresas financeiras	S.13 Administração pública	S.14 Famílias	S.1 Total da economia	Conta do resto do mundo	Conta de bens e serviços (usos)		
Contas correntes (1 000 000 R\$)											
Recursos											
P.7	Importação de bens e serviços							69 311		69 311	1. Produção/ conta externa de bens e serviços
P.6	Exportação de bens e serviços								54 430	54 430	
P.1	Produção		730 582	64 626	156 778	370 894	1 322 880			1 322 880	
P.11	Produção mercantil		730 582	64 626			1 097 190			1 097 190	
P.12	Produção não-mercantil				144 007	81 682	225 690			225 690	
P.2	Consumo intermediário								627 913	627 913	
D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos							83 920		83 920	
B.1	Valor adicionado bruto/Produto interno bruto (1)							778 887		778 887	2.1.1. Geração da renda
B.11	Saldo externo de bens e serviços							14 880			
D.1	Remuneração dos empregados					300 146	300 146	255		300 401	2.1.2. Alocação da renda primária
D.11	Ordenados e salários					224 268	224 268	255		224 523	
D.12	Contribuições sociais dos empregadores					75 879	75 879			75 879	
D.121	Contribuições sociais efetivas					45 337	45 337			45 337	
D.122	Contribuições sociais imputadas					30 542	30 542			30 542	
D.2-D.3	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação					115 236	115 236			115 236	
D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos					83 920	83 920			83 920	
D.29-D.39	Outros impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção					31 316	31 316			31 316	
B.2	Excedente operacional bruto					165 346	319 137			319 137	
B.3	Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)					44 306	44 306			44 306	
D.4	Rendas de propriedade		35 694	141 927	13 880	40 334	231 845	17 257		249 102	
D.41	Juros		27 786	141 684	12 500	23 314	205 283	12 852		218 136	
D.42	Dividendos e retiradas		6 766	170	635	8 815	16 386	3 875		20 261	
D.43	Lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro							529		529	
D.44	Rendimento de propriedade atribuído a detentores de apólices de seguros		1 142	73	103	6 907	8 224			8 224	
D.45	Renda da terra					652	1 300	1 952		1 952	
	Ajustamento pelo SIFIM (serviço de intermediação financeira indiretamente medido)		36 529	(-) 36 529							
B.5	Saldo das rendas primárias brutas/Renda nacional bruta (2)		135 739	7 602	92 619	530 700	766 659			766 659	2.2. Distribuição secundária da renda
D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.				45 474	45 474				45 474	
D.611	Contribuições sociais			9 282	89 417	98 699				98 699	
D.6111	Contribuições sociais efetivas			9 282	58 875	68 157				68 157	
D.61111	Contribuições sociais efetivas dos empregadores			3 866	41 470	45 337				45 337	
D.6112	Contribuições sociais dos empregados			5 067	15 867	20 934				20 934	
D.6113	Contribuições sociais dos não-assalariados			349	1 537	1 886				1 886	
D.612	Contribuições sociais imputadas				30 542	30 542				30 542	
D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie				103 553	103 553				103 553	
D.621+D.622	Benefícios sociais com constituição de fundos				64 415	64 415				64 415	
D.623	Benefícios sociais sem constituição de fundos				33 869	33 869				33 869	
D.624	Benefícios de assistência social em numerário				5 270	5 270				5 270	
D.7	Outras transferências correntes		2 915	7 917	67 093	10 548	88 473	1 022		89 495	
D.71	Prêmios líquidos de seguros não-vida			7 638	709	3 970	7 871	235		7 873	
D.72	Indenizações de seguros não-vida		2 915	276				2		7 873	
D.73	Transferências correntes entre administrações públicas				55 189	55 189				55 189	
D.75	Transferências correntes diversas			3	11 195	6 578	17 776	785		18 580	
B.6	Renda disponível bruta		101 345	8 046	135 927	523 921	769 239			769 239	2.3. Redistribuição da renda em espécie
D.63	Transferências sociais em espécie					38 410	38 410			38 410	
B.7	Renda disponível bruta ajustada		101 345	8 046	98 334	561 513	769 239			769 239	2.4. Uso da renda
B.6	Renda disponível bruta		101 345	8 046	135 927	523 921	769 239			769 239	
P.4	Consumo final efetivo								630 814	630 814	
P.3	Despesa de consumo final								630 814	630 814	
D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP					7 103	7 103			7 103	
B.8	Poupança bruta										
B.12	Saldo externo corrente										
Contas de acumulação (1 000 000 R\$)											
Variações de passivos e patrimônio líquido											
B.8	Poupança bruta		101 345	3 422	(-) 10 554	44 211	138 426			138 426	
B.12	Saldo externo corrente							24 528		24 528	
P.51	Formação bruta de capital fixo								150 050	150 050	
P.52	Variação de estoques								12 903	12 903	
K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos										
D.9	Transferências de capital a receber		935		7 170	200	8 305	1		8 308	
D.9	Transferências de capital a pagar		(-) 1 410		(-) 6 720	(-) 158	(-) 8 287	(-) 19		(-) 8 308	
B.10.1	Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e da transferência de capital		100 871	3 422	(-) 10 104	44 253	138 444	24 510		162 953	
B.9	Capacidade(+) / Necessidade(-) líquida de financiamento										

dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. (2) A soma dos setores institucionais difere do total da economia por estar incluído, nesta coluna, os impostos sobre produtos. (3) Para o total da economia, o saldo das rendas

A.2 Contas econômicas integradas — 2002

Contas econômicas integradas - 2002												
Contas	Total	Registros correspondentes à		S.1	S.14	S.13	S.12	S.11	Dummy	Códigos	Operações e saldos	
		Conta de bens e serviços (recursos)	Conta do resto do mundo	Total da economia	Famílias	Administração pública	Empresas financeiras	Empresas não-financeiras	financeiro			
Contas correntes (1 000 000 R\$)												
Usos												
1. Produção/ conta externa de bens e serviços	180 554	180 554									P.7	Importação de bens e serviços
	208 489		208 489								P.6	Exportação de bens e serviços
	2 543 259	2 543 259									P.1	Produção
	2 152 604	2 152 604									P.11	Produção mercantil
	390 655	390 655									P.12	Produção não-mercantil
1 344 114				1 344 114	259 726	91 427	35 392	882 236	75 332		P.2	Consumo intermediário
146 883	146 883										D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos
1 346 028				1 346 028	379 138	195 933	89 298	610 109	(-) 75 332		B.1	Valor adicionado bruto/Produto interno bruto (1)
			(-) 27 935								B.11	Saldo externo de bens e serviços
2.1.1. Geração da renda	487 333		876	486 457	56 158	194 475	35 373	200 450			D.1	Ramuneração dos empregados
	352 552		876	351 676	50 077	124 612	28 200	148 787			D.11	Ordenados e salários
	134 781			134 781	6 082	69 863	7 173	51 664			D.12	Contribuições sociais dos empregadores
	76 550			76 550	6 082	11 632	7 173	51 664			D.121	Contribuições sociais efetivas
	58 231			58 231		58 231					D.122	Contribuições sociais imputadas
	233 630			233 630	(-) 51	1 457	6 076	79 266			D.2-D.3	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação
	146 883			146 883							D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos
	86 748			86 748	(-) 51	1 457	6 076	79 266			D.29-D.39	Outros impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção
	564 323			564 323	261 413		47 849	330 392	(-) 75 332		B.2	Excedente operacional bruto
	61 618			61 618	61 618						B.3	Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)
2.1.2. Alocação da renda primária	1 015 648		10 434	1 005 213	41 720	157 532	590 772	215 189			D.4	Rendas de propriedade
	924 098		7 797	916 301	39 598	157 532	558 376	160 795			D.41	Juros
	59 690		2 637	57 053			10 549	46 504			D.42	Dividendos e retiradas
	21 847			21 847			21 847				D.43	Lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro
	10 012			10 012	2 122			7 890			D.44	Rendimento de propriedade atribuído a detentores de apólices de seguros
										D.45	Renda da terra	
1 294 084			1 294 084	858 767	170 227	46 557	218 532					Ajustamento pelo SIFIM (serviço de intermediação financeira indiretamente medido)
2.2. Distribuição secundária da renda	125 104			125 104	56 042		77	5 816	63 169		B.5	Saldo das rendas primárias brutas/Renda nacional bruta (2)
	180 942			180 942	180 942						D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.
	122 711			122 711	122 711						D.61	Contribuições sociais
	76 550			76 550	76 550						D.611	Contribuições sociais efetivas
	41 535			41 535	41 535						D.6111	Contribuições sociais efetivas dos empregadores
	4 626			4 626	4 626						D.6112	Contribuições sociais dos empregados
	58 231			58 231	58 231						D.6113	Contribuições sociais dos não-assalariados
	212 189			212 189		197 523	14 665				D.612	Contribuições sociais imputadas
	141 847			141 847		127 182	14 665				D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie
	65 752			65 752		65 752					D.621+D.622	Benefícios sociais com constituição de fundos
	4 589			4 589		4 589					D.623	Benefícios sociais sem constituição de fundos
	183 703	8 341	175 362	12 160	126 190	13 890	23 122				D.624	Benefícios de assistência social em numerário
	12 681	7	12 674	8 671	992	72	2 939				D.7	Outras transferências correntes
	12 681	386	12 295			12 295					D.71	Prêmios líquidos de seguros não-vida
	106 559		106 559		106 559						D.72	Indenizações de seguros não-vida
51 782	7 948	43 834	3 489	18 639	1 522	20 183				D.73	Transferências correntes entre administrações públicas	
1 301 351		1 301 351	853 026	269 836	40 064	138 426				D.75	Transferências correntes diversas	
78 393		78 393	1 435	76 958						B.6	Renda disponível bruta	
1 301 351		1 301 351	929 984	192 878	40 064	138 426				D.63	Transferências sociais em espécie	
2.3. Redistribuição da renda em espécie											B.7	Renda disponível bruta ajustada
	1 052 139			1 052 139	860 814	191 325					B.6	Renda disponível bruta
	1 052 139			1 052 139	783 856	268 283					P.4	Consumo final efetivo
	21 808			21 808		9 393	12 416				P.3	Despesa de consumo final
	249 212			249 212	90 978	(-) 7 840	27 648	138 426			D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP
			16 742							B.8	Poupança bruta	
2.4. Uso da renda											B.12	Saldo externo corrente
	246 606			246 606	71 165	29 636	1 653	144 152			P.51	Formação bruta de capital fixo
	19 348			19 348	8 633			10 715			P.52	Variação de estoques
						(-) 1 903		1 903			K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos
											D.9	Transferências de capital a receber
										D.9	Transferências de capital a pagar	
										B.10.1	Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e da transferência de capital	
			15 434	(-) 15 434	12 198	(-) 34 768	27 998	(-) 20 862			B.9	Capacidade(+)/ Necessidade(-) líquida de financiamento

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Para o total da economia, este saldo corresponde ao produto interno bruto (PIB), que é igual ao valor adicionado dos setores institucionais acrescido dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. (2) A soma dos setores institucionais difere do total primárias brutas corresponde à Renda nacional bruta.

(continua)

Contas econômicas integradas - 2002

Códigos	Operações e saldos	Dummy financeiro	S. 11					Registros correspondentes à		Total	Contas
			Empresas não-financeiras	S. 12 Empresas financeiras	S. 13 Administração pública	S. 14 Famílias	S. 1 Total da economia	Conta do resto do mundo	Conta de bens e serviços (usos)		
Contas correntes (1 000 000 R\$)											
Recursos											
P.7	Importação de bens e serviços							180 554		180 554	1. Produção/ conta externa de bens e serviços
P.6	Exportação de bens e serviços								208 489	208 489	
P.1	Produção		1 492 345	124 690	287 360	638 864	2 543 259			2 543 259	
P.11	Produção mercantil		1 492 345	124 690			2 152 604			2 152 604	
P.12	Produção não-mercantil				270 976	119 679	390 655			390 655	
P.2	Consumo intermediário								1 344 114	1 344 114	
D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos							146 883		146 883	
B.1	Valor adicionado bruto/Produto interno bruto (1)		(-) 75 332	610 109	89 298	195 933	379 138	1 346 028		1 346 028	2.1.1. Geração da renda
B.11	Saldo externo de bens e serviços							(-) 27 935			
D.1	Remuneração dos empregados					486 785	486 785	548		487 333	2.1.2. Alocação da renda primária
D.11	Ordenados e salários					352 004	352 004	548		352 552	
D.12	Contribuições sociais dos empregadores					134 781	134 781			134 781	
D.121	Contribuições sociais efetivas					76 550	76 550			76 550	
D.122	Contribuições sociais imputadas					58 231	58 231			58 231	
D.2-D.3	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação					233 630	233 630			233 630	
D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos					146 883	146 883			146 883	
D.29-D.39	Outros impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção					86 748	86 748			86 748	
B.2	Excedente operacional bruto		(-) 75 332	330 392	47 849	261 413	564 323			564 323	
B.3	Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)					61 618	61 618			61 618	
D.4	Rendas de propriedade					94 128	92 942	62 706		1 015 648	
D.41	Juros		103 329	664 812	94 128	94 128	92 942	62 706		1 015 648	
D.42	Dividendos e retiradas		8 917	3 011	8 464	21 494	41 885	17 805		59 600	
D.43	Lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro										
D.44	Rendimento de propriedade atribuído a detentores de apólices de seguros		4 649	193	274	16 732	21 847			21 847	
D.45	Renda da terra					7 890	2 122	10 012		10 012	
	Ajustamento pelo SIFIM (serviço de intermediação financeira indiretamente medido)		75 332	(-) 75 332							
B.5	Saldo das rendas primárias brutas/Renda nacional bruta (2)		218 532	46 557	170 227	858 767	1 294 084			1 294 084	2.2. Distribuição secundária da renda
D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.					125 104	125 104			125 104	
D.61	Contribuições sociais			15 327		165 615	189 942			189 942	
D.611	Contribuições sociais efetivas			15 327		107 384	122 711			122 711	
D.6111	Contribuições sociais efetivas dos empregadores			4 161		72 389	76 550			76 550	
D.6112	Contribuições sociais dos empregados			10 498		31 037	41 535			41 535	
D.6113	Contribuições sociais dos não-assalariados			668		3 959	4 626			4 626	
D.612	Contribuições sociais imputadas					58 231	58 231			58 231	
D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie					212 189	212 189			212 189	
D.621+D.622	Benefícios sociais com constituição de fundos					141 847	141 847			141 847	
D.623	Benefícios sociais sem constituição de fundos					65 752	65 752			65 752	
D.624	Benefícios de assistência social em numerário					4 589	4 589			4 589	
D.7	Outras transferências correntes		6 184	12 551	132 680	31 214	182 629	1 074		183 703	
D.71	Prêmios líquidos de seguros não-vida			12 295		1 152	12 295	386		12 681	
D.72	Indenizações de seguros não-vida		3 293	103		8 127	12 675	6		12 681	
D.73	Transferências correntes entre administrações públicas					106 559	106 559			106 559	
D.75	Transferências correntes diversas		2 891	152	24 970	23 087	51 100	682		51 782	
B.6	Renda disponível bruta		138 426	40 064	269 836	853 026	1 301 351			1 301 351	2.3. Redistribuição da renda em espécie
D.63	Transferências sociais em espécie					78 393	78 393			78 393	
B.7	Renda disponível bruta ajustada		138 426	40 064	192 878	929 984	1 301 351			1 301 351	2.4. Uso da renda
B.6	Renda disponível bruta		138 426	40 064	269 836	853 026	1 301 351			1 301 351	
P.4	Consumo final efetivo							1 052 139		1 052 139	
P.3	Despesa de consumo final							1 052 139		1 052 139	
D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP					21 808	21 808			21 808	
B.8	Poupança bruta										
B.12	Saldo externo corrente										
Contas de acumulação (1 000 000 R\$)											
Variações de passivos e patrimônio líquido											
B.8	Poupança bruta		138 426	27 648	(-) 7 840	90 978	249 212			249 212	
B.12	Saldo externo corrente							16 742		16 742	
P.51	Formação bruta de capital fixo								246 606	246 606	
P.52	Variação de estoques								19 348	19 348	
K.2	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos										
D.9	Transferências de capital a receber		7	2 047	7 922	1 089	11 064	89		11 153	
D.9	Transferências de capital a pagar		(-) 2 524	(-) 44	(-) 7 118	(-) 71	(-) 9 756	(-) 1 397		(-) 11 153	
B.10.1	Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e da transferência de capital		135 909	29 651	(-) 7 036	91 996	250 520	15 434		265 953	
B.9	Capacidade(+) / Necessidade(-) líquida de financiamento										

dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. (2) A soma dos setores institucionais difere do total da economia por estar incluído, nesta coluna, os impostos sobre produtos. (3) Para o total da economia, o saldo das rendas

A.3 Matriz de Contabilidade Social — Brasil — 1996

Matriz Quadrada

		1	2	3	4
		Agropecuária	Extrativa Mineral	Minerais Não-Metálicos	Produtos Metalúrgicos
A T I V I D A E C O N O M I C A	01 Agropecuária	14.564.811	11.257	117.262	922.752
	02 Extrativa Mineral	243.782	600.001	622.255	1.350.320
	03 Minerais Não-Metálicos	77.863	148.676	3.427.232	532.752
	04 Produtos Metalúrgicos	139.429	532.829	412.729	21.760.577
	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	237.710	683.033	336.658	1.675.149
	06 Material Elétrico e Eletrônico	15.738	43.410	34.629	214.831
	07 Material de Transportes	18.662	28.928	14.602	122.101
	08 Mobiliário	104.774	16.404	20.872	118.198
	09 Papel e Gráfica	45.354	101.769	300.160	331.812
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	8.702.676	731.650	1.426.496	2.243.937
	11 Têxtil e Vestuário	172.630	25.394	15.368	33.824
	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	21.605	447	799	3.606
	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	4.237.034	13.691	13.052	34.050
	14 Diversas e Borracha	52.968	86.969	74.623	614.731
	15 Serviços industriais de utilidade pública	360.724	454.132	557.723	1.810.262
	16 Construção civil	3.669	85.202	35.806	94.832
	17 Comércio	2.200.570	387.745	318.320	1.377.808
	18 Transporte e Comunicações	1.633.568	554.866	809.601	1.603.314
	19 Instituições financeiras	494.204	497.872	193.962	765.302
	20 Outros serviços	1.034.277	905.463	330.885	727.653
	21 Administração pública	501.571	145.836	75.833	150.313
T R A B A L H O	Analfabetos	520.884	16.328	41.195	96.255
	4ª série incompleta	2.231.149	108.615	243.406	441.387
	4ª série completa	1.892.064	166.440	445.094	937.959
	8ª série incompleta	1.446.175	137.837	396.199	1.169.172
	8ª série completa	567.293	208.011	303.539	1.131.069
	2º grau incompleto	217.459	68.147	128.560	521.365
	2º grau completo	709.626	529.356	278.863	1.059.192
	Superior incompleto	139.704	82.360	78.492	239.302
	Superior completo	946.452	337.659	266.485	876.674
	CAPITAL	EOB	50.438.646	4.543.840	4.076.948
FAMÍLIAS					
GOVERNO	Impostos Indiretos + Diretor + Transf. Interg.	1.036.183	563.624	653.339	2.180.048
CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + Transferências	1.130.829	213.376	340.547	2.935.651
TOTAL		96.140.082	13.031.166	16.391.535	56.355.901

(continua)

		5	6	7	8
		Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	Material Elétrico e Eletrônico	Material de Transportes	Mobiliário
A T I V I D A D E S	01 Agropecuária	148	1.211	495	2.158.265
	02 Extrativa Mineral	523	58.013	1.239	359
	03 Minerais Não-Metálicos	150.990	514.028	289.023	67.668
	04 Produtos Metalúrgicos	4.030.702	3.557.114	6.033.003	391.177
	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	559.972	1.145.102	1.650.557	99.979
	06 Material Elétrico e Eletrônico	636.960	2.610.696	293.397	12.940
	07 Material de Transportes	444.537	86.838	8.706.220	23.010
	08 Mobiliário	67.524	336.746	223.431	1.791.881
	09 Papel e Gráfica	126.494	336.044	188.429	96.291
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	615.618	1.633.052	1.522.178	1.144.399
	11 Têxtil e Vestuário	43.401	30.565	163.082	157.730
	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	10.761	6.571	26.336	25.542
	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	14.048	15.023	15.042	28.930
	14 Diversas e Borracha	234.449	122.098	1.183.700	57.779
	15 Serviços industriais de utilidade pública	322.911	211.043	336.747	243.963
	16 Construção civil	60.238	54.615	69.095	23.691
	17 Comércio	679.325	1.221.982	1.252.859	634.295
	18 Transporte e Comunicações	518.246	789.756	887.896	426.775
	19 Instituições financeiras	154.986	460.033	549.380	57.324
	20 Outros serviços	499.710	762.898	737.150	263.695
	21 Administração pública	69.248	142.906	218.853	61.260
T R A B A L H O	Analâbetos	49.790	14.356	24.126	65.278
	4ª série incompleta	233.602	98.157	206.184	369.792
	4ª série completa	584.650	254.647	652.055	699.847
	8ª série incompleta	672.744	401.887	722.372	682.452
	8ª série completa	768.157	482.122	803.700	465.846
	2º grau incompleto	427.841	253.586	365.098	191.360
	2º grau completo	909.077	615.820	715.103	252.019
	Superior incompleto	343.907	179.994	215.940	76.415
Superior completo	932.140	609.011	628.449	179.236	
CAPITAL	EOB	8.005.786	6.820.494	7.111.076	2.120.446
FAMÍLIAS					
GOVERNO	Impostos Indiretos + Diretor + Transf. Interg.	938.259	1.394.603	1.694.597	504.062
CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + Transferências	845.814	4.323.535	3.993.082	226.065
TOTAL		23.952.560	29.544.547	41.479.891	13.599.769

(continua)

		9	10	11	12
		Papel e Gráfica	Química, Farmacêutica e Plásticos	Têxtil e Vestuário	Fabricação de Calçados, Couros e Peles
A T I V I D A D E S	01 Agropecuária	566.582	3.060.696	893.282	46.735
	02 Extrativa Mineral	44.596	6.351.586	1.015	4.034
	03 Minerais Não-Metálicos	43.036	469.773	3.941	4.510
	04 Produtos Metalúrgicos	200.160	1.047.627	122.562	39.837
	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	451.768	1.400.087	309.777	42.298
	06 Material Elétrico e Eletrônico	28.940	112.958	24.008	4.152
	07 Material de Transportes	16.970	57.100	13.280	4.210
	08 Mobiliário	148.231	79.181	20.841	34.349
	09 Papel e Gráfica	5.470.935	951.957	189.258	152.169
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	1.914.323	23.733.979	1.753.513	726.896
	11 Têxtil e Vestuário	58.931	196.385	10.516.542	127.835
	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	3.953	19.950	86.291	957.674
	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	70.274	1.890.484	34.118	450.819
	14 Diversas e Borracha	305.472	316.925	114.400	321.949
	15 Serviços industriais de utilidade pública	627.419	1.563.866	398.561	78.655
	16 Construção civil	62.243	174.806	32.460	10.063
	17 Comércio	1.220.327	2.126.240	1.129.972	209.181
	18 Transporte e Comunicações	664.916	3.008.470	422.178	151.074
	19 Instituições financeiras	272.942	1.080.867	222.800	27.875
	20 Outros serviços	716.756	1.518.869	494.365	125.808
	21 Administração pública	894.839	423.869	79.715	38.635
T R A B A L H O	Analfabetos	31.794	65.832	47.614	6.581
	4ª série incompleta	148.833	340.629	310.115	114.340
	4ª série completa	379.411	694.519	911.055	252.519
	8ª série incompleta	479.513	925.842	997.545	372.017
	8ª série completa	548.226	992.837	830.418	133.846
	2º grau incompleto	296.055	574.189	362.544	81.092
	2º grau completo	733.882	1.596.320	558.318	80.659
	Superior incompleto	269.117	703.078	138.321	32.879
Superior completo	756.196	1.883.730	363.775	38.716	
CAPITAL	EOB	2.512.562	24.750.114	3.613.851	876.284
FAMÍLIAS					
GOVERNO	Impostos Indiretos + Diretor + Transf. Interg.	784.423	4.346.401	1.037.985	201.726
CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + Transferências	1.106.321	10.457.313	2.122.447	283.345
TOTAL		21.829.947	96.916.477	28.156.870	6.032.761

(continua)

		13	14	15	16
		Alimentos, Fumo e Bebidas	Diversas e Borracha	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil
A T I V I D A D E S	01 Agropecuária	37.753.248	340.298	9.434	7.434
	02 Extrativa Mineral	126.643	241.557	17.925	335.423
	03 Minerais Não-Metálicos	568.638	128.502	3.247	7.691.479
	04 Produtos Metalúrgicos	1.231.493	444.147	32.296	5.380.796
	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	895.691	171.456	658.264	958.625
	06 Material Elétrico e Eletrônico	69.635	64.028	381.935	2.332.285
	07 Material de Transportes	51.714	18.749	66.222	144.592
	08 Mobiliário	148.934	84.790	2.687	2.123.450
	09 Papel e Gráfica	1.467.583	200.901	64.412	75.968
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	2.698.736	1.641.166	343.053	3.468.293
	11 Têxtil e Vestuário	595.750	406.804	7.750	37.630
	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	32.168	27.419	152	9.541
	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	19.276.054	22.824	12.061	20.532
	14 Diversas e Borracha	163.925	1.889.351	107.740	484.970
	15 Serviços industriais de utilidade pública	1.174.831	135.697	8.282.772	123.542
	16 Construção civil	153.956	18.494	112.084	4.177.345
	17 Comércio	4.590.826	481.525	173.418	3.775.191
	18 Transporte e Comunicações	2.815.616	304.389	177.552	1.284.410
	19 Instituições financeiras	826.384	131.409	442.732	381.003
	20 Outros serviços	1.946.571	828.726	971.085	1.764.536
	21 Administração pública	572.475	172.781	112.540	266.383
T R A B A L H O	Analfabetos	292.468	31.760	103.469	381.923
	4ª série incompleta	945.550	134.331	660.410	2.503.783
	4ª série completa	1.321.389	263.111	783.528	2.513.117
	8ª série incompleta	1.283.037	386.343	913.632	1.654.886
	8ª série completa	966.883	342.302	973.354	1.436.829
	2º grau incompleto	477.731	139.985	518.441	472.275
	2º grau completo	1.029.130	251.313	1.983.604	1.116.535
	Superior incompleto	315.135	86.926	429.289	337.857
Superior completo	921.679	210.820	2.560.765	1.720.504	
CAPITAL	EOB	13.337.439	3.356.617	9.007.816	50.586.704
FAMÍLIAS					
GOVERNO	Impostos Indiretos + Diretor + Transf. Interg.	3.821.898	611.457	2.705.686	12.135.436
CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + Transferências	2.867.254	745.049	1.174.196	1.453.491
TOTAL		104.740.466	14.315.030	33.793.549	111.156.768

(continua)

		17	18	19	20
		Comércio	Transporte e Comunicações	Instituições financeiras	Outros serviços
A T I V I D A D E S	01 Agropecuária	355	122	0	1.910.196
	02 Extrativa Mineral	5.679	1.911	8.661	13.413
	03 Minerais Não-Metálicos	5.149	11.968	1.339	246.477
	04 Produtos Metalúrgicos	101.782	212.100	16.888	351.760
	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	321.619	268.182	41.696	433.594
	06 Material Elétrico e Eletrônico	49.710	341.424	3.095	353.222
	07 Material de Transportes	20.311	2.044.619	5.815	2.205.946
	08 Mobiliário	105.184	37.000	12.047	174.589
	09 Papel e Gráfica	1.552.716	240.875	392.307	2.861.243
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	12.264.209	5.496.528	42.413	1.767.854
	11 Têxtil e Vestuário	105.001	249.477	14.907	834.297
	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	4.183	16.734	324	47.374
	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	84.838	241.510	9.347	7.132.201
	14 Diversas e Borracha	45.628	876.851	477.275	1.820.065
	15 Serviços industriais de utilidade pública	1.214.800	283.950	333.311	1.563.030
	16 Construção civil	247.632	344.298	16	3.771.675
	17 Comércio	2.131.703	1.907.794	657.941	5.870.789
	18 Transporte e Comunicações	4.705.512	4.378.224	2.107.384	2.147.713
	19 Instituições financeiras	1.979.205	1.226.157	5.215.044	931.228
	20 Outros serviços	10.480.376	2.991.466	8.387.745	5.114.770
	21 Administração pública	1.206.650	375.376	1.022.591	1.073.753
T R A B A L H O	Analâbetos	439.559	499.507	406.939	1.238.756
	4ª série incompleta	1.524.601	1.177.460	1.222.610	3.055.164
	4ª série completa	4.150.798	2.997.767	1.827.050	5.298.503
	8ª série incompleta	6.182.632	3.236.096	1.793.563	5.707.870
	8ª série completa	7.177.156	3.278.923	2.542.922	7.753.532
	2º grau incompleto	4.467.551	1.231.278	1.772.862	3.512.313
	2º grau completo	8.912.203	4.168.066	8.035.692	11.165.155
	Superior incompleto	1.958.159	904.036	4.201.405	2.929.557
	Superior completo	3.806.736	2.484.453	10.580.364	21.714.380
CAPITAL	EOB	12.653.945	13.095.689	12.922.872	118.086.115
FAMÍLIAS					
GOVERNO	Impostos Indiretos + Diretor + Transf. Interg.	5.358.717	4.054.850	3.902.439	12.323.369
CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + Transferências	1.007.181	2.922.941	563.230	1.394.615
TOTAL		94.271.477	61.597.629	68.522.094	234.804.518

(continua)

	Administração pública	Analfabetos	4ª série incompleta	4ª série completa	8ª série incompleta
	01 Agropecuária	1.564.328			
	02 Extrativa Mineral	13.664			
	03 Minerais Não-Metálicos	188.112			
	04 Produtos Metalúrgicos	52.893			
A	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	285.153			
T	06 Material Elétrico e Eletrônico	197.552			
I	07 Material de Transportes	524.295			
V	08 Mobiliário	99.925			
	09 Papel e Gráfica	2.148.784			
I	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	1.387.978			
	11 Têxtil e Vestuário	270.047			
D	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	8.490			
A	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	1.189.550			
D	14 Diversas e Borracha	805.382			
E	15 Serviços industriais de utilidade pública	2.549.303			
S	16 Construção civil	918.121			
	17 Comércio	3.950.838			
	18 Transporte e Comunicações	2.706.369			
	19 Instituições financeiras	904.057			
	20 Outros serviços	18.125.329			
	21 Administração pública	2.244.435			
	Analfabetos	1.414.667			
T	4ª série incompleta	4.212.054			
R	4ª série completa	5.135.955			
A	8ª série incompleta	7.761.870			
B	8ª série completa	14.999.031			
A	2º grau incompleto	3.513.629			
L	2º grau completo	26.498.638			
H	Superior incompleto	3.961.754			
O	Superior completo	42.017.604			
CAPITAL	EOB	0			
	FAMÍLIAS		5.788.282	20.281.275	32.159.362
GOVERNO	Impostos Indiretos + Diretor + Transf. Interg.	4.539.936			
CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + Transferências	2.588.069			
	TOTAL	156.777.810	5.788.282	20.281.275	32.159.362
					37.321.480

(continua)

		8ª série completa	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo
A T I V I D A D E S	01 Agropecuária					
	02 Extrativa Mineral					
	03 Minerais Não-Metálicos					
	04 Produtos Metalúrgicos					
	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores					
	06 Material Elétrico e Eletrônico					
	07 Material de Transportes					
	08 Mobiliário					
	09 Papel e Gráfica					
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos					
	11 Têxtil e Vestuário					
	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles					
	13 Alimentos, Fumo e Bebidas					
	14 Diversas e Borracha					
	15 Serviços industriais de utilidade pública					
	16 Construção civil					
	17 Comércio					
	18 Transporte e Comunicações					
	19 Instituições financeiras					
	20 Outros serviços					
	21 Administração pública					
T R A B A L H O	Analfabetos					
	4ª série incompleta					
	4ª série completa					
	8ª série incompleta					
	8ª série completa					
	2º grau incompleto					
	2º grau completo					
	Superior incompleto					
	Superior completo					
	CAPITAL	EOB				
	FAMÍLIAS	46.700.766	19.591.573	71.188.933	17.619.353	93.801.462
GOVERNO	Impostos Indiretos + Diretor + Transf. Interg.					
CAPITAL	Poupança					
RESTO MUNDO	Importações + Transferências					
	TOTAL	46.700.766	19.591.573	71.188.933	17.619.353	93.801.462

(continua)

		CAPITAL	FAMÍLIAS	GOVERNO
		EOB		
	01 Agropecuária		26.086.174	0
	02 Extrativa Mineral		68.745	0
	03 Minerais Não-Metálicos		825.310	0
	04 Produtos Metalúrgicos		1.779.630	0
A	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores		961.768	0
T	06 Material Elétrico e Eletrônico		12.516.444	0
	07 Material de Transportes		14.220.953	0
I	08 Mobiliário		4.957.632	0
V	09 Papel e Gráfica		2.582.996	0
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos		16.401.085	0
I	11 Têxtil e Vestuário		12.739.238	0
D	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles		2.350.450	0
A	13 Alimentos, Fumo e Bebidas		56.521.370	0
D	14 Diversas e Borracha		2.697.632	0
E	15 Serviços industriais de utilidade pública		11.154.448	0
	16 Construção civil		10.177	0
S	17 Comércio		52.484.424	0
	18 Transporte e Comunicações		24.479.550	0
	19 Instituições financeiras		51.343.026	0
	20 Outros serviços		172.688.094	0
	21 Administração pública		2.011.351	144.001.088
	Analfabetos			
T	4ª série incompleta			
R	4ª série completa			
A	8ª série incompleta			
B	8ª série completa			
A	2º grau incompleto			
L	2º grau completo			
H	Superior incompleto			
O	Superior completo			
CAPITAL	EOB			
	FAMÍLIAS	220.758.025	6.135.556	20.552.093
GOVERNO	Impostos Indiretos + Diretor + Transf. Interg.	27.747.843	57.895.813	55.236.451
CAPITAL	Poupança	104.767.848	44.211.287	-10.553.576
RESTO MUNDO	Importações + Transferências	2.923.230	14.775.010	6.556.621
	TOTAL	356.196.946	591.898.160	215.792.677

(continua)

		CONTA CAPITAL	RESTO DO MUNDO	TOTAL
		Investimento		
A T I V I D A D E S	01 Agropecuária	4.366.181	1.758.814	96.140.082
	02 Extrativa Mineral	344.255	2.575.565	13.031.166
	03 Minerais Não-Metálicos	306.755	685.069	16.391.535
	04 Produtos Metalúrgicos	1.442.449	7.041.920	56.355.901
	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	8.338.678	2.025.745	23.952.560
	06 Material Elétrico e Eletrônico	6.880.533	2.322.026	29.544.547
	07 Material de Transportes	7.450.843	5.189.372	41.479.891
	08 Mobiliário	1.626.129	1.264.970	13.599.769
	09 Papel e Gráfica	295.804	1.655.686	21.829.947
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	1.442.328	3.814.118	96.916.477
	11 Têxtil e Vestuário	152.708	1.201.576	28.156.870
	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	101.056	2.271.335	6.032.761
	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	2.117.272	11.296.341	104.740.466
	14 Diversas e Borracha	333.942	1.126.207	14.315.030
	15 Serviços industriais de utilidade pública	7.052	4.806	33.793.549
	16 Construção civil	100.695.872	379	111.156.768
	17 Comércio	3.910.490	1.577.915	94.271.477
	18 Transporte e Comunicações	587.597	4.432.652	61.597.629
	19 Instituições financeiras	0	364.302	68.522.094
	20 Outros serviços	1.502.883	1.885.407	234.804.518
	21 Administração pública	385.943	529.566	156.777.810
T R A B A L H O	Analâbetos		-798	5.788.282
	4ª série incompleta		-899	20.281.275
	4ª série completa		-2.114	32.159.362
	8ª série incompleta		-2.203	37.321.480
	8ª série completa		-5.229	46.700.766
	2º grau incompleto		-1.785	19.591.573
	2º grau completo		-9.635	71.188.933
	Superior incompleto		-4.273	17.619.353
Superior completo		-34.366	93.801.462	
CAPITAL	EOB			356.196.946
	FAMÍLIAS			591.898.160
GOVERNO	Impostos Indiretos + Diretor + Transf. Interg.	8.735.778	1.387.753	215.792.677
CAPITAL	Poupança		24.527.921	162.953.480
RESTO MUNDO	Importações + Transferências	11.928.931	18.603	78.896.746
	TOTAL	162.953.480	78.896.746	

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO TOTAL - M

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
01 Agropecuária	1,40	0,20	0,21	0,22	0,20	0,17	0,18	0,43	0,25	0,22	0,25
02 Extrativa Mineral	0,03	1,07	0,08	0,07	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,11	0,03
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,03	1,28	0,03	0,02	0,04	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,06	0,15	0,12	1,70	0,35	0,28	0,37	0,12	0,09	0,08	0,07
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,03	0,08	0,06	0,08	1,06	0,07	0,08	0,04	0,06	0,05	0,04
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,04	0,05	0,04	0,05	0,07	1,13	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04
07 Material de Transportes	0,06	0,07	0,06	0,06	0,08	0,06	1,32	0,07	0,06	0,05	0,06
08 Mobiliário	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	1,17	0,03	0,02	0,02
09 Papel e Gráfica	0,04	0,05	0,07	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	1,38	0,05	0,05
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,32	0,27	0,34	0,28	0,24	0,26	0,26	0,36	0,36	1,50	0,32
11 Têxtil e Vestuário	0,06	0,07	0,06	0,06	0,07	0,05	0,06	0,09	0,07	0,06	1,65
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,27	0,21	0,21	0,20	0,21	0,18	0,19	0,24	0,22	0,21	0,21
14 Diversas e Borracha	0,02	0,04	0,03	0,05	0,04	0,03	0,07	0,03	0,05	0,03	0,03
15 Serviços industriais de utilidade p	0,07	0,12	0,13	0,14	0,10	0,08	0,09	0,11	0,13	0,09	0,10
16 Construção civil	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01	0,01
17 Comércio	0,22	0,23	0,22	0,23	0,23	0,22	0,22	0,27	0,28	0,20	0,25
18 Transporte e Comunicações	0,14	0,17	0,20	0,17	0,15	0,15	0,15	0,18	0,18	0,15	0,15
19 Instituições financeiras	0,17	0,21	0,18	0,18	0,17	0,16	0,17	0,18	0,19	0,16	0,17
20 Outros serviços	0,52	0,60	0,55	0,52	0,55	0,47	0,49	0,58	0,59	0,47	0,53
21 Administração pública	0,03	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,08	0,03	0,03
Fator Trab. Analfabetos	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,06	0,04	0,05	0,05	0,04	0,03	0,04	0,07	0,05	0,03	0,05
Fator Trab. 4ª série completa	0,08	0,08	0,10	0,09	0,09	0,07	0,08	0,13	0,09	0,06	0,11
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,08	0,08	0,10	0,10	0,10	0,08	0,09	0,13	0,11	0,07	0,12
Fator Trab. 8ª série completa	0,08	0,10	0,10	0,11	0,11	0,09	0,10	0,12	0,12	0,08	0,12
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,04	0,05	0,05	0,05	0,06	0,05	0,05	0,06	0,06	0,04	0,06
Fator Trab. 2º grau completo	0,11	0,16	0,14	0,14	0,15	0,13	0,13	0,14	0,18	0,12	0,14
Fator Trab. Superior incompleto	0,03	0,04	0,04	0,04	0,05	0,04	0,04	0,04	0,05	0,04	0,04
Fator Trab. Superior completo	0,13	0,17	0,16	0,16	0,17	0,14	0,14	0,15	0,20	0,14	0,15
Fator Capital	1,30	1,13	1,08	0,98	1,08	0,91	0,93	1,06	0,95	1,00	0,92
Famílias	1,44	1,45	1,44	1,37	1,46	1,21	1,28	1,54	1,47	1,23	1,38

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO TOTAL - M

	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
01 Agropecuária	0,26	0,72	0,23	0,19	0,18	0,22	0,20	0,23	0,22	0,27
02 Extrativa Mineral	0,04	0,03	0,05	0,02	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02
03 Minerais Não-Metálicos	0,02	0,02	0,03	0,01	0,10	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02
04 Produtos Metalúrgicos	0,08	0,08	0,12	0,07	0,15	0,07	0,08	0,06	0,06	0,07
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,04	0,04	0,04	0,05	0,04	0,03	0,03	0,02	0,03	0,03
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,04	0,04	0,04	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,04	0,05
07 Material de Transportes	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,07	0,11	0,07	0,07	0,08
08 Mobiliário	0,03	0,02	0,03	0,02	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
09 Papel e Gráfica	0,08	0,06	0,06	0,04	0,04	0,07	0,05	0,05	0,05	0,07
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,41	0,30	0,37	0,19	0,23	0,38	0,32	0,21	0,20	0,25
11 Têxtil e Vestuário	0,11	0,07	0,11	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08
12 Fabricação de Calçados, Couros e	1,20	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,33	1,46	0,21	0,21	0,19	0,25	0,23	0,25	0,26	0,29
14 Diversas e Borracha	0,10	0,03	1,18	0,03	0,03	0,03	0,04	0,04	0,03	0,04
15 Serviços industriais de utilidade p	0,10	0,09	0,09	1,39	0,07	0,10	0,08	0,08	0,08	0,11
16 Construção civil	0,02	0,01	0,02	0,02	1,05	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02
17 Comércio	0,25	0,26	0,23	0,20	0,21	1,24	0,23	0,24	0,22	0,28
18 Transporte e Comunicações	0,17	0,17	0,15	0,12	0,13	0,19	1,20	0,17	0,13	0,17
19 Instituições financeiras	0,17	0,17	0,17	0,18	0,15	0,21	0,19	1,27	0,17	0,22
20 Outros serviços	0,56	0,54	0,57	0,56	0,49	0,71	0,59	0,75	1,56	0,80
21 Administração pública	0,03	0,03	0,04	0,02	0,02	0,04	0,03	0,04	0,03	1,04
Fator Trab. Analfabetos	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,06	0,06	0,04	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04	0,07
Fator Trab. 4ª série completa	0,11	0,08	0,08	0,08	0,08	0,11	0,11	0,09	0,08	0,10
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,15	0,09	0,10	0,09	0,08	0,14	0,12	0,10	0,09	0,13
Fator Trab. 8ª série completa	0,11	0,09	0,11	0,10	0,08	0,16	0,13	0,12	0,10	0,19
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,06	0,05	0,05	0,05	0,04	0,09	0,06	0,07	0,05	0,07
Fator Trab. 2º grau completo	0,13	0,13	0,13	0,18	0,11	0,22	0,18	0,25	0,15	0,30
Fator Trab. Superior incompleto	0,04	0,04	0,04	0,05	0,03	0,06	0,05	0,10	0,04	0,07
Fator Trab. Superior completo	0,14	0,14	0,15	0,22	0,13	0,19	0,18	0,32	0,22	0,43
Fator Capital	0,98	1,13	1,03	1,00	1,12	0,97	0,96	1,00	1,19	0,89
Famílias	1,45	1,40	1,38	1,48	1,32	1,66	1,52	1,76	1,54	1,95

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO TOTAL - M

	F.T(a)	F.T(b)	F.T(c)	F.T(d)	F.T(e)	F.T(f)	F.T(g)	F.T(h)	F.T(i)	F.Cap.	Famílias
01 Agropecuária	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,17	0,28
02 Extrativa Mineral	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,05	0,07
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,04	0,06
07 Material de Transportes	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,05	0,09
08 Mobiliário	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
09 Papel e Gráfica	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,03	0,05
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,15	0,24
11 Têxtil e Vestuário	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,06	0,09
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,19	0,31
14 Diversas e Borracha	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
15 Serviços industriais de utilidade p	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,06	0,09
16 Construção civil	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
17 Comércio	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,17	0,28
18 Transporte e Comunicações	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,10	0,17
19 Instituições financeiras	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,15	0,24
20 Outros serviços	0,77	0,77	0,77	0,77	0,77	0,77	0,77	0,77	0,77	0,47	0,77
21 Administração pública	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
Fator Trab. Analfabetos	1,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,04	1,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,04
Fator Trab. 4ª série completa	0,07	0,07	1,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,04	0,07
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,08	0,08	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,05	0,08
Fator Trab. 8ª série completa	0,09	0,09	0,09	0,09	1,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,05	0,09
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	1,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,04
Fator Trab. 2º grau completo	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	1,13	0,13	0,13	0,08	0,13
Fator Trab. Superior incompleto	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	1,04	0,04	0,03	0,04
Fator Trab. Superior completo	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	1,16	0,10	0,16
Fator Capital	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	1,54	0,87
Famílias	2,23	2,23	2,23	2,23	2,23	2,23	2,23	2,23	2,23	1,38	2,23

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTRAGRUPO - M1

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
01 Agropecuária	1,22	0,01	0,03	0,04	0,01	0,02	0,02	0,24	0,06	0,07	0,07
02 Extrativa Mineral	0,02	1,06	0,07	0,05	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,10	0,01
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,02	1,27	0,02	0,01	0,03	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,01	0,10	0,08	1,66	0,30	0,24	0,33	0,07	0,04	0,04	0,03
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos	0,01	0,07	0,04	0,06	1,04	0,06	0,07	0,02	0,04	0,03	0,02
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,01	0,01	0,01	0,03	1,10	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,01	0,01	0,01	0,03	0,01	1,27	0,01	0,01	0,01	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,02	0,01	1,15	0,01	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,01	0,02	0,04	0,02	0,01	0,03	0,02	0,02	1,34	0,02	0,02
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,16	0,12	0,19	0,13	0,08	0,13	0,12	0,19	0,20	1,37	0,17
11 Têxtil e Vestuário	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,02	0,01	0,01	1,60
12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,07	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,04	0,01
14 Diversas e Borracha	0,00	0,01	0,01	0,03	0,02	0,01	0,05	0,01	0,03	0,01	0,01
15 Serviços industriais de utilidade pública	0,01	0,06	0,07	0,08	0,04	0,03	0,04	0,04	0,06	0,04	0,04
16 Construção civil	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00
17 Comércio	0,04	0,05	0,04	0,06	0,05	0,07	0,06	0,08	0,10	0,05	0,08
18 Transporte e Comunicações	0,03	0,07	0,09	0,07	0,04	0,06	0,06	0,06	0,07	0,06	0,04
19 Instituições financeiras	0,01	0,05	0,03	0,03	0,02	0,03	0,03	0,02	0,03	0,03	0,02
20 Outros serviços	0,03	0,10	0,06	0,05	0,04	0,06	0,05	0,05	0,08	0,05	0,05
21 Administração pública	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,06	0,01	0,01
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTRAGRUPO - M1

	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
01 Agropecuária	0,08	0,55	0,05	0,00	0,01	0,02	0,01	0,01	0,03	0,02
02 Extrativa Mineral	0,02	0,01	0,04	0,00	0,02	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,01	0,02	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,04	0,04	0,08	0,02	0,10	0,01	0,03	0,00	0,01	0,01
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,01	0,02	0,03	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,05	0,00	0,01	0,01
08 Mobiliário	0,01	0,00	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,05	0,03	0,03	0,01	0,01	0,03	0,01	0,01	0,02	0,02
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,25	0,14	0,22	0,03	0,08	0,20	0,15	0,02	0,03	0,03
11 Têxtil e Vestuário	0,05	0,02	0,06	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00
12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	1,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,12	1,26	0,02	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,04	0,02
14 Diversas e Borracha	0,08	0,01	1,16	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
15 Serviços industriais de utilidade pública	0,04	0,03	0,03	1,33	0,02	0,03	0,02	0,01	0,01	0,03
16 Construção civil	0,01	0,00	0,00	0,01	1,04	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01
17 Comércio	0,07	0,08	0,06	0,01	0,05	1,04	0,05	0,02	0,03	0,04
18 Transporte e Comunicações	0,06	0,06	0,05	0,01	0,03	0,07	1,09	0,04	0,02	0,03
19 Instituições financeiras	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,03	0,03	1,09	0,01	0,01
20 Outros serviços	0,06	0,05	0,10	0,05	0,04	0,13	0,07	0,14	1,03	0,13
21 Administração pública	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01	1,02
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTERGRUPO - M2

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
01 Agropecuária	1,12	0,10	0,08	0,06	0,11	0,07	0,06	0,09	0,07	0,07	0,07
02 Extrativa Mineral	0,01	1,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,01	1,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,03	0,02	0,02	1,01	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas	0,01	0,01	0,01	0,01	1,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02	1,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
07 Material de Transportes	0,04	0,03	0,02	0,02	0,04	0,02	1,02	0,03	0,02	0,02	0,02
08 Mobiliário	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	1,01	0,01	0,01	0,01
09 Papel e Gráfica	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,02	1,01	0,01	0,01
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,10	0,08	0,07	0,05	0,10	0,06	0,05	0,08	0,06	1,06	0,06
11 Têxtil e Vestuário	0,04	0,03	0,03	0,02	0,04	0,02	0,02	0,03	0,02	0,02	1,02
12 Fabricação de Calçados, Couros e Pele	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,13	0,11	0,09	0,06	0,13	0,08	0,07	0,10	0,07	0,07	0,08
14 Diversas e Borracha	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
15 Serviços industriais de utilidade pública	0,04	0,03	0,03	0,02	0,04	0,02	0,02	0,03	0,02	0,02	0,02
16 Construção civil	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,11	0,09	0,08	0,06	0,11	0,07	0,06	0,09	0,07	0,07	0,07
18 Transporte e Comunicações	0,07	0,06	0,05	0,03	0,07	0,04	0,04	0,05	0,04	0,04	0,04
19 Instituições financeiras	0,10	0,08	0,07	0,05	0,10	0,06	0,05	0,08	0,06	0,06	0,06
20 Outros serviços	0,32	0,26	0,22	0,16	0,32	0,18	0,16	0,24	0,18	0,18	0,18
21 Administração pública	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTERGRUPO - M2

	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
01 Agropecuária	0,08	0,04	0,08	0,12	0,11	0,14	0,13	0,16	0,16	0,19
02 Extrativa Mineral	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,02	0,01	0,02	0,03	0,03	0,04	0,03	0,04	0,04	0,05
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,02	0,01	0,02	0,03	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04
07 Material de Transportes	0,02	0,01	0,02	0,04	0,03	0,04	0,04	0,05	0,05	0,06
08 Mobiliário	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02
09 Papel e Gráfica	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,07	0,04	0,07	0,10	0,09	0,12	0,11	0,14	0,14	0,17
11 Têxtil e Vestuário	0,02	0,01	0,02	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,06
12 Fabricação de Calçados, Couros e Pele	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,09	1,05	0,09	0,13	0,12	0,15	0,14	0,18	0,18	0,22
14 Diversas e Borracha	0,01	0,00	1,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02
15 Serviços industriais de utilidade pública	0,03	0,01	0,03	1,04	0,04	0,05	0,04	0,05	0,05	0,06
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,01	1,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
17 Comércio	0,08	0,04	0,08	0,12	0,11	1,14	0,13	0,16	0,16	0,19
18 Transporte e Comunicações	0,05	0,03	0,05	0,07	0,07	0,08	1,08	0,10	0,10	0,12
19 Instituições financeiras	0,07	0,04	0,07	0,10	0,09	0,12	0,11	1,14	0,14	0,17
20 Outros serviços	0,21	0,12	0,21	0,33	0,30	0,38	0,35	0,45	1,44	0,53
21 Administração pública	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	1,02
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO EXTRAGRUPO - M3

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
01 Agropecuária	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Extrativa Mineral	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 Fabricação e Manutenção de Máq	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
11 Têxtil e Vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 Diversas e Borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Serviços industriais de utilidade p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Transporte e Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Administração pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Analfabetos	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,03	0,01	0,00	0,01
Fator Trab. 4ª série completa	0,02	0,01	0,03	0,02	0,02	0,01	0,02	0,05	0,02	0,01	0,03
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,02	0,01	0,02	0,02	0,03	0,01	0,02	0,05	0,02	0,01	0,04
Fator Trab. 8ª série completa	0,01	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02	0,02	0,03	0,03	0,01	0,03
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Fator Trab. 2º grau completo	0,01	0,04	0,02	0,02	0,04	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02	0,02
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,01	0,03	0,02	0,02	0,04	0,02	0,02	0,01	0,03	0,02	0,01
Fator Capital	0,52	0,35	0,25	0,15	0,33	0,23	0,17	0,16	0,12	0,26	0,13
Famílias	0,42	0,35	0,29	0,21	0,42	0,24	0,21	0,32	0,24	0,24	0,24

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO EXTRAGRUPO - M3

	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
01 Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 Têxtil e Vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Fabricação de Calçados, Couros e	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 Diversas e Borracha	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Serviços industriais de utilidade p	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Transporte e Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
19 Instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
20 Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
21 Administração pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,02	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,03
Fator Trab. 4ª série completa	0,04	0,01	0,02	0,02	0,02	0,04	0,05	0,03	0,02	0,03
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,06	0,01	0,03	0,03	0,01	0,07	0,05	0,03	0,02	0,05
Fator Trab. 8ª série completa	0,02	0,01	0,02	0,03	0,01	0,08	0,05	0,04	0,03	0,10
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,01	0,00	0,01	0,02	0,00	0,05	0,02	0,03	0,01	0,02
Fator Trab. 2º grau completo	0,01	0,01	0,02	0,06	0,01	0,09	0,07	0,12	0,05	0,17
Fator Trab. Superior incompleto	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01	0,06	0,01	0,03
Fator Trab. Superior completo	0,01	0,01	0,01	0,08	0,02	0,04	0,04	0,15	0,09	0,27
Fator Capital	0,15	0,13	0,23	0,27	0,46	0,13	0,21	0,19	0,50	0,00
Famílias	0,28	0,15	0,28	0,43	0,40	0,50	0,46	0,60	0,58	0,71

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO EXTRAGRUPO - M3

	F.T(a)	F.T(b)	F.T(c)	F.T(d)	F.T(e)	F.T(f)	F.T(g)	F.T(h)	F.T(i)	F.Cap.	Famílias
01 Agropecuária	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,08	0,12
02 Extrativa Mineral	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
07 Material de Transportes	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,04
08 Mobiliário	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
09 Papel e Gráfica	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,07	0,11
11 Têxtil e Vestuário	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,04
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,09	0,14
14 Diversas e Borracha	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
15 Serviços industriais de utilidade p	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,04
16 Construção civil	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01
17 Comércio	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,08	0,12
18 Transporte e Comunicações	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,05	0,07
19 Instituições financeiras	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,07	0,11
20 Outros serviços	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,22	0,34
21 Administração pública	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Fator Trab. Analfabetos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,06
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,02
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,07
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,39
Famílias	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	0,63	1,00

A.4 Matriz de Contabilidade Social — Brasil — 2002

Matriz Quadrada

		1	2	3	4	
		Agropecuária	Extrativa Mineral	Minerais Não-Metálicos	Produtos Metalúrgicos	
A	01 Agropecuária	29.718.836	18.648	190.691	1.605.962	
	02 Extrativa Mineral	412.737	1.022.121	836.274	1.942.665	
	03 Minerais Não-Metálicos	135.528	326.106	6.078.796	934.365	
	04 Produtos Metalúrgicos	300.110	1.515.287	781.596	48.468.703	
T	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	555.575	1.590.561	615.938	3.373.531	
	06 Material Elétrico e Eletrônico	35.930	80.151	41.404	334.669	
I	07 Material de Transportes	40.391	67.002	27.919	246.197	
	08 Mobiliário	225.239	33.454	32.262	210.762	
V	09 Papel e Gráfica	93.513	247.110	494.565	614.523	
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	24.702.282	2.235.667	3.669.474	5.753.893	
I	11 Têxtil e Vestuário	287.135	35.063	19.684	52.350	
	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	31.996	873	1.229	6.016	
A	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	9.889.756	30.299	24.686	74.094	
	14 Diversas e Borracha	132.384	213.878	139.455	1.303.655	
D	15 Serviços industriais de utilidade pública	1.096.155	1.478.232	1.368.909	4.934.495	
	16 Construção civil	7.173	191.270	52.998	156.961	
E	17 Comércio	6.292.776	894.432	539.901	2.766.448	
	18 Transporte e Comunicações	3.694.806	1.246.591	1.522.692	3.064.194	
S	19 Instituições financeiras	874.184	979.427	275.825	1.202.363	
	20 Outros serviços	1.781.465	1.857.094	373.787	960.037	
	21 Administração pública	696.411	215.996	78.547	177.348	
	F	Analfabetos	569.132	28.469	42.039	53.555
.	4ª série incompleta	2.748.156	103.293	228.669	228.332	
	4ª série completa	2.880.794	194.421	435.613	592.543	
R	8ª série incompleta	1.838.589	199.741	477.790	943.286	
	8ª série completa	1.242.645	305.832	522.208	1.403.734	
A	2º grau incompleto	435.401	123.879	227.573	773.489	
	2º grau completo	1.102.822	1.357.246	667.408	2.307.904	
L	Superior incompleto	168.053	115.757	140.112	357.698	
	Superior completo	1.101.778	894.166	536.089	1.405.243	
H	F. CAPITAL	EOB	93.012.592	34.940.523	7.266.553	20.257.574
	FAMÍLIAS					
GOVERNO	Imp. ind. + diret. + trans. Intragov		4.558.690	2.741.382	1.504.638	5.786.446
	C. CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + transferências		4.137.775	946.095	856.567	8.714.047
	TOTAL		194.800.805	56.230.067	30.071.894	121.007.082

(continua)

		5	6	7	8
		Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	Material Elétrico e Eletrônico	Material de Transportes	Mobiliário
	01 Agropecuária	281	1.317	810	3.235.125
	02 Extrativa Mineral	1.281	68.597	2.669	701
A	03 Minerais Não-Metálicos	344.421	815.067	558.163	124.117
	04 Produtos Metalúrgicos	9.572.974	5.760.716	12.877.371	720.008
T	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	1.301.726	1.731.167	3.308.136	185.143
	06 Material Elétrico e Eletrônico	1.037.553	2.378.889	470.875	18.402
I	07 Material de Transportes	1.083.124	124.870	11.643.084	39.032
V	08 Mobiliário	131.228	358.738	376.018	2.271.479
	09 Papel e Gráfica	265.023	486.172	352.011	161.643
I	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	1.683.373	2.971.817	3.351.209	2.371.952
	11 Têxtil e Vestuário	71.359	31.918	218.308	228.452
D	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	19.053	8.641	38.704	35.000
A	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	32.845	22.842	30.927	53.657
	14 Diversas e Borracha	543.378	200.447	2.208.620	106.854
D	15 Serviços industriais de utilidade pública	1.008.937	479.436	943.357	612.126
	16 Construção civil	113.472	67.500	114.376	35.843
E	17 Comércio	1.464.708	1.649.081	2.360.322	989.667
	18 Transporte e Comunicações	1.563.963	1.412.748	1.923.836	823.197
S	19 Instituições financeiras	279.363	552.155	840.520	82.283
	20 Outros serviços	749.776	890.413	1.090.514	300.656
	21 Administração pública	92.156	125.036	217.650	65.285
F	Analfabetos	57.239	11.667	25.118	58.087
.	4ª série incompleta	189.775	41.813	92.023	354.175
T	4ª série completa	524.271	110.976	275.875	741.499
R	8ª série incompleta	791.672	209.859	404.488	1.021.866
A	8ª série completa	1.368.827	369.872	993.120	977.743
B	2º grau incompleto	812.933	235.375	449.958	426.638
A	2º grau completo	2.536.715	1.077.513	1.841.757	757.703
L	Superior incompleto	662.540	253.035	513.149	133.630
H	Superior completo	2.260.664	1.108.264	1.691.599	313.199
O					
F. CAPITAL	EOB	21.382.266	6.541.678	6.548.284	3.389.794
FAMILIAS					
GOVERNO	Imp. Ind. + diret. + trans. Intragov	2.722.941	2.093.618	3.419.200	933.059
C. CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + transferências	2.491.433	5.821.608	12.567.139	550.673
TOTAL		57.161.269	38.012.842	71.749.191	22.118.686

(continua)

		9	10	11	12
		Papel e Gráfica	Química, Farmacêutica e Plásticos	Têxtil e Vestuário	Fabricação de Calçados, Couros e Peles
	01 Agropecuária	1.042.270	5.084.599	2.065.387	84.050
	02 Extrativa Mineral	73.314	35.213.067	1.907	5.321
A	03 Minerais Não-Metálicos	82.101	861.534	6.905	7.052
	04 Produtos Metalúrgicos	431.105	2.059.576	201.584	61.707
T	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	929.396	2.723.800	559.832	70.755
	06 Material Elétrico e Eletrônico	47.642	173.720	33.906	5.489
I	07 Material de Transportes	36.543	113.219	24.776	7.016
	08 Mobiliário	256.990	125.086	32.449	47.477
V	09 Papel e Gráfica	10.271.618	1.694.211	297.855	229.140
	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	4.645.946	60.886.746	3.096.089	1.317.527
I	11 Têxtil e Vestuário	91.851	256.939	19.826.466	162.169
D	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	6.128	28.271	111.451	1.092.089
	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	120.611	4.246.782	59.873	942.963
A	14 Diversas e Borracha	668.372	625.888	206.370	554.782
	15 Serviços industriais de utilidade pública	1.732.724	4.043.642	961.544	176.686
D	16 Construção civil	103.648	279.386	46.718	13.626
	17 Comércio	2.222.265	4.087.082	2.176.057	304.757
E	18 Transporte e Comunicações	1.684.736	6.490.459	1.062.304	284.560
	19 Instituições financeiras	435.463	1.665.766	311.604	35.955
S	20 Outros serviços	1.090.841	2.336.785	646.182	160.902
	21 Administração pública	1.037.516	445.610	79.697	36.525
F	Analfabetos	20.549	49.148	30.838	8.498
.	4ª série incompleta	105.507	176.614	189.512	66.614
T	4ª série completa	277.566	412.266	684.046	194.084
R	8ª série incompleta	503.736	690.962	1.165.685	483.807
A	8ª série completa	803.662	1.075.716	1.494.196	268.379
B	2º grau incompleto	479.944	613.967	748.888	193.231
A	2º grau completo	1.727.991	2.869.802	1.395.678	275.442
L	Superior incompleto	467.543	934.792	205.424	71.029
H	Superior completo	1.625.276	3.750.411	520.196	70.660
O					
F. CAPITAL	EOB	7.573.797	50.067.439	4.306.761	2.688.998
	FAMILIAS				
GOVERNO	Imp. Ind. + diret. + trans. Intragov	2.206.718	19.881.643	2.131.365	588.198
C. CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + transferências	2.235.407	30.764.687	3.113.185	597.717
	TOTAL	45.038.773	244.729.616	47.794.731	11.107.207

(continua)

		13	14	15	16
		Alimentos, Fumo e Bebidas	Diversas e Borracha	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil
	01 Agropecuária	76.342.406	615.206	34.434	10.636
	02 Extrativa Mineral	200.056	428.521	63.667	470.807
A	03 Minerais Não-Metálicos	1.110.891	254.127	8.865	14.270.095
	04 Produtos Metalúrgicos	2.367.989	1.063.889	113.873	9.662.356
T	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	1.921.350	364.176	2.267.271	1.769.766
	06 Material Elétrico e Eletrônico	121.068	104.679	689.600	3.255.907
I	07 Material de Transportes	109.284	38.368	198.354	239.392
V	08 Mobiliário	274.202	164.046	9.773	3.172.662
	09 Papel e Gráfica	2.720.316	413.180	247.439	126.711
I	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	6.777.127	3.991.835	1.814.870	7.084.682
	11 Têxtil e Vestuário	1.030.640	600.727	24.655	52.245
D	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	61.097	49.049	493	14.860
A	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	36.583.178	52.527	35.397	39.595
	14 Diversas e Borracha	367.127	3.848.980	400.807	982.895
D	15 Serviços industriais de utilidade pública	3.339.208	390.859	24.279.711	310.293
	16 Construção civil	271.380	32.795	407.124	6.311.721
E	17 Comércio	8.861.574	997.698	624.716	7.193.184
S	18 Transporte e Comunicações	6.180.920	756.238	436.772	2.366.038
	19 Instituições financeiras	1.382.229	227.995	1.614.307	554.109
	20 Outros serviços	3.067.502	1.678.090	2.497.633	2.525.890
	21 Administração pública	662.484	222.567	157.991	283.035
F	Analfabetos	268.740	12.213	123.757	269.167
.	4ª série incompleta	848.468	80.522	626.326	2.229.713
T	4ª série completa	1.157.335	176.843	637.006	2.897.433
R	8ª série incompleta	1.623.504	355.690	949.034	3.018.580
A	8ª série completa	1.600.028	389.161	1.012.666	3.106.370
B	2º grau incompleto	884.531	201.851	702.246	1.025.018
A	2º grau completo	2.483.914	570.036	3.852.597	3.065.837
L	Superior incompleto	545.784	147.300	612.397	472.168
H	Superior completo	1.664.721	429.511	4.565.021	2.867.391
O	EOB	22.989.851	7.017.434	26.156.756	71.228.328
F. CAPITAL	FAMILIAS				
	Imp. Ind. + diret. + trans. Intragov	9.657.927	1.589.855	8.687.282	20.654.539
GOVERNO					
C. CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + transferências	6.562.288	2.532.574	3.980.409	4.327.103
	TOTAL	204.039.120	29.798.541	87.833.249	175.858.524

(continua)

		17	18	19	20
		Comércio	Transporte e Comunicações	Instituições financeiras	Outros serviços
	01 Agropecuária	710	230	0	3.086.421
	02 Extrativa Mineral	9.312	6.486	12.112	34.285
A	03 Minerais Não-Metálicos	8.219	78.728	2.100	454.450
	04 Produtos Metalúrgicos	183.675	772.216	23.598	658.840
T	05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	639.570	1.039.688	62.969	951.949
	06 Material Elétrico e Eletrônico	79.241	1.381.615	4.807	411.132
I	07 Material de Transportes	41.360	3.113.019	9.284	3.201.494
V	08 Mobiliário	164.219	66.764	16.609	284.796
	09 Papel e Gráfica	2.721.088	871.631	612.526	6.177.504
I	10 Química, Farmacêutica e Plásticos	40.853.064	19.588.781	59.282	3.498.750
	11 Têxtil e Vestuário	159.336	420.504	20.975	1.245.652
D	12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	6.517	68.303	503	68.682
A	13 Alimentos, Fumo e Bebidas	217.712	514.921	14.548	12.133.619
	14 Diversas e Borracha	93.782	2.076.078	641.172	4.205.717
D	15 Serviços industriais de utilidade pública	3.166.731	1.187.856	635.345	4.118.129
	16 Construção civil	389.990	1.010.472	21	6.240.139
E	17 Comércio	3.851.689	5.874.321	1.134.768	10.109.390
	18 Transporte e Comunicações	10.765.387	14.399.518	3.941.890	5.815.640
S	19 Instituições financeiras	2.973.546	2.894.378	7.003.522	1.521.855
	20 Outros serviços	15.458.315	8.767.185	13.869.673	8.288.052
	21 Administração pública	1.341.564	733.908	1.082.701	1.360.854
F	Analfabetos	346.564	180.096	320.965	540.924
.	4ª série incompleta	1.133.239	967.976	899.179	2.598.779
T	4ª série completa	3.014.991	3.250.180	1.488.363	4.477.647
R	8ª série incompleta	6.148.525	4.397.503	1.879.767	6.314.818
A	8ª série completa	10.997.056	5.376.339	3.158.235	9.995.387
B	2º grau incompleto	7.355.875	2.271.025	1.758.663	5.472.271
A	2º grau completo	20.816.489	10.172.833	8.994.568	22.694.501
L	Superior incompleto	3.367.595	2.010.381	4.159.348	5.085.538
H	Superior completo	7.754.834	7.099.584	15.761.130	40.765.553
O	EOB	24.692.723	22.950.761	47.694.525	158.947.823
F. CAPITAL	FAMILIAS				
	Imp. Ind. + diret. + trans. Intragov	11.713.144	14.752.579	8.149.836	21.990.809
GOVERNO					
C. CAPITAL	Poupança				
RESTO MUNDO	Importações + transferências	3.410.956	10.767.376	4.169.816	5.272.915
	TOTAL	183.877.019	149.063.234	127.582.800	358.024.315

(continua)

	Administração pública	Analfabetos	4ª série incompleta	4ª série completa	8ª série incompleta
01 Agropecuária	3.100.676				
02 Extrativa Mineral	27.997				
03 Minerais Não-Metálicos	377.783				
04 Produtos Metalúrgicos	105.451				
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	576.920				
06 Material Elétrico e Eletrônico	294.937				
07 Material de Transportes	945.019				
08 Mobiliário	198.251				
09 Papel e Gráfica	4.493.430				
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	2.628.493				
11 Têxtil e Vestuário	538.130				
12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	16.197				
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	2.428.302				
14 Diversas e Borracha	1.636.151				
15 Serviços industriais de utilidade pública	5.055.951				
16 Construção civil	1.813.935				
17 Comércio	7.843.450				
18 Transporte e Comunicações	5.286.656				
19 Instituições financeiras	2.468.783				
20 Outros serviços	32.803.961				
21 Administração pública	2.435.028				
Analfabetos	1.890.584				
4ª série incompleta	5.186.331				
4ª série completa	5.427.117				
8ª série incompleta	5.870.722				
8ª série completa	14.167.031				
2º grau incompleto	5.790.644				
2º grau completo	53.292.781				
Superior incompleto	8.552.430				
Superior completo	94.297.487				
EOB	0				
FAMÍLIAS		4.910.267	19.106.041	29.868.611	39.313.553
Imp. Ind. + diret. + trans. Intragov	7.289.769				
Poupança					
Importações + transferências	10.519.611				
TOTAL	287.360.006	4.910.267	19.106.041	29.868.611	39.313.553

(continua)

	8ª série completa	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo
01 Agropecuária					
02 Extrativa Mineral					
03 Minerais Não-Metálicos					
04 Produtos Metalúrgicos					
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores					
06 Material Elétrico e Eletrônico					
07 Material de Transportes					
08 Mobiliário					
09 Papel e Gráfica					
10 Química, Farmacêutica e Plásticos					
11 Têxtil e Vestuário					
12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles					
13 Alimentos, Fumo e Bebidas					
14 Diversas e Borracha					
15 Serviços industriais de utilidade pública					
16 Construção civil					
17 Comércio					
18 Transporte e Comunicações					
19 Instituições financeiras					
20 Outros serviços					
21 Administração pública					
Analfabetos					
4ª série incompleta					
4ª série completa					
8ª série incompleta					
8ª série completa					
2º grau incompleto					
2º grau completo					
Superior incompleto					
Superior completo					
EOB					
FAMILIAS	60.664.983	31.002.469	143.947.891	28.994.792	190.593.876
Imp. Ind. + diret. + trans. Intragov					
Poupança					
Importações + transferências					
TOTAL	60.664.983	31.002.469	143.947.891	28.994.792	190.593.876

(continua)

	CAPITAL		
	EOB	FAMÍLIAS	GOVERNO
01 Agropecuária		41.598.253	0
02 Extrativa Mineral		103.927	0
03 Minerais Não-Metálicos		871.275	0
04 Produtos Metalúrgicos		2.733.536	0
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores		1.671.216	0
06 Material Elétrico e Eletrônico		11.010.139	0
07 Material de Transportes		16.668.971	0
08 Mobiliário		5.840.040	0
09 Papel e Gráfica		5.872.847	0
10 Química, Farmacêutica e Plásticos		25.266.963	0
11 Têxtil e Vestuário		18.677.586	0
12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles		2.154.339	0
13 Alimentos, Fumo e Bebidas		95.269.363	0
14 Diversas e Borracha		4.291.820	0
15 Serviços industriais de utilidade pública		26.409.307	0
16 Construção civil		16.540	0
17 Comércio		98.879.502	0
18 Transporte e Comunicações		66.736.735	0
19 Instituições financeiras		98.393.252	0
20 Outros serviços		237.293.845	0
21 Administração pública		2.536.404	270.964.882
Analfabetos			
4ª série incompleta			
4ª série completa			
8ª série incompleta			
8ª série completa			
2º grau incompleto			
2º grau completo			
Superior incompleto			
Superior completo			
EOB			
FAMÍLIAS	389.428.061	15.905.772	65.695.518
Imp. Ind. + diret. + trans. Intragov	68.984.738	121.473.701	106.636.000
Poupança	166.073.661	90.977.963	-7.839.785
Importações + transferências	15.168.000	28.778.535	29.836.600
TOTAL	639.654.460	1.019.431.834	465.293.215

(continua)

(em R\$ 1.000)

	CONTA CAPITAL	RESTO DO MUNDO	TOTAL
	Investimento		
01 Agropecuária	14.688.487	12.275.372	194.800.805
02 Extrativa Mineral	1.266.953	14.025.291	56.230.067
03 Minerais Não-Metálicos	-208.207	2.569.413	30.071.894
04 Produtos Metalúrgicos	1.072.978	19.497.944	121.007.082
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Tratores	22.347.221	6.603.612	57.161.269
06 Material Elétrico e Eletrônico	5.319.981	10.681.106	38.012.842
07 Material de Transportes	8.242.306	25.489.167	71.749.191
08 Mobiliário	1.876.042	5.950.099	22.118.686
09 Papel e Gráfica	87.836	5.486.882	45.038.773
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	-1.476.534	17.956.324	244.729.616
11 Têxtil e Vestuário	523.785	3.218.802	47.794.731
12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	-76.766	7.364.484	11.107.207
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	5.476.603	35.744.021	204.039.120
14 Diversas e Borracha	687.292	3.662.636	29.798.541
15 Serviços industriais de utilidade pública	14.610	89.006	87.833.249
16 Construção civil	158.146.199	35.236	175.858.524
17 Comércio	5.765.070	6.994.162	183.877.019
18 Transporte e Comunicações	853.485	6.749.870	149.063.234
19 Instituições financeiras	0	1.013.917	127.582.800
20 Outros serviços	1.920.147	17.615.571	358.024.315
21 Administração pública	303.285	2.007.528	287.360.006
Analfabetos		2.918	4.910.267
4ª série incompleta		11.026	19.106.041
4ª série completa		17.742	29.868.611
8ª série incompleta		23.928	39.313.553
8ª série completa		36.776	60.664.983
2º grau incompleto		19.067	31.002.469
2º grau completo		86.353	143.947.891
Superior incompleto		19.089	28.994.792
Superior completo		111.100	190.593.876
EOB			639.654.460
FAMÍLIAS			1.019.431.834
Imp. Ind. + diret. + trans. Intragov	11.959.685	3.185.453	465.293.215
Poupança		16.741.623	265.953.462
Importações + transferências	27.163.002	273.013	225.558.530
TOTAL	265.953.462	225.558.530	

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO TOTAL - M

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
01 Agropecuária	1,36	0,14	0,16	0,16	0,15	0,13	0,12	0,36	0,19	0,16	0,23
02 Extrativa Mineral	0,06	1,06	0,10	0,07	0,05	0,06	0,05	0,07	0,06	0,22	0,06
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,02	1,26	0,02	0,02	0,04	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,05	0,10	0,11	1,73	0,34	0,33	0,42	0,12	0,08	0,07	0,06
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,03	0,05	0,05	0,07	1,05	0,08	0,09	0,04	0,05	0,04	0,04
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,02	0,02	0,02	0,02	0,04	1,08	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02
07 Material de Transportes	0,03	0,03	0,03	0,03	0,06	0,03	1,22	0,04	0,03	0,03	0,03
08 Mobiliário	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	1,13	0,02	0,01	0,01
09 Papel e Gráfica	0,03	0,04	0,06	0,04	0,04	0,05	0,04	0,05	1,33	0,04	0,05
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,40	0,24	0,41	0,30	0,26	0,32	0,28	0,42	0,40	1,51	0,37
11 Têxtil e Vestuário	0,05	0,04	0,04	0,04	0,05	0,04	0,04	0,07	0,05	0,04	1,75
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,24	0,16	0,16	0,14	0,16	0,14	0,13	0,19	0,17	0,15	0,17
14 Diversas e Borracha	0,02	0,02	0,03	0,04	0,04	0,03	0,06	0,03	0,04	0,02	0,03
15 Serviços industriais de utilidade pú	0,09	0,11	0,16	0,17	0,12	0,11	0,11	0,14	0,15	0,10	0,13
16 Construção civil	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
17 Comércio	0,20	0,17	0,19	0,19	0,19	0,19	0,18	0,23	0,23	0,15	0,24
18 Transporte e Comunicações	0,16	0,16	0,21	0,17	0,17	0,17	0,16	0,20	0,20	0,15	0,18
19 Instituições financeiras	0,14	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,15	0,15	0,12	0,14
20 Outros serviços	0,34	0,36	0,35	0,31	0,35	0,31	0,29	0,38	0,37	0,28	0,35
21 Administração pública	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,04	0,01	0,02
Fator Trab. Analfabetos	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,03	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,03	0,02	0,01	0,02
Fator Trab. 4ª série completa	0,04	0,02	0,04	0,03	0,03	0,02	0,03	0,06	0,03	0,02	0,05
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,04	0,03	0,05	0,04	0,05	0,04	0,04	0,09	0,05	0,03	0,07
Fator Trab. 8ª série completa	0,05	0,05	0,07	0,06	0,07	0,06	0,06	0,10	0,07	0,04	0,10
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,03	0,03	0,04	0,03	0,04	0,03	0,03	0,05	0,04	0,02	0,05
Fator Trab. 2º grau completo	0,10	0,11	0,13	0,12	0,14	0,12	0,12	0,14	0,16	0,09	0,15
Fator Trab. Superior incompleto	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	0,02	0,03
Fator Trab. Superior completo	0,10	0,12	0,13	0,12	0,14	0,13	0,12	0,13	0,17	0,10	0,12
Fator Capital	1,12	1,16	0,93	0,85	0,96	0,76	0,68	0,89	0,85	0,84	0,77
Famílias	1,11	1,12	1,09	0,98	1,13	0,92	0,87	1,21	1,11	0,87	1,08

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO TOTAL - M

	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
01 Agropecuária	0,21	0,69	0,17	0,14	0,14	0,17	0,15	0,16	0,19	0,22
02 Extrativa Mineral	0,06	0,06	0,08	0,03	0,05	0,08	0,06	0,03	0,04	0,04
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,02	0,02	0,01	0,11	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,07	0,07	0,12	0,06	0,15	0,06	0,07	0,04	0,05	0,06
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,03	0,04	0,04	0,05	0,04	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,02	0,02	0,02	0,03	0,04	0,02	0,03	0,02	0,02	0,03
07 Material de Transportes	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	0,06	0,04	0,05	0,05
08 Mobiliário	0,02	0,01	0,02	0,01	0,03	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
09 Papel e Gráfica	0,06	0,05	0,05	0,03	0,03	0,06	0,04	0,04	0,06	0,06
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,41	0,36	0,41	0,21	0,27	0,52	0,39	0,20	0,23	0,27
11 Têxtil e Vestuário	0,07	0,05	0,08	0,04	0,04	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06
12 Fabricação de Calçados, Couros e	1,11	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,28	1,41	0,15	0,15	0,15	0,19	0,17	0,18	0,22	0,24
14 Diversas e Borracha	0,08	0,02	1,17	0,03	0,03	0,02	0,04	0,03	0,04	0,03
15 Serviços industriais de utilidade pú	0,11	0,11	0,10	1,45	0,09	0,12	0,09	0,09	0,10	0,13
16 Construção civil	0,01	0,01	0,01	0,02	1,05	0,01	0,02	0,01	0,03	0,02
17 Comércio	0,20	0,23	0,19	0,16	0,20	1,21	0,21	0,19	0,21	0,25
18 Transporte e Comunicações	0,18	0,19	0,17	0,13	0,15	0,22	1,25	0,18	0,17	0,21
19 Instituições financeiras	0,14	0,14	0,13	0,15	0,13	0,17	0,15	1,21	0,15	0,20
20 Outros serviços	0,35	0,35	0,37	0,35	0,33	0,46	0,39	0,49	1,39	0,58
21 Administração pública	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	1,02
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03
Fator Trab. 4ª série completa	0,04	0,04	0,03	0,03	0,04	0,04	0,05	0,03	0,04	0,05
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,08	0,05	0,05	0,04	0,05	0,07	0,06	0,05	0,05	0,06
Fator Trab. 8ª série completa	0,07	0,06	0,06	0,05	0,06	0,11	0,08	0,07	0,07	0,11
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,05	0,03	0,03	0,03	0,03	0,07	0,04	0,04	0,04	0,05
Fator Trab. 2º grau completo	0,12	0,12	0,12	0,14	0,11	0,22	0,17	0,17	0,16	0,31
Fator Trab. Superior incompleto	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,04	0,04	0,06	0,04	0,06
Fator Trab. Superior completo	0,11	0,12	0,12	0,16	0,11	0,17	0,16	0,25	0,22	0,47
Fator Capital	0,89	0,96	0,87	0,90	0,96	0,81	0,75	0,96	1,01	0,72
Famílias	1,09	1,07	1,00	1,08	1,05	1,26	1,10	1,30	1,27	1,61

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO TOTAL - M

	F.T(a)	F.T(b)	F.T(c)	F.T(d)	F.T(e)	F.T(f)
01 Agropecuária	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23
02 Extrativa Mineral	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
07 Material de Transportes	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
08 Mobiliário	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
09 Papel e Gráfica	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27
11 Têxtil e Vestuário	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
14 Diversas e Borracha	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
15 Serviços industriais de utilidade pú	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
16 Construção civil	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
17 Comércio	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
18 Transporte e Comunicações	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21
19 Instituições financeiras	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22
20 Outros serviços	0,54	0,54	0,54	0,54	0,54	0,54
21 Administração pública	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Fator Trab. Analfabetos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,02	1,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Fator Trab. 4ª série completa	0,03	0,03	1,03	0,03	0,03	0,03
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,04	0,04	0,04	1,04	0,04	0,04
Fator Trab. 8ª série completa	0,06	0,06	0,06	0,06	1,06	0,06
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	1,03
Fator Trab. 2º grau completo	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
Fator Trab. Superior incompleto	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
Fator Trab. Superior completo	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14
Fator Capital	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70
Famílias	1,91	1,91	1,91	1,91	1,91	1,91

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO TOTAL - M

	F.T(g)	F.T(h)	F.T(i)	F.Cap.	Famílias
01 Agropecuária	0,23	0,23	0,23	0,14	0,23
02 Extrativa Mineral	0,04	0,04	0,04	0,03	0,04
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,06	0,06	0,06	0,04	0,06
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
07 Material de Transportes	0,05	0,05	0,05	0,03	0,05
08 Mobiliário	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
09 Papel e Gráfica	0,05	0,05	0,05	0,03	0,05
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,27	0,27	0,27	0,17	0,27
11 Têxtil e Vestuário	0,07	0,07	0,07	0,04	0,07
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,26	0,26	0,26	0,16	0,26
14 Diversas e Borracha	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
15 Serviços industriais de utilidade pú	0,11	0,11	0,11	0,07	0,11
16 Construção civil	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
17 Comércio	0,25	0,25	0,25	0,15	0,25
18 Transporte e Comunicações	0,21	0,21	0,21	0,13	0,21
19 Instituições financeiras	0,22	0,22	0,22	0,13	0,22
20 Outros serviços	0,54	0,54	0,54	0,33	0,54
21 Administração pública	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
Fator Trab. 4ª série completa	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,04	0,04	0,04	0,02	0,04
Fator Trab. 8ª série completa	0,06	0,06	0,06	0,03	0,06
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
Fator Trab. 2º grau completo	1,12	0,12	0,12	0,07	0,12
Fator Trab. Superior incompleto	0,03	1,03	0,03	0,02	0,03
Fator Trab. Superior completo	0,14	0,14	1,14	0,08	0,14
Fator Capital	0,70	0,70	0,70	1,43	0,70
Famílias	1,91	1,91	1,91	1,16	1,91

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTRAGRUPO - M1

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
01 Agropecuária	1,22	0,01	0,02	0,04	0,01	0,02	0,02	0,21	0,05	0,05	0,10
02 Extrativa Mineral	0,04	1,03	0,08	0,05	0,02	0,04	0,03	0,04	0,04	0,20	0,03
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,01	1,26	0,02	0,01	0,03	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,02	0,06	0,08	1,70	0,31	0,30	0,39	0,08	0,04	0,04	0,03
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos	0,01	0,04	0,04	0,06	1,04	0,07	0,08	0,02	0,04	0,03	0,03
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,01	0,01	0,02	1,07	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,01	0,01	0,03	0,01	1,20	0,01	0,01	0,00	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	1,12	0,01	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,01	0,01	0,03	0,02	0,01	0,03	0,02	0,02	1,30	0,02	0,02
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,24	0,08	0,26	0,16	0,10	0,19	0,16	0,25	0,25	1,39	0,22
11 Têxtil e Vestuário	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,00	1,71
12 Fabricação de Calçados, Couros e Artigos de Couro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,08	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,03	0,02
14 Diversas e Borracha	0,00	0,01	0,01	0,03	0,02	0,02	0,05	0,01	0,03	0,01	0,01
15 Serviços industriais de utilidade pública	0,02	0,05	0,10	0,11	0,05	0,05	0,06	0,06	0,09	0,05	0,06
16 Construção civil	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
17 Comércio	0,05	0,03	0,04	0,05	0,04	0,07	0,07	0,07	0,08	0,04	0,10
18 Transporte e Comunicações	0,04	0,04	0,09	0,07	0,05	0,07	0,07	0,07	0,08	0,06	0,06
19 Instituições financeiras	0,01	0,02	0,02	0,03	0,01	0,03	0,03	0,01	0,02	0,02	0,02
20 Outros serviços	0,03	0,05	0,04	0,04	0,03	0,05	0,05	0,04	0,06	0,03	0,05
21 Administração pública	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,03	0,01	0,01
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTRAGRUPO - M1

	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
01 Agropecuária	0,08	0,57	0,05	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01	0,03	0,03
02 Extrativa Mineral	0,04	0,03	0,06	0,01	0,03	0,05	0,04	0,00	0,01	0,01
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,01	0,02	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,03	0,04	0,09	0,02	0,12	0,02	0,04	0,00	0,02	0,01
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas	0,02	0,02	0,03	0,04	0,02	0,01	0,02	0,00	0,01	0,01
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,01	0,01	0,02	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,03	0,00	0,01	0,01
08 Mobiliário	0,01	0,00	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,04	0,03	0,03	0,01	0,01	0,03	0,02	0,01	0,03	0,03
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,25	0,21	0,27	0,06	0,12	0,34	0,24	0,02	0,05	0,05
11 Têxtil e Vestuário	0,03	0,01	0,04	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01
12 Fabricação de Calçados, Couros	1,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,13	1,26	0,02	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,05	0,02
14 Diversas e Borracha	0,07	0,01	1,15	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01
15 Serviços industriais de utilidade pública	0,05	0,05	0,04	1,39	0,02	0,04	0,03	0,01	0,02	0,03
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,01	1,04	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01
17 Comércio	0,06	0,09	0,06	0,02	0,06	1,04	0,06	0,02	0,04	0,04
18 Transporte e Comunicações	0,06	0,07	0,06	0,02	0,04	0,09	1,13	0,04	0,03	0,03
19 Instituições financeiras	0,01	0,02	0,02	0,03	0,01	0,03	0,03	1,06	0,01	0,01
20 Outros serviços	0,04	0,05	0,09	0,05	0,03	0,11	0,09	0,13	1,04	0,13
21 Administração pública	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	1,01
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTRAGRUPO - M1

	F.T(a)	F.T(b)	F.T(c)	F.T(d)	F.T(e)	F.T(f)
01 Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 Têxtil e Vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Fabricação de Calçados, Couros e Peles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 Diversas e Borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Serviços industriais de utilidade pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Transporte e Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Administração pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Analfabetos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTRAGRUPO - M1

	F.T(g)	F.T(h)	F.T(i)	F.Cap.	Famílias
01 Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 Fabricação e Manutenção de Máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 Têxtil e Vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Fabricação de Calçados, Couros e Artigos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 Diversas e Borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Serviços industriais de utilidade pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Transporte e Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Administração pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	1,02

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTERGRUPO - M2

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
01 Agropecuária	1,08	0,10	0,06	0,04	0,09	0,04	0,03	0,07	0,05	0,04	0,04
02 Extrativa Mineral	0,02	1,02	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,02	0,03	0,02	1,01	0,02	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,01	0,01	0,01	0,00	1,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	1,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01
07 Material de Transportes	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02	0,01	1,01	0,02	0,01	0,01	0,01
08 Mobiliário	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	1,01	0,01	0,01
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,10	0,12	0,07	0,05	0,11	0,05	0,04	0,08	0,06	1,05	0,05
11 Têxtil e Vestuário	0,02	0,03	0,02	0,01	0,03	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01	1,01
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,09	0,11	0,07	0,04	0,10	0,05	0,04	0,08	0,06	0,04	0,05
14 Diversas e Borracha	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01
15 Serviços industriais de utilidade p	0,04	0,05	0,03	0,02	0,04	0,02	0,02	0,04	0,03	0,02	0,02
16 Construção civil	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,09	0,11	0,07	0,04	0,10	0,05	0,04	0,08	0,06	0,04	0,05
18 Transporte e Comunicações	0,07	0,09	0,05	0,03	0,08	0,04	0,03	0,06	0,05	0,03	0,04
19 Instituições financeiras	0,08	0,10	0,06	0,04	0,08	0,04	0,03	0,07	0,05	0,04	0,04
20 Outros serviços	0,19	0,23	0,14	0,09	0,21	0,10	0,08	0,17	0,13	0,09	0,10
21 Administração pública	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTERGRUPO - M2

	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
01 Agropecuária	0,07	0,03	0,05	0,08	0,08	0,09	0,08	0,12	0,12	0,16
02 Extrativa Mineral	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02	0,03
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,02	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,04
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02
07 Material de Transportes	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
09 Papel e Gráfica	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,08	0,03	0,06	0,09	0,10	0,11	0,09	0,14	0,15	0,18
11 Têxtil e Vestuário	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02	0,04	0,04	0,05
12 Fabricação de Calçados, Couros e	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,08	1,03	0,06	0,09	0,09	0,11	0,09	0,14	0,14	0,18
14 Diversas e Borracha	0,01	0,00	1,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02
15 Serviços industriais de utilidade p	0,03	0,01	0,03	1,04	0,04	0,05	0,04	0,06	0,06	0,08
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01
17 Comércio	0,07	0,03	0,06	0,08	0,09	1,11	0,08	0,13	0,14	0,17
18 Transporte e Comunicações	0,06	0,03	0,05	0,07	0,07	0,09	1,07	0,11	0,11	0,14
19 Instituições financeiras	0,06	0,03	0,05	0,07	0,08	0,09	0,07	1,12	0,12	0,15
20 Outros serviços	0,16	0,07	0,12	0,18	0,19	0,22	0,18	0,28	1,29	0,36
21 Administração pública	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	1,01
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTERGRUPO - M2

	F.T(a)	F.T(b)	F.T(c)	F.T(d)	F.T(e)	F.T(f)
01 Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 Têxtil e Vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 Diversas e Borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Serviços industriais de utilidade p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Transporte e Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Administração pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Analfabetos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,02	1,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Fator Trab. 4ª série completa	0,03	0,03	1,03	0,03	0,03	0,03
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,04	0,04	0,04	1,04	0,04	0,04
Fator Trab. 8ª série completa	0,06	0,06	0,06	0,06	1,06	0,06
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	1,03
Fator Trab. 2º grau completo	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
Fator Trab. Superior incompleto	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
Fator Trab. Superior completo	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14
Fator Capital	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO INTERGRUPO - M2

	F.T(g)	F.T(h)	F.T(i)	F.Cap.	Famílias
01 Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 Fabricação e Manutenção de Máqu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 Têxtil e Vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 Diversas e Borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Serviços industriais de utilidade p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Transporte e Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Administração pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,02	0,02	0,02	0,01	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,03	0,03	0,03	0,02	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,04	0,04	0,04	0,02	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,06	0,06	0,06	0,03	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,03	0,03	0,03	0,02	0,00
Fator Trab. 2º grau completo	1,12	0,12	0,12	0,07	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,03	1,03	0,03	0,02	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,14	0,14	1,14	0,08	0,00
Fator Capital	0,70	0,70	0,70	1,43	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	1,88

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO EXTRAGRUPO - M3

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
01 Agropecuária	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Extrativa Mineral	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 Fabricação e Manutenção de Máq	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
11 Têxtil e Vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 Diversas e Borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Serviços industriais de utilidade p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Transporte e Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Administração pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,03	0,01	0,00	0,01
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,01	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,05	0,01	0,00	0,02
Fator Trab. 8ª série completa	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,04	0,02	0,00	0,03
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,00	0,02
Fator Trab. 2º grau completo	0,01	0,02	0,02	0,02	0,04	0,03	0,03	0,03	0,04	0,01	0,03
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,01	0,02	0,02	0,01	0,04	0,03	0,02	0,01	0,04	0,02	0,01
Fator Capital	0,48	0,62	0,24	0,17	0,37	0,17	0,09	0,15	0,17	0,20	0,09
Famílias	0,36	0,44	0,26	0,17	0,39	0,20	0,15	0,31	0,24	0,17	0,19

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO EXTRAGRUPO - M3

	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
01 Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 Minerais Não-Metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Produtos Metalúrgicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 Fabricação e Manutenção de Máq	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Material de Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 Papel e Gráfica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 Têxtil e Vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Fabricação de Calçados, Couros e	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 Diversas e Borracha	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Serviços industriais de utilidade p	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Construção civil	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Transporte e Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
19 Instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
20 Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
21 Administração pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02
Fator Trab. 4ª série completa	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,04	0,01	0,01	0,01	0,02	0,03	0,03	0,01	0,02	0,02
Fator Trab. 8ª série completa	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,06	0,04	0,02	0,03	0,05
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,02	0,00	0,01	0,01	0,01	0,04	0,02	0,01	0,02	0,02
Fator Trab. 2º grau completo	0,02	0,01	0,02	0,04	0,02	0,11	0,07	0,07	0,06	0,19
Fator Trab. Superior incompleto	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,02	0,01	0,03	0,01	0,03
Fator Trab. Superior completo	0,01	0,01	0,01	0,05	0,02	0,04	0,05	0,12	0,11	0,33
Fator Capital	0,24	0,11	0,24	0,30	0,41	0,13	0,15	0,37	0,44	0,00
Famílias	0,30	0,12	0,23	0,34	0,36	0,42	0,34	0,54	0,55	0,69

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO EXTRAGRUPO - M3

	F.T(a)	F.T(b)	F.T(c)	F.T(d)	F.T(e)	F.T(f)
01 Agropecuária	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
02 Extrativa Mineral	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
05 Fabricação e Manutenção de Máq	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
07 Material de Transportes	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
08 Mobiliário	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
09 Papel e Gráfica	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14
11 Têxtil e Vestuário	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14
14 Diversas e Borracha	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
15 Serviços industriais de utilidade p	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06
16 Construção civil	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
17 Comércio	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13
18 Transporte e Comunicações	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
19 Instituições financeiras	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
20 Outros serviços	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28
21 Administração pública	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Fator Trab. Analfabetos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Fator Trab. 2º grau completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02

(continua)

MATRIZ DE MULTIPLICADORES DO EFEITO EXTRAGRUPO - M3

	F.T(g)	F.T(h)	F.T(i)	F.Cap.	Famílias
01 Agropecuária	0,12	0,12	0,12	0,07	0,12
02 Extrativa Mineral	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
03 Minerais Não-Metálicos	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01
04 Produtos Metalúrgicos	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
05 Fabricação e Manutenção de Máq	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
06 Material Elétrico e Eletrônico	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
07 Material de Transportes	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
08 Mobiliário	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
09 Papel e Gráfica	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
10 Química, Farmacêutica e Plásticos	0,14	0,14	0,14	0,09	0,14
11 Têxtil e Vestuário	0,04	0,04	0,04	0,02	0,04
12 Fabricação de Calçados, Couros e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Alimentos, Fumo e Bebidas	0,14	0,14	0,14	0,08	0,14
14 Diversas e Borracha	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
15 Serviços industriais de utilidade p	0,06	0,06	0,06	0,04	0,06
16 Construção civil	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01
17 Comércio	0,13	0,13	0,13	0,08	0,13
18 Transporte e Comunicações	0,11	0,11	0,11	0,07	0,11
19 Instituições financeiras	0,12	0,12	0,12	0,07	0,11
20 Outros serviços	0,28	0,28	0,28	0,17	0,28
21 Administração pública	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Fator Trab. Analfabetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Trab. 4ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Fator Trab. 4ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Fator Trab. 8ª série incompleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
Fator Trab. 8ª série completa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03
Fator Trab. 2º grau incompleto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
Fator Trab. 2º grau completo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,06
Fator Trab. Superior incompleto	0,00	1,00	0,00	0,00	0,01
Fator Trab. Superior completo	0,00	0,00	1,00	0,00	0,07
Fator Capital	0,00	0,00	0,00	1,00	0,37
Famílias	1,02	1,02	1,02	0,62	1,00

A.5 Matriz de Insumo-Produto — Brasil — 1996

Descrição do produto nível 80	01 Agropecuária	02 Extrativa mineral	03 Extração de petróleo e gás	04 Minerais não-metálicos	05 Siderurgia	06 Metalurgia não-ferrosos
01 Agropecuária	14 564 811	11 194	63	117 262	899 979	16 312
02 Extrativa mineral (exceto combustíveis)	243 058	580 181	6 313	605 114	707 283	424 813
03 combustíveis	724	296	13 211	17 141	137 489	1 143
04 Fabricação de minerais não-metálicos	77 863	96 930	51 746	3 427 232	202 923	142 732
05 Siderurgia	3 901	4 457	29 228	226 480	9 649 093	67 352
06 Metalurgia dos não-ferrosos	2 406	1 887	17 593	2 064	197 973	2 740 544
07 Fabricação de outros produtos metalúrgicos	133 122	253 425	226 239	184 185	574 712	215 236
08 Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	237 710	431 497	251 536	336 658	797 665	259 471
10 elétrico	10 434	16 100	7 925	14 966	71 280	22 206
11 eletrônico	5 304	14 316	5 069	19 663	32 847	7 589
12 Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	4 616	5 023	3 637	5 954	11 505	5 837
13 Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	14 047	13 451	6 816	8 648	20 970	25 474
14 Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	104 774	9 882	6 521	20 872	29 630	25 664
15 Indústria de papel e gráfica	45 354	38 153	63 616	300 160	77 035	57 317
16 Indústria da borracha	2 924	37 019	7 351	47 007	95 013	13 289
17 Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	156 239	16 208	1 125	184 823	138 904	367 718
18 Refino de petróleo e indústria petroquímica	2 044 392	373 645	72 987	877 491	390 485	114 868
19 Fabricação de produtos químicos diversos	5 966 017	186 020	47 863	315 356	171 986	269 602
20 Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	302 591	4 801	1 348	3 510	3 772	8 094
21 Indústria de transformação de material plástico	233 436	18 557	9 095	45 316	16 608	25 276
22 Indústria têxtil	170 686	15 017	1 173	12 314	7 947	4 097
23 Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	1 944	5 859	3 344	3 054	9 163	1 799
24 Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	21 605	340	107	799	623	222
25 Indústria do café	582	98	51	137	152	59
26 fumo	46 979	988	349	1 086	2 470	1 191
27 Abate e preparação de carnes	57 578	273	95	834	4 571	168
28 Resfriamento e preparação do leite e laticínios	3 025	295	150	369	493	208
29 Indústria do açúcar	4 993	412	276	799	1 104	738
30 alimentação	774 371	799	261	767	833	1 309
31 Outras indústrias alimentares e de bebidas	3 349 506	8 130	1 513	9 061	5 050	2 468
32 Indústrias diversas	50 043	16 572	26 027	27 616	255 026	147 798
33 Serviços industriais de utilidade pública	360 724	262 624	191 508	557 723	815 516	581 199
34 Construção civil	3 669	26 890	58 312	35 806	30 488	19 068
35 Comércio	2 200 570	235 491	152 253	318 320	502 831	167 859
36 Transporte	1 605 970	349 264	114 557	686 184	743 178	206 059
37 Comunicações	27 598	48 802	42 244	123 417	125 935	61 641
38 Instituições financeiras	494 204	248 633	249 238	193 962	390 199	179 327
39 Serviços prestados às famílias	227 719	80 710	68 384	106 667	110 156	32 196
40 Serviços prestados às empresas	792 335	279 161	390 228	140 970	158 811	54 327
41 Aluguel de imóveis	14 223	61 095	25 886	83 247	28 524	25 928
42 Administração pública	501 571	61 693	84 143	75 833	63 621	27 215
43 Serviços privados não-mercantis						
	01	02	03	04	05	06
VALOR ADICIONADO						
Valor adicionado bruto a preço básico	57 811 201	2 596 384	4 020 623	6 800 577	5 577 100	2 856 231
Remunerações	8 390 890	969 445	576 776	2 128 506	884 157	485 444
Salários	7 390 454	730 994	321 086	1 678 468	577 699	379 332
Contribuições Sociais	1 000 436	238 451	255 690	450 038	306 458	106 112
Excedente operacional bruto inclusive rendimento de autônomos	50 718 561	1 410 183	3 242 189	4 130 275	3 943 436	2 048 708
Rendimento de autônomos	279 915	108 532		53 327		
Excedente operacional bruto (EOB)	50 438 646	1 301 651	3 242 189	4 076 948	3 943 436	2 048 708
Outros Impostos menos subsídios (1)	(-) 1 298 250	216 756	201 658	541 796	749 507	322 079
IMPOSTOS						
Impostos Totais (1+2)	1 036 183	287 997	275 627	653 339	900 204	419 147
Impostos s/ produtos (2)	2 334 433	71 241	73 969	111 543	150 697	97 068
IMPORTAÇÕES	1 130 829	136 233	77 143	340 547	1 368 477	1 131 422
VALOR DA PRODUÇÃO	96 140 082	6 620 049	6 411 117	16 391 535	24 580 116	10 410 133
PESSOAL OCUPADO	13 905 800	206 600	26 300	438 000	84 100	55 000

(continua)

07 Outros metalúrgicos	08 Máquinas e tratores	10 Material elétrico	11 Equipamentos eletrônicos	12 Automóveis, caminhões e ônibus	13 Outros veículos e peças	14 Madeira e mobiliário	15 Papel e gráfica	16 Indústria da borracha
6 461	148	330	881	228	268	2 158 265	566 582	314 751
65 423	465	25 895	31 878	658	516	325	44 414	6 097
14 168	58	121	119	26	40	35	182	24
187 097	150 990	286 988	227 040	173 980	115 042	67 668	43 036	4 325
5 379 604	1 309 179	488 065	135 837	873 561	984 598	60 689	5 343	2 248
962 064	426 128	1 340 269	244 728	126 800	713 561	48 311	79 492	702
1 973 999	2 295 395	855 485	492 731	730 704	2 603 779	282 177	115 325	77 634
618 014	559 972	857 370	287 732	612 905	1 037 652	99 979	451 768	91 422
64 277	542 095	1 319 669	606 828	74 645	160 034	7 852	15 151	6 505
16 632	94 866	83 229	600 970	15 317	43 400	5 088	13 789	2 409
17 226	30 372	9 779	5 013	304 927	130 119	4 110	6 493	1 353
41 089	414 165	49 709	22 337	4 727 008	3 544 165	18 901	10 477	11 007
62 905	67 524	60 808	275 939	101 938	121 492	1 791 881	148 231	3 649
197 460	126 494	179 096	156 947	69 308	119 121	96 291	5 470 935	17 560
58 815	215 807	53 740	23 574	917 611	194 589	46 288	46 807	1 705 275
72 606	30 462	47 386	16 397	26 606	26 756	24 420	353 370	32 326
309 463	235 573	387 166	105 452	150 535	305 879	329 285	530 581	778 274
256 958	160 922	188 045	49 525	353 577	142 730	375 082	926 796	180 407
2 698	1 614	1 483	1 050	1 016	1 300	3 445	9 764	2 688
94 899	187 048	411 564	424 986	283 800	229 979	412 167	93 812	14 392
6 564	37 185	9 643	13 954	65 571	72 593	153 859	52 902	273 990
4 255	6 216	3 199	3 769	20 294	4 624	3 871	6 030	5 442
2 762	10 761	3 593	2 978	22 753	3 583	25 542	3 953	9 453
263	256	218	217	195	209	228	614	55
1 378	1 215	1 066	997	962	1 033	4 749	50 086	1 038
503	487	365	367	330	351	10 794	3 502	1 608
777	740	661	643	626	651	701	1 477	189
763	649	383	322	344	474	527	1 251	145
904	736	673	598	567	629	923	2 373	456
8 649	9 965	4 309	4 204	3 462	5 208	11 006	10 970	2 042
44 790	18 641	19 245	25 539	40 629	30 872	11 491	258 665	17 788
413 546	322 911	131 774	79 269	116 806	219 941	243 963	627 419	73 673
45 277	60 238	24 203	30 412	30 166	38 928	23 691	62 243	7 028
707 118	679 325	620 706	601 276	629 443	623 415	634 295	1 220 327	161 541
328 535	265 989	229 249	258 676	484 996	178 187	329 581	371 031	91 464
137 966	252 258	125 635	176 197	119 771	104 941	97 194	293 885	28 205
195 777	154 986	212 700	247 333	330 649	218 731	57 324	272 942	31 990
77 377	158 723	66 852	80 186	96 071	57 858	86 878	139 709	25 501
145 317	240 538	216 627	265 949	344 567	167 410	102 737	400 294	48 708
95 018	100 450	61 917	71 366	26 489	44 756	74 080	176 753	14 836
59 477	69 248	68 497	74 409	129 075	89 777	61 260	894 839	17 142
07	08	10	11	12	13	14	15	16
8 143 635	13 737 231	4 124 907	6 548 905	6 116 250	6 617 881	5 555 880	6 814 897	2 276 987
4 793 525	4 921 908	1 615 094	1 294 486	1 209 618	3 123 408	2 309 731	3 371 181	573 791
3 868 310	3 861 446	1 277 545	1 021 068	917 282	2 460 398	1 925 687	2 702 552	461 336
925 215	1 060 462	337 549	273 418	292 336	663 010	384 044	668 629	112 455
2 596 808	8 005 786	2 075 563	4 744 931	4 235 941	2 875 135	2 792 959	2 784 407	1 483 321
309 250						672 513	271 845	
2 287 558	8 005 786	2 075 563	4 744 931	4 235 941	2 875 135	2 120 446	2 512 562	1 483 321
753 302	809 537	434 250	509 488	670 691	619 338	453 190	659 309	219 875
860 697	938 259	580 934	813 669	952 058	742 539	504 062	784 423	276 908
107 395	128 722	146 684	304 181	281 367	123 201	50 872	125 114	57 033
435 752	845 814	788 484	3 535 051	3 148 501	844 581	226 065	1 106 321	535 742
21 365 652	23 952 560	13 507 785	16 036 762	21 555 037	19 924 854	13 599 769	21 829 947	6 935 104
627 500	417 500	141 200	112 900	79 200	212 700	856 100	423 200	54 900

(continua)

17 Elementos químicos	18 Refino do petróleo	19 Químicos diversos	20 Farmacêutica e de perfumaria	21 Artigos de plástico	22 Indústria têxtil	23 Artigos do vestuário	24 Fabricação de calçados	25 Indústria do café
2 894 402	164	138 591	27 503	35	888 578	4 703	46 735	2 953 326
198 114	18 062	98 429	22 096	428	554	403	4 012	168
545	5 997 970	15 833	90	21	30	27	21	6
120 657	54 821	75 787	197 794	20 713	2 540	1 402	4 510	15 166
10 643	84 756	187 710	6 056	1 797	2 152	943	1 098	266
28 045	7 515	63 618	2 492	470	938	397	504	109
122 206	197 120	203 080	89 079	43 040	79 939	38 193	38 236	10 370
491 083	606 112	133 080	78 820	90 992	280 278	29 499	42 298	10 324
30 302	20 797	10 785	3 563	6 133	10 388	1 597	2 136	711
14 587	14 322	5 377	3 202	3 890	10 602	1 420	2 016	606
6 430	7 423	2 641	1 475	1 846	3 780	876	1 027	299
11 263	13 646	5 767	3 117	3 492	7 102	1 522	3 183	392
2 625	6 349	50 618	4 046	15 542	12 860	7 981	34 349	924
40 098	226 862	154 318	369 503	161 176	110 080	79 178	152 169	41 986
34 697	25 195	32 145	13 166	21 591	49 964	16 573	306 424	950
461 625	781 768	1 489 500	417 896	36 520	61 591	1 500	33 916	684
512 022	9 939 871	2 432 003	452 749	2 576 125	1 066 277	68 923	203 830	38 246
126 472	336 319	2 284 046	373 526	279 250	339 769	13 474	184 459	2 152
14 578	13 230	86 782	18 951	2 562	2 762	558	3 450	167
20 840	55 219	210 494	233 075	578 554	130 279	68 381	301 241	16 420
6 598	35 569	24 269	8 944	101 035	6 100 830	4 375 379	122 037	16 842
2 838	9 468	2 797	2 813	2 056	13 820	26 513	5 798	843
646	495	12 771	1 752	4 286	8 783	77 508	957 674	113
78	204	259	612	100	279	158	76	1 586 598
4 031	2 125	32 781	30 985	663	9 033	685	784	4 547
5 215	335	3 743	27 930	185	2 445	418	441 279	157
278	646	3 330	9 233	290	818	438	1 521	126
513 456	1 181	16 192	16 840	304	656	250	173	74
132 567	35 537	283 651	719 129	531	4 768	543	619	111
8 384	4 769	13 871	18 066	2 981	8 616	5 012	6 368	2 172
45 414	51 127	54 759	16 084	22 747	26 356	21 507	15 524	9 204
613 559	610 579	107 867	70 257	161 604	330 615	67 947	78 655	25 948
40 154	73 291	25 209	22 024	14 128	22 977	9 484	10 063	5 052
230 694	584 194	478 876	590 635	241 841	743 279	386 693	209 181	122 020
256 168	1 447 452	420 567	292 111	99 643	214 470	72 659	110 812	74 064
54 959	166 169	109 237	98 750	63 415	79 137	55 913	40 262	26 454
209 098	540 215	276 895	6 649	48 010	192 137	30 663	27 875	30 258
53 317	88 819	59 840	49 831	33 378	71 141	54 552	23 942	19 180
84 022	267 707	117 480	444 563	82 998	109 505	124 054	75 807	50 680
16 208	63 554	52 351	54 575	50 226	59 534	75 579	26 059	11 302
26 027	93 414	120 791	142 849	40 787	43 752	35 964	38 635	16 296

17	18	19	20	21	22	23	24	25
5 180 451	15 480 674	5 638 325	5 081 572	4 212 886	5 094 148	3 850 402	2 121 415	1 467 782
885 988	1 744 539	1 968 146	1 657 207	1 521 095	1 333 049	1 475 160	1 103 207	328 568
694 289	977 376	1 536 247	1 309 924	1 197 788	1 066 047	1 224 186	884 226	270 942
191 699	767 163	431 899	347 283	323 307	267 002	250 974	218 981	57 626
3 882 159	12 373 680	3 086 261	3 043 521	2 364 493	3 278 385	2 046 962	885 726	993 628
					8 459	1 703 037	9 442	8 833
3 882 159	12 373 680	3 086 261	3 043 521	2 364 493	3 269 926	343 925	876 284	984 795
412 304	1 362 455	583 918	380 844	327 298	482 714	328 280	132 482	145 586
484 229	2 130 722	784 882	536 173	410 394	649 091	388 894	201 726	161 198
71 925	768 267	200 964	155 329	83 096	166 377	60 614	69 244	15 612
407 073	6 062 309	2 194 802	1 253 467	539 662	1 833 269	289 178	283 345	13 277
13 104 395	44 795 620	17 932 233	11 433 201	9 651 028	18 197 207	9 959 663	6 032 761	6 591 984
75 500	61 700	154 800	125 700	179 800	246 700	1 588 500	344 000	74 900

(continua)

26 Beneficiamento de produtos vegetais	27 Abate de animais	28 Indústria de laticínios	29 Indústria de açúcar	30 Fabricação de óleos vegetais	31 Outros produtos alimentares	32 Indústria diversas	33 Serviços industriais utilidade pública	34 Construção civil
10 187 277	9 743 267	3 673 461	2 064 097	5 701 913	3 429 908	25 548	9 434	7 434
3 299	7 352	224	200	2 709	112 180	234 792	4 078	334 193
40	43	7	8	24	384	644	13 847	1 230
140 014	4 347	7 087	20 329	5 699	375 995	124 177	3 247	7 691 479
5 394	2 698	1 540	1 269	5 215	8 750	44 530	1 039	675 491
2 248	1 122	637	554	2 161	3 609	177 221	460	439 541
262 959	129 918	84 206	61 179	270 490	376 798	141 811	30 798	4 265 764
136 674	97 416	37 851	324 462	71 256	217 708	80 034	658 264	958 628
6 663	4 194	1 906	10 234	3 595	10 403	45 854	372 611	2 292 982
6 018	3 926	1 391	8 578	2 807	8 602	9 261	9 323	39 303
3 825	2 569	1 195	2 536	2 822	6 326	1 647	52 295	33 442
5 923	3 775	1 841	6 917	4 085	9 208	4 742	13 927	111 150
55 779	21 913	2 426	4 800	6 137	56 955	81 141	2 687	2 123 450
376 965	118 760	71 563	65 401	95 456	697 452	183 341	64 412	75 968
11 959	7 961	2 827	17 924	5 377	16 976	35 009	10 831	148 226
13 218	7 479	2 022	42 647	26 244	142 354	39 612	10 911	66 628
207 553	99 244	60 956	82 831	127 456	375 331	275 684	296 120	1 002 810
36 027	18 124	10 207	34 693	64 545	312 516	134 919	24 227	901 647
5 297	7 792	1 980	1 296	3 588	111 342	2 225	5 731	4 729
139 390	194 434	154 096	18 852	47 548	292 006	180 639	6 065	1 492 479
85 588	10 209	3 359	209 377	212 790	36 572	125 391	7 611	25 329
3 703	3 227	1 293	5 574	1 503	4 868	1 981	139	12 301
1 015	19 792	920	279	1 539	8 511	17 966	152	9 541
3 594	376	190	55	912	7 856	108	151	1 162
720 391	45 433	50 097	402	237 916	3 911 930	680	466	5 542
42 439	1 748 948	262	137	88 648	197 649	6 165	368	1 717
17 041	5 850	1 851 664	178	1 454	168 009	332	247	3 738
131 859	479	39 453	1 065 368	445	768 843	189	9 810	1 347
102 697	6 414	27 802	298	2 901 269	1 986 588	475	326	3 254
45 306	115 546	20 596	2 498	12 954	1 352 422	9 342	693	3 772
15 083	13 074	12 747	9 391	9 936	30 516	131 279	96 909	336 743
213 520	187 754	68 018	136 554	110 700	432 337	62 025	8 282 772	123 542
22 443	33 340	12 136	32 917	10 878	37 190	11 465	112 084	4 177 345
1 286 739	669 134	153 505	172 589	581 775	1 605 065	319 984	173 418	3 775 191
411 244	512 949	145 106	163 595	414 381	634 993	113 530	108 930	1 086 287
84 033	92 434	33 299	25 351	43 775	153 939	71 190	68 622	198 124
143 308	176 824	45 312	45 637	157 722	227 323	99 419	442 732	381 003
80 090	74 286	37 247	49 948	34 132	111 885	34 100	236 568	342 210
242 211	189 979	87 572	87 413	82 992	455 729	657 954	521 876	1 272 261
47 785	51 494	16 313	10 516	20 639	185 178	47 627	212 642	150 065
190 586	56 789	27 701	27 106	37 155	216 842	155 639	112 540	266 383
26	27	28	29	30	31	32	33	34
5 154 458	4 060 132	2 042 088	1 077 071	2 024 413	8 290 351	3 396 076	19 079 336	66 142 817
1 467 806	1 162 741	406 892	559 499	291 912	3 211 679	1 184 800	8 926 492	8 176 095
1 180 134	948 267	318 245	441 864	230 537	2 625 057	941 233	6 650 901	6 825 349
287 672	214 474	88 647	117 635	61 375	586 622	243 567	2 275 591	1 350 746
3 008 672	2 313 888	1 358 117	323 756	1 311 124	4 152 159	1 961 597	9 007 816	54 548 317
29 933	24 536				60 603	88 301		3 961 613
2 978 739	2 289 352	1 358 117	323 756	1 311 124	4 091 556	1 873 296	9 007 816	50 586 704
677 980	583 503	277 079	193 816	421 377	926 513	249 679	1 145 028	3 418 405
821 319	650 791	313 639	223 601	476 727	1 174 623	334 550	2 705 686	12 135 436
143 339	67 288	36 560	29 785	55 350	248 110	84 871	1 560 658	8 717 031
900 266	113 800	133 013	93 264	435 269	1 178 366	209 306	1 174 196	1 453 491
21 695 262	18 731 885	8 963 676	6 014 111	13 927 675	28 815 873	7 379 926	33 793 549	111 156 768
313 100	244 900	65 400	93 000	47 300	647 300	231 300	232 100	3 523 000

(continua)

35 Comércio	36 Transportes	37 Comunicações	38 Instituições financeiras	39 Serviços prestados às famílias	40 Serviços prestados às empresas	41 Aluguel de imóveis	42 Administração pública	43 Serviços privados não-mercantis
355	119	3		1 862 830	1		1 564 328	47 365
4 524	1 005	439	8 339	2 166	9 673	476	13 341	785
1 154	403	65	323	158	117	13	323	26
5 149	860	11 108	1 339	238 405	595	120	188 112	7 358
6 285	5 485	1 398	1 161	36 311	729	52	5 023	188
2 330	1 932	4 840	392	43 227	287	31	2 379	71
93 167	127 585	70 859	15 334	227 130	33 647	3 891	45 491	6 196
321 619	167 656	100 526	41 696	187 204	164 190	77 717	285 153	4 484
40 014	15 922	141 605	1 965	165 047	27 403	18 379	138 022	1 631
9 696	9 495	174 401	1 129	105 431	33 963	1 223	59 530	144
10 530	30 897	1 997	3 836	134 283	2 359	1 255	70 538	362
9 781	1 978 508	33 217	1 979	2 062 558	3 269	1 704	453 757	156
105 184	35 878	1 122	12 047	157 329	14 825	978	99 925	1 457
1 552 716	160 352	80 522	392 307	309 269	2 520 740	13 368	2 148 784	17 867
1 393	810 757	5 182	227	1 050 353	129	37	44 991	29
2 562 921	49 871	49 698	557	216 960	580	74	340 364	176
9 167 461	4 705 985	7 399	33 740	175 342	143 473	2 906	424 340	15 388
9 945	43 786	356	950	297 251	974	62	330 523	176
8 026	2 739	440	1 966	524 567	1 423	163	61 807	261
515 857	585 337	50 917	5 201	315 486	15 522	44 329	230 944	12 740
99 207	235 872	949	14 318	803 615	16 123	822	227 283	1 345
5 795	5 617	7 039	589	10 987	1 298	52	42 764	56
4 183	7 902	8 832	324	46 437	173	269	8 490	495
2 727	614	143	661	351 300	293	29	39 804	11 445
7 137	4 021	349	1 477	532 555	823	71	229 599	10 213
5 740	2 614	320	1 473	1 012 433	599	62	347 745	48 062
4 597	1 653	221	916	333 682	538	45	387 484	11 619
16 293	1 030	514	1 182	444 677	629	211	20 341	12 437
4 721	1 929	232	1 013	265 883	524	47	4 311	7 089
43 623	226 672	1 199	2 626	4 043 928	1 101	111	160 267	41 796
44 235	46 346	14 565	477 048	87 463	610 613	26 210	760 391	45 232
1 214 800	183 014	100 936	333 311	1 115 127	249 129	152 083	2 549 303	46 692
247 632	257 656	86 641	16	312 590	101 684	3 341 681	918 121	15 720
2 131 703	1 773 614	134 180	657 941	5 310 079	500 533	22 725	3 950 838	37 452
3 322 360	3 597 474	261 600	768 006	634 884	370 988	6 233	1 540 290	19 526
1 383 152	474 964	44 186	1 339 378	460 423	603 741	35 442	1 166 079	16 476
1 979 205	1 027 030	199 127	5 215 044	440 314	328 359	161 425	904 057	1 130
1 685 788	586 480	216 139	2 318 799	1 035 225	343 989	11 626	7 328 037	29 510
5 125 448	1 081 612	564 047	5 021 142	1 113 415	1 702 504	62 142	9 917 630	34 466
3 669 139	335 351	207 838	1 047 803	297 829	359 118	41 087	879 662	83 859
1 206 650	255 972	119 404	1 022 591	335 301	712 039	14 785	2 244 435	11 627

35	36	37	38	39	40	41	42	43
54 156 081	20 806 551	13 307 302	48 015 432	54 207 603	26 654 119	96 665 802	110 920 228	8 300 448
24 008 479	11 178 494	4 085 344	30 423 477	24 636 201	12 744 707	1 400 046	109 515 201	8 162 769
19 851 193	8 966 976	3 097 744	23 996 599	20 038 974	10 295 339	1 228 113	70 679 361	7 278 260
4 157 286	2 211 518	987 600	6 426 878	4 597 227	2 449 368	171 933	38 835 840	884 509
27 264 860	9 129 815	8 679 621	14 882 801	26 339 461	12 483 310	94 644 824		50 026
14 610 915	4 713 747		1 959 929	11 848 802	3 165 597	417 107		
12 653 945	4 416 068	8 679 621	12 922 872	14 490 659	9 317 713	94 227 717		50 026
2 882 742	498 242	542 337	2 709 154	3 231 941	1 426 102	620 932	1 405 027	87 653
5 358 717	3 214 160	840 690	3 902 439	8 963 585	2 459 138	734 559	4 539 936	166 086
2 475 975	2 715 918	298 353	1 193 285	5 731 644	1 033 036	113 627	3 134 909	78 433
1 007 181	2 585 673	337 268	563 230	940 243	405 523	26 448	2 588 069	22 401
94 271 477	44 950 152	16 647 477	68 522 094	87 978 946	36 971 374	100 849 810	156 777 810	9 004 388
8 744 300	2 259 800	174 000	749 500	8 795 700	2 173 000	279 200	5 366 700	5 334 400

A.6 Matriz de Insumo-Produto — Brasil — 2002

Descrição do produto nível 80	01 Agropecuária	02 Extrativa mineral	03 Extração de petróleo e gás	04 Minerais não- metálicos	05 Siderurgia	06 Metalur-gia não- ferrosos	07 Outros metalúr-gicos	08 Máquinas e tratores	10 Material elétrico	11 Equipa- mentos eletrônicos	12 Automóveis, caminhões e ônibus
01 Agropecuária	29.719	18	0	191	1.565	29	12	0	1	1	0
02 Extrativa mineral (exceto combustíveis)	411	974	16	812	1.204	561	108	1	41	28	1
03 Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	1	0	32	24	46	2	22	0	0	0	0
04 Fabricação de minerais não-metálicos	136	165	161	6.079	361	200	374	344	566	249	305
05 Siderurgia	10	8	328	465	20.709	159	12.662	3.444	1.121	174	1.782
06 Metalurgia dos não-ferrosos	6	3	67	4	454	6.762	2.404	1.185	2.039	331	270
07 Fabricação de outros produtos metalúrgicos	285	435	675	313	1.049	438	3.832	4.944	1.584	512	1.192
08 Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	556	793	797	616	1.543	559	1.272	1.302	1.417	314	1.031
10 Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	23	27	24	24	114	41	111	955	1.646	511	104
11 Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	13	16	13	17	34	10	24	83	73	149	20
12 Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	12	10	12	13	25	15	36	68	18	5	386
13 Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	29	24	21	15	40	51	81	1.015	79	22	4.040
14 Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	225	16	18	32	54	47	110	131	102	257	149
15 Indústria de papel e gráfica	94	64	183	495	135	110	370	265	327	159	111
16 Indústria da borracha	7	69	23	86	184	28	122	500	108	26	1.627
17 Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	412	34	4	374	301	868	167	78	106	20	50
18 Refino de petróleo e indústria petroquímica	7.661	1.147	385	2.626	1.209	363	1.003	860	1.136	177	405
19 Fabricação de produtos químicos diversos	15.482	414	183	595	365	654	555	384	390	59	632
20 Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	698	11	5	7	9	20	6	4	3	1	2
21 Indústria de transformação de material plástico	448	28	24	68	28	45	163	357	685	393	416
22 Indústria têxtil	284	21	4	17	16	10	11	64	15	11	75
23 Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	3	5	5	3	9	2	5	8	3	2	19
24 Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	32	1	0	1	1	0	4	19	6	3	32
25 Indústria do café	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
26 Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	115	2	1	2	5	3	3	3	2	1	2
27 Abate e preparação de carnes	143	0	0	2	10	0	1	1	1	0	1
28 Resfriamento e preparação do leite e laticínios	8	1	0	1	1	0	2	2	1	1	1
29 Indústria do açúcar	14	1	1	2	3	2	2	2	1	0	1
30 Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para alimentação	1.689	2	1	1	2	3	2	2	1	1	1
31 Outras indústrias alimentares e de bebidas	7.920	15	5	17	10	6	18	23	9	5	6
32 Indústrias diversas	125	33	89	54	533	338	99	43	37	29	76
33 Serviços industriais de utilidade pública	1.096	656	823	1.369	2.126	1.654	1.154	1.009	359	120	280
34 Construção civil	7	40	151	53	48	33	76	113	40	28	44
35 Comércio	6.293	416	478	540	881	325	1.561	1.465	1.112	538	1.020
36 Transporte	3.602	506	372	1.148	1.026	346	635	583	415	242	809
37 Comunicações	93	149	219	375	381	201	475	980	425	331	354
38 Instituições financeiras	874	360	620	276	590	296	316	279	335	217	459
39 Serviços prestados às famílias	26	5	6	8	8	4	12	32	13	9	10
40 Serviços prestados às empresas	1.730	497	1.195	247	296	110	290	536	421	287	590
41 Aluguel de imóveis	25	88	64	119	43	43	154	182	98	63	37
42 Administração pública	696	65	151	79	73	34	70	92	78	47	105
43 Serviços privados não-mercantis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VALOR ADICIONADO	01	02	03	04	05	06	07	08	10	11	12
Valor adicionado bruto a preço básico	104.908	6.774	33.951	11.880	16.514	5.681	11.327	33.066	4.599	7.006	6.323
Remunerações	11.705	1.484	1.718	3.231	999	663	5.803	9.205	1.883	1.536	1.738
Salários	9.625	1.049	1.094	2.302	665	466	4.326	6.601	1.379	1.108	1.217
Contribuições Sociais	2.080	435	623	928	334	197	1.476	2.604	503	428	521
Excedente operacional bruto inclusive rendimento de autônomos	93.395	4.665	30.397	7.314	13.087	3.989	3.782	21.382	1.797	4.744	3.182
Rendimento de autônomos	382	121	0	47	0	0	601	0	0	0	0
Excedente operacional bruto (EOB)	93.013	4.544	30.397	7.267	13.087	3.989	3.181	21.382	1.797	4.744	3.182
Outros Impostos menos subsídios (1)	-192	625	1.837	1.336	2.428	1.029	1.742	2.480	919	726	1.403
IMPOSTOS											
Impostos Totais (1+2)	4.559	724	2.018	1.505	2.618	1.224	1.944	2.723	1.149	944	1.766
Impostos s/ produtos (2)	4.751	99	181	169	190	195	201	243	230	218	362
IMPORTAÇÕES	4.138	409	537	857	3.912	3.379	1.423	2.491	2.244	3.578	8.575
VALOR DA PRODUÇÃO	194.801	14.402	41.828	30.072	56.105	23.626	41.277	57.161	21.887	16.126	31.705
PESSOAL OCUPADO (1000)	12.508	206	62	444	81	63	711	540	114	92	75

(continua)

13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
Outros veículos e peças	Madeira e mobiliário	Papel e gráfica	Indústria da borracha	Elementos químicos	Refino do petróleo	Químicos diversos	Farmacêutica e de perfumaria	Artigos de plástico	Indústria têxtil	Artigos do vestuário	Fabricação de calçados	Indústria do café	Beneficiamento de produtos vegetais
0	3.235	1.042	563	4.800	0	233	51	0	2.059	7	84	4.711	16.808
1	1	73	9	270	31	114	36	1	1	1	5	1	5
0	0	0	0	1	34.738	23	0	0	0	0	0	0	0
253	124	82	8	189	114	121	406	32	5	2	7	46	253
2.329	128	11	5	21	214	395	14	3	4	2	2	1	9
1.920	108	196	1	60	18	143	6	1	2	1	1	0	4
5.385	484	223	143	204	392	354	173	63	136	58	59	30	446
2.277	185	929	180	876	1.291	249	164	143	511	49	71	32	251
288	13	29	11	46	42	17	7	8	18	3	3	2	11
58	6	18	3	16	22	6	5	4	12	2	2	1	7
246	8	16	3	14	18	5	3	3	8	2	2	1	8
6.971	31	21	21	20	29	10	6	5	13	3	5	1	10
227	2.271	257	7	5	12	80	7	20	21	11	47	3	99
241	162	10.272	32	65	438	263	700	228	182	116	229	118	626
434	86	96	3.405	62	54	61	28	34	91	27	528	3	22
67	50	802	74	907	1.990	3.115	988	66	119	3	63	2	27
1.023	945	1.685	1.854	1.401	31.402	6.437	1.370	5.578	1.929	158	483	201	614
329	739	1.976	373	244	801	3.408	857	479	567	25	351	8	77
3	7	22	6	22	34	130	35	5	6	1	7	0	8
424	630	160	25	31	101	329	402	755	196	92	414	42	211
118	224	85	367	10	57	35	15	119	9.346	5.064	156	38	116
6	4	6	9	3	10	3	3	2	17	5.400	7	1	4
7	35	6	19	1	1	18	3	5	12	99	1.092	0	2
0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2.316	5
2	9	79	2	7	5	51	65	1	13	2	1	7	1.055
1	20	8	4	10	1	7	60	0	5	1	926	0	77
1	1	3	0	0	1	6	16	0	1	1	3	0	24
1	1	3	0	1.093	3	36	42	1	1	1	0	0	289
1	2	5	1	264	72	575	1.824	1	8	1	1	0	204
12	21	23	4	16	11	28	42	5	16	9	11	5	81
71	21	573	37	87	117	111	36	37	51	38	27	31	29
663	612	1.733	197	1.473	1.756	274	199	342	813	149	177	109	529
71	36	104	11	58	127	39	37	18	34	13	14	13	34
1.341	990	2.222	286	397	1.256	942	1.149	343	1.198	979	305	287	2.204
370	520	704	175	368	3.068	698	607	151	542	130	173	192	679
391	303	981	93	160	589	340	344	165	240	150	111	136	257
381	82	435	49	291	900	407	10	58	273	39	36	73	205
16	9	19	10	4	16	11	17	5	41	38	6	4	15
360	184	788	93	144	550	213	895	125	192	195	121	151	428
78	108	283	23	23	106	77	89	62	85	96	34	27	69
113	65	1.038	20	27	114	101	168	36	46	33	37	29	197
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
9.319	9.027	15.575	4.894	10.980	44.492	11.667	7.264	4.511	5.053	7.405	4.796	3.623	7.751
4.549	4.175	5.763	810	1.189	1.406	3.188	2.292	2.499	1.725	2.706	1.591	553	2.042
3.256	3.151	4.168	600	866	912	2.304	1.670	1.785	1.274	2.088	1.166	430	1.471
1.294	1.024	1.595	210	323	494	884	621	714	451	618	425	123	571
3.366	4.000	7.823	3.435	8.657	29.355	6.754	4.001	1.301	2.160	4.150	2.730	2.553	4.187
0	610	249	0	0	0	0	0	0	5	1.998	41	21	67
3.366	3.390	7.574	3.435	8.657	29.355	6.754	4.001	1.301	2.155	2.152	2.689	2.532	4.120
1.404	852	1.989	648	1.134	13.731	1.725	971	711	1.168	549	475	517	1.522
1.653	933	2.207	761	1.242	14.461	2.113	1.186	879	1.479	652	588	556	1.739
250	81	218	113	108	730	388	215	168	311	104	113	39	217
3.992	551	2.235	1.546	986	18.076	6.914	3.247	1.541	2.364	749	598	76	2.092
40.044	22.119	45.039	14.677	25.760	143.800	38.437	21.605	15.128	26.540	21.255	11.107	12.364	36.058
222	962	423	53	57	46	155	120	208	244	1.737	398	75	329

27 Abate de animais	28 Indústria de laticínios	29 Indústria de açúcar	30 Fabricação de óleos vegetais	31 Outros produtos alimentares	32 Indústria diversas	33 Serviços industriais utilidade pública	34 Construção civil	35 Comércio	36 Trans- portes	37 Comuni- cações	38 Instituições financeiras	39 Serviços prestados às famílias	40 Serviços prestados às empresas
25.624	5.843	3.782	13.357	6.217	52	34	11	1	0	0	0	3.005	0
14	0	1	5	174	418	13	469	8	2	3	12	4	27
0	0	0	0	1	1	51	2	2	1	0	1	0	0
9	14	46	12	731	246	9	14.270	8	2	77	2	439	1
6	3	3	11	17	117	4	1.291	10	13	9	2	68	2
2	1	1	5	7	493	1	980	4	4	32	1	94	1
283	155	131	551	701	305	109	7.391	170	235	479	21	388	87
231	75	735	157	440	184	2.267	1.770	640	329	710	63	357	421
9	3	22	7	20	81	662	3.194	63	27	844	3	229	52
6	2	13	4	12	9	27	62	17	14	496	2	68	29
7	3	6	6	14	4	155	59	24	46	13	6	195	7
8	3	15	9	18	10	43	180	17	2.847	206	3	2.985	8
44	4	9	14	102	157	10	3.173	164	59	8	17	239	41
253	128	135	191	1.269	382	247	127	2.721	289	583	613	516	5.606
19	6	41	12	34	81	40	296	2	1.838	36	0	2.201	0
20	5	110	65	328	101	35	129	8.799	128	280	1	451	2
402	206	314	475	1.199	890	1.653	3.034	31.204	17.724	51	47	586	539
48	24	95	136	739	321	89	1.652	22	112	2	1	616	2
13	3	3	7	158	5	17	10	13	6	3	3	638	3
378	252	36	87	484	344	21	2.260	814	952	331	7	475	36
18	5	401	368	59	223	24	40	152	354	6	20	1.181	44
4	1	8	2	5	3	0	12	7	8	52	1	14	2
40	2	1	3	14	30	0	15	7	16	53	1	67	0
1	0	0	2	10	0	0	2	4	1	1	1	314	1
81	82	1	400	8.074	2	1	11	11	9	2	2	869	2
3.511	1	0	203	410	15	1	3	9	5	2	2	2.017	1
12	2.712	0	3	263	1	1	7	7	4	1	1	494	1
1	94	2.907	1	1.847	0	29	3	49	2	3	2	1.039	2
16	72	1	4.932	4.050	1	1	6	7	4	2	2	640	1
279	41	6	26	2.481	22	2	7	130	470	7	4	6.479	2
33	27	23	23	65	326	361	687	92	101	101	641	182	1.672
597	182	420	329	1.173	194	24.280	310	3.167	491	696	635	2.756	825
64	20	61	20	61	21	407	6.312	390	418	593	0	469	203
1.461	270	338	1.147	3.156	712	625	7.193	3.852	4.903	972	1.135	8.594	1.397
1.185	273	284	756	1.172	233	202	1.807	6.476	7.110	1.812	1.416	1.070	880
364	109	96	161	516	255	234	559	4.290	1.516	3.961	2.526	1.355	2.304
325	70	81	272	357	179	1.614	554	2.974	1.521	1.373	7.004	633	629
11	4	20	6	18	9	811	29	350	55	1.347	3.108	729	56
431	167	192	176	882	1.458	1.098	2.278	9.550	2.078	3.471	9.116	1.974	4.027
95	25	19	36	291	86	589	218	5.558	523	1.293	1.647	429	690
76	31	35	47	248	202	158	283	1.342	286	448	1.083	341	988
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
7.034	2.516	5.504	5.269	11.041	5.787	43.206	95.469	92.190	30.912	32.570	92.190	61.088	55.228
1.768	583	957	384	4.502	1.409	13.081	13.241	42.187	17.304	10.613	35.527	34.328	25.036
1.366	435	717	288	3.340	1.016	9.107	10.050	32.165	12.819	7.909	28.355	31.857	18.802
402	148	241	97	1.162	394	3.974	3.192	10.022	4.485	2.704	7.173	2.471	6.234
3.431	1.340	3.828	3.602	4.335	3.726	26.157	76.939	43.441	11.600	19.160	50.587	21.876	27.145
60	0	0	0	139	144	0	5.710	18.748	7.809	0	2.893	15.760	5.570
3.371	1.340	3.828	3.602	4.196	3.582	26.157	71.228	24.693	3.791	19.160	47.695	6.116	21.575
1.836	593	719	1.283	2.204	652	3.968	5.289	6.562	2.008	2.798	6.076	4.884	3.046
1.959	650	773	1.374	2.607	828	8.687	20.655	11.713	7.744	7.008	8.150	14.374	5.596
124	57	55	90	403	176	4.719	15.366	5.151	5.736	4.211	2.074	9.490	2.550
375	256	279	979	2.505	986	3.980	4.327	3.411	6.917	3.851	4.170	3.191	1.931
43.514	13.747	16.230	30.361	51.765	15.122	87.833	175.859	183.877	88.070	60.993	127.583	118.969	80.297
243	61	86	37	672	296	225	4.064	10.785	2.781	267	785	10.267	3.079

(continua)

